



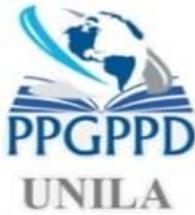
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS REDES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL
O CASO DA COOPAZÇU NA REGIÃO DO ZÉ AÇÚ, MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

WENDELL LIMA BANDEIRA

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS REDES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL**
O CASO DA COOPAZÇU NA REGIÃO DO ZÉ AÇU, MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

WENDELL LIMA BANDEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Marcelo Staevie

Foz do Iguaçu
2021

WENDELL LIMA BANDEIRA

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS REDES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL**

O CASO DA COOPAZÇU NA REGIÃO DO ZÉ AÇU, MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Pedro Marcelo Staeve
UNILA

Prof. Dr. Dirceu Basso
UNILA

Prof. Dra. Meire Joisy Almeida Pereira
UFRR

Foz do Iguaçu, 31 de maio de 2021.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

B214o

Bandeira, Wendell Lima.

Organização social e as redes sociais para o desenvolvimento local: o caso da coopazçu na região do Zé Açú, município de Parintins/AM / Wendell Lima Bandeira. - Foz do Iguaçu, 2021.
126 f.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento.
Orientador: Pedro Marcelo Staevie.

1. Cooperativa - Coopazçu. 2. Organização social. 3. Desenvolvimento regional. 4. Redes sociais. 5. Cooperativismo - Parintins (AM). I. Staevie, Pedro Marcelo, Orient. II. Título.

CDU: 334.73(811.3)

Dedico este trabalho à Deus por sempre me capacitar e minha família pelo incondicional apoio.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, sem ele eu não teria capacidade para desenvolver este trabalho diante de tantas dificuldades.

A minha mãe e meu saudoso pai por sempre apoiar minhas escolhas pessoais e profissionais, guiando-me pelos caminhos da educação.

Minha esposa, Maysa Brandão, por estar ao meu lado em todos os momentos, apoiando e incentivando alcançar meus sonhos e sendo uma companheira de vida.

Ao meu professor orientador Pedro Staeve não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade, paciência e carinho, sempre com palavras confortantes.

Aos colegas de curso pela amizade construída e pelas trocas de vivência que amenizaram a saudade de casa e tornaram a caminhada uma ótima experiência.

Ao coordenador do programa Gilson Oliveira, por estar sempre à disposição aliviando as dúvidas referentes a prazos, relatórios, além dos conselhos dado.

Aos meus amigos Clestiano, Leandro e Patrício, pelo companheirismo e encontros de distração e conversa, foram fundamentais nesse momento de pandemia em que vivemos.

A minha amiga e professora da UFAM Sandra Helena da Silva, pela parceria nos projetos de pesquisa e pela oportunidade na AmIC que foi essencial para desenvolver minha carreira acadêmica.

A UNILA, por meio da Demanda Social, pela bolsa concedida para que pudesse me dedicar, concluir minha pesquisa e me manter em Foz do Iguaçu.

A Cooperativa dos Agricultores Familiares do Zé Açú (COOPAZÇU) pelo fornecimento de dados e pelas entrevistas para realização da pesquisa.

A Comunidade Nossa Senhora de Nazaré pela receptividade e colaboração com a pesquisa.

As Instituições Públicas que participaram e colaboraram para a conclusão da pesquisa.

Enfim, aos demais que de forma direta e indireta contribuíram para chegar ao resultado final dessa pesquisa. Fica meu agradecimento!

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar num sonho que se tem. Ou que os seus planos nunca vão dar certo. Ou que você nunca vai ser alguém. (Mais uma Vez, Renato Russo)

RESUMO

As organizações sociais na Amazônia, constituem-se como importantes instrumentos de práticas organizativas que possibilitam protagonismo para os atores sociais e contribuem para alcançar as políticas públicas do Estado e condicionar o processo de desenvolvimento local. E dentro da área desta pesquisa, a Mbh Zé Açú, a Coopazçu representa uma prática organizativa que tem a finalidade de contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população da região, com atuação sociopolítica, cultural, ambiental e econômica por meio de suas atividades. Nesse sentido, foi formulado a seguinte problemática de investigação: em que medida a cooperativa Coopazçu, enquanto prática organizativa integrante da rede social da região do Zé Açú, serve de condicionante para o desenvolvimento local e protagonismo comunitário, a partir das interações sociais que se estabelece na região por meio de suas ações práticas? Para responder essa pergunta, a hipótese levantada é que a Coopazçu constitui um importante instrumento no processo de desenvolvimento local, proporcionando maior força no acesso a políticas públicas e geração de trabalho e renda por meio da rede de interação existente na região. Para comprovar a hipótese, este estudo teve como objetivo geral analisar a contribuição da cooperativa Coopazçu na rede social para o processo de desenvolvimento local da região do Zé Açú e como específicos, mapear a rede social em que a Coopazçu está inserida dentro da região a partir de outras organizações internas e externas e apontar os possíveis entraves para a efetivação da Coopazçu como ferramenta de desenvolvimento local. A partir da pesquisa de campo, por meio da coleta e análise dos dados (roda de conversa, entrevista semiestruturada, diário de campo) chegou-se aos resultados, e foi percebido que a hipótese não é afirmativa por inteira, pois a Coopazçu somente representou um instrumento de contribuição do processo de desenvolvimento local no início de sua atuação, a partir de 2014, e até o ano de 2019, posteriormente houve uma paralisação das atividades da organização, impossibilitando que ela se tornasse efetiva dentro da região. Porém, não se pode anular a sua contribuição para a rede social da região e para os atores sociais que estavam envolvidas em suas atividades.

Palavras-chave: Coopazçu. Organização Social. Desenvolvimento Local. Rede Social.

ABSTRACT

Social organizations in the Amazon are important tools for organizational practices that make it possible for social actors to play a leading role and contribute to achieving public policies in the State and conditioning the process of local development. And within the area of this research, Mbh Zé Açu, Coopazçu represents an organizational practice that aims to contribute to improving the quality of life of the region's population, with socio-political, cultural, environmental and economic activities through its activities. In this sense, the following research problem was formulated: to what extent the Coopazçu cooperative, as an organizational practice that is part of the social network in the region of Zé Açu, serves as a condition for local development and community protagonism, based on the social interactions that are established in the region through its practical actions? To answer this question, the hypothesis raised is that Coopazçu is an important instrument in the local development process, providing greater strength in accessing public policies and generating work and income through the interaction network existing in the region. To prove the hypothesis, this study aimed to analyze the contribution of the Coopazçu cooperative in the social network to the process of local development in the region of Zé Açu and as specific, to map the social network in which Coopazçu is inserted within the region from other internal and external organizations and point out the possible obstacles to the realization of Coopazçu as a local development tool. From the field research, through the collection and analysis of the data (conversation circle, semi-structured interview, field diary) the results were arrived at, and it was realized that the hypothesis is not entirely affirmative, since Coopazçu only represented an instrument that contributed to the local development process at the beginning of its activities, starting in 2014, and until 2019, subsequently there was a halt in the organization's activities, making it impossible for it to become effective within the region. However, you cannot cancel your contribution to the social network of the region and to the social actors who were involved in your activities.

Key words: Coopazçu. Social Organization. Local Development. Social Network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	– Representação dos segmentos de Organização Social	28
Figura 02	– Delimitação dos lotes/parcelas de terras do PA de Vila Amazônia	54
Figura 03	– Localização da área de estudo, Região do Zé Açú.....	55
Figura 04	– Localização espacial do Município de Parintins e lago do Zé Açú	56
Figura 05	– Localização geográfica das comunidades do Zé Açú	57
Figura 06	– Entrada da Mbh Zé Açú	69
Figura 07	– Realização do beneficiamento da Mandioca.....	64
Figura 08	– Vista da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré.....	65
Figura 09	– Comunidade Bom Socorro do Zé Açú.....	67
Figura 10	– Comunidade Nossa Senhora de Nazaré	69
Figura 11	– Espaços sociais encontrados em Nazaré	72
Figura 12	– Capacitação IDAM sobre Organização de Produtores	81
Figura 13	– IX Roda de Conversa FOPINECAP Boa Esperança – Zé Açú.....	90
Figura 14	– Rede de interação local – Instituições, Organizações e Mercado.....	94
Figura 15	– Atividades Ambientais da Coopazçu	105
Figura 16	– Atividades turísticas desenvolvida pela Coopazçu.....	107
Figura 17	– Folder com Portfólio de Atividades Turísticas da Coopazçu	108
Figura 18	– Reportagem sobre turismo promovido pela Coopazçu	109
Figura 19	– Participação da Coopazçu em Evento estadual sobre turismo	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Ator Social, variáveis e indicadores do roteiro de entrevista.....	23
Tabela 02 – Espécies de peixes encontrado na Mbh Zé Açú	60
Tabela 03 – Produção Agrícola da Região do Zé Açú	62
Tabela 04 – Organizações Sociais no município de Parintins – AM.....	77
Tabela 05 – Atividades e Ações da Coopazçu.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAF	Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
AMIC	Incubadora Amazonas Indígena Criativa
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPAZCU	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMBRAPA	A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FOPINECAP	Fórum Parintinense de Educação do Campo, das florestas e das Águas Paulo Freire
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MBH	Micro bacia Hidrográfica
MST	Movimento Sem Terra
OS	Organização Social
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POA	Perspectiva Orientada ao Ator
PP	Políticas Públicas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RF	Receita Federal
SEFAZ	Secretaria Estadual de Fazenda do Amazonas
SEMPA	Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 JUSTIFICATIVA	16
1.2 PROBLEMA.....	19
1.3 HIPÓTESE.....	20
1.4 OBJETIVO	21
1.5 METODOLOGIA	21
2 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, FORMAÇÃO DE REDES E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM DEBATE NECESSÁRIO	26
2.1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: CONTEXTO GERAL.....	26
2.2 REDES E AS INTERAÇÕES SOCIAIS.....	36
2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	43
3 COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, REGIÃO DO ZÉ AÇU, PARINTINS	53
3.1 POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO DO ZÉ AÇU E SUAS ATIVIDADES ECONOMICAS: CONTEXTO GERAL	53
3.2 COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	65
4 REDES DE INTERAÇÃO LOCAL DA MBH ZÉ AÇU: ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES E MERCADO.....	75
4.1 COMUNIDADES RURAIS NA AMAZÔNIA COMO ESPAÇOS NÃO HOMOGÊNIOS E SUAS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS.....	75
4.2 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM PARINTINS E NA REGIÃO DA MBH ZÉ AÇU.....	77
5 O CASO DA COOPERATIVA DE AGROTURISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS COMUNIDADES DO ZÉ AÇU - COOPAZÇU	95
5.1 A COOPAZÇU – HISTÓRICO E ATUAÇÃO.....	95
5.2 CONTRIBUIÇÕES DA COOPAZÇU DENTRO DA REDE SOCIAL REGIONAL	102
5.3. DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA COOPAZÇU NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	112
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

As aspirações comunitárias na atualidade demonstram necessidade de organização local para que as lutas por políticas públicas sejam ouvidas e atendidas pelo Estado. Essas organizações centralizaram-se nas conquistas estabelecidas por meio da coletividade e compadrio entre as famílias moradoras em comunidades rurais que lutam por melhoria em sua qualidade de vida.

As práticas organizativas, por meio de cooperativas, associações, coletivos, conselhos de políticas públicas, fóruns de discussão, entre outros, mostram-se como organizações, ainda que muitas vezes informais, que são capazes de estabelecer interações entre os grupos sociais – que participam dessa troca de informações e debates por meio dos encontros e manifestações inter-relacionadas – e também as instituições públicas formais, formando uma estrutura em redes, oriundas das inter-relações sociais realizada pelos atores sociais e as instituições, permitindo um fluxo de informações necessárias para estabelecer estratégias de melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento local.

Tais interações realizadas pelas organizações sociais e as instituições públicas caracterizam-se como eventos contínuos realizados na região de estudo para buscar o bem-estar social e desenvolvimento local por meio de discussões para propor alternativas e estratégias ligadas a soluções de problemas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

De acordo com Brandão (2016) o que se verifica dentro desta estrutura de interações em redes é o relacionamento por meio da comunicação entre os atores sociais e as instituições públicas em situações políticas na busca de respostas coletivas. Essas interações são realizadas a partir de uma organização que comportam atores sociais que possuem afinidades coletivas e envolvem-se em ações políticas sobre aspectos relacionados à educação, saúde, cultura, assistência social, meio ambiente, gênero, defesa de direitos, economia solidária, entre outros.

Nesse sentido, compreender a formação dessas redes e suas interações surge a partir de uma perspectiva analítica de buscar entender o próprio modelo de desenvolvimento para a localidade. Pois, é a partir dessas estratégias que os atores sociais locais procuram, com os atores externos (instituições públicas), desenhos de políticas e projetos que efetivamente possam promover uma mudança social e econômica para

melhoria da qualidade de vida local.

Tal forma de compreensão está vinculado à linha de pesquisa em que este trabalho foi inserido dentro do programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, que é a linha “Estratégias de Desenvolvimento”.

Esse enfoque de analisar o desenvolvimento a partir dos atores sociais e as redes que se formam em suas interações é fundamental para compreender como as estruturas externas (governo, instituições, mercado) podem influenciar, mas não determinar, o modelo de desenvolvimento adequado para as localidades rurais, que é o caso da região de estudo desta pesquisa.

Assim, esse olhar considera a necessidade de priorizar o entendimento de como essas estruturas externas influenciam e interagem com os processos endógenos de desenvolvimento, tendo como cerne os atores sociais e as redes de interação, e como eles reagem diante desses processos (GONZÁLEZ et al., 2014).

Nesse prisma, a interação entre os atores sociais, reunidos em organizações sociais, e o ambiente externo, representado pelas instituições públicas, são potencializados pela expansão das redes que são formadas nessas interações, permitindo a criação de estratégias para a solução de problemas sociais e alternativas para o desenvolvimento econômico local.

Segundo Schmitt (2011) a noção de redes vem sendo utilizada, nas ciências sociais e nos estudos de desenvolvimento, de múltiplas formas, principalmente como ferramenta de análise para compreender a complexidade social do desenvolvimento no espaço rural. Uma das principais vertentes que vem ganhando espaço na academia, a partir da década de 1980, é a noção de redes para o desenvolvimento rural a partir da Perspectiva Orientada aos Atores e a Análise das Redes Sociais, proposta pelos estudiosos da antropologia e sociologia econômica.

Nesta perspectiva, este trabalho traz em seu cerne a análise da cooperativa Coopazçu, como prática de organização social inserida na Região do Zé Açú, a partir da formação das redes sociais que ocorrem espontaneamente durante as atividades e eventos em que realiza e participa na localidade, trazendo para o bojo do trabalho não só as interações entre os membros da organização e os grupos sociais (famílias, associações, cooperativas), mas também as inter-relações com as instituições públicas do ambiente externo.

Considerando o papel fundamental das redes enquanto fenômeno de interações entre os grupos, é importante considerar as conexões sociais que ocorrem nas

atividades e eventos permitindo a criação de alternativas de políticas públicas e estratégicas para resolução dos problemas sociais e desenvolvimento local (BRANDÃO, 2016).

Sendo assim, a perspectiva de desenvolvimento parte da compreensão dos trabalhos de Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg (1994) da Escola de Wagening na Holanda, a partir da Perspectiva Orientada ao Ator (POA), que representa uma importante contribuição para estudos sobre desenvolvimento rural na América Latina.

Grosso modo, esse referencial procura trazer uma análise de desenvolvimento que rompa com as abordagens macro estruturalistas – seja na versão do liberalismo, seja na versão marxista –, que colocam o desenvolvimento como efeito de “forças externas” aos atores sociais. Essa teoria afirma que embora as forças externas influenciam as mudanças estruturais, ela compreende que são os atores sociais que determinam a formulação e a implantação de projetos de desenvolvimento, afetando também os seus resultados (SCHMIT, 2011)

Segundo Gomes, Gomes e Fernandes (2018) na POA, os atores sociais são seus próprios agentes de transformação, é um sujeito ativo que processa as informações colocadas nas redes sociais e utiliza como estratégia para seu desenvolvimento. Nessa ótica, os atores sociais se representam em uma variedade de formas: atores individuais, grupos informais, organizações e grupos coletivos.

Esta é a linha de compreensão do presente trabalho, buscando uma análise de como os atores presentes na Coopazçu formam uma rede de interações – entre sua própria organização, outras organizações e as instituições públicas – capaz de influenciar na elaboração de políticas e estratégias de melhoria do bem estar social e desenvolvimento local a partir das informações que são processadas dentro dessa rede, tornando-se seus próprios agentes de transformação.

1.1 JUSTIFICATIVA

As organizações sociais em comunidades rurais tornam-se, na atualidade, fator de grande importância na luta e resistência social para o acesso a políticas públicas com vistas a melhoria da qualidade de vida, valorização socioambiental e desenvolvimento local¹.

Tais comunidades buscam fugir do modelo imposto pelo capitalismo, em

¹ O conceito de desenvolvimento local foi discutido no aprofundamento teórico mais à frente.

que precisam sair de suas localidades para grandes centros e servir como reserva de força de trabalho e geração de capital. O novo olhar comunitário busca quebrar esse paradigma de imposição capitalista a partir da permanência em sua região trabalhando no processo de valorização e desenvolvimento local por meio de organizações sociais.

Bandeira (1999) destaca a participação da sociedade civil e a articulação dos atores sociais como um dos pontos mais importantes para a promoção do desenvolvimento, seja em escala nacional, regional ou local. Segundo o autor, existem, pelo menos, cinco linhas convergentes de argumentos que demonstram a importância da participação social no debate sobre o desenvolvimento.

O primeiro argumento destaca a necessidade da consulta aos segmentos da comunidade que serão diretamente afetados pelos programas ou projetos relacionados como o desenvolvimento. O segundo destaca a transparência das ações quando os atores sociais tornam-se agentes participativos, assegurando a transparência e permitindo o combate a corrupção.

A terceira linha de argumento é bastante importante para este trabalho, pois vincula a participação dos atores sociais nos programas e projetos de desenvolvimento com à sua acumulação de capital social, visto que este “constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento” (p. 10).

A quarta linha de argumentação estabelece uma conexão entre o fortalecimento competitivo de um país ou região, no que diz respeito ao desenvolvimento, com o aumento da participação social na formulação e implementação de políticas públicas. A quinta, e importante argumentação, ressalta o protagonismo e formação das identidades regionais e locais com a ampliação da participação dos atores sociais na construção de um modelo de desenvolvimento adequado a sua realidade (BANDEIRA, 1999).

É nesta perspectiva que surge a importância deste estudo, onde se busca analisar a participação dos atores sociais locais, por meio Coopazçu, na construção de estratégias de desenvolvimento local a partir da formação de redes sociais que se interagem e se inter-relacionam criando práticas e ações organizativas capazes de impulsionar o desenvolvimento.

Sendo assim, a inquietação por compreender esse fato social levou o pesquisador a essa temática, pois a vivência na área de estudo, região do Zé açu, e na organização social Coopazçu, durante a formação acadêmica, delineou-se na percepção da importância desses grupos e atores sociais para o desenvolvimento local. Sendo que buscar entender essas interações e redes sociais que são formadas nessa área de

pesquisa, entre os grupos sociais – as famílias, associações, cooperativas, coletivos – e as instituições públicas externas, é importante para a compreensão e colaboração na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento adequadas a realidade local, tornando participativo esse processo.

A Coopazçu caracteriza-se como uma organização social, inserida em uma região rural, que busca através de suas ações e atividades socioeconômicas um fortalecimento comunitário com a finalidade de gerar qualidade de vida e desenvolvimento local para a coletividade.

Essa organização representa-se como um “nó” fundamental na construção da rede de interações que se forma nessa região, com outros grupos sociais que estão inter-relacionados e compartilham informações por meio de diversos eventos (reuniões, assembleias, audiências públicas, cultos religiosos, etc.) que se transformam em oportunidades para soluções e construção de estratégias para desenvolvimento da localidade.

Assim, a partir das observações anteriores, já como pesquisador, realizadas nos grupos sociais presentes na região, e de maneira mais atuante na cooperativa objeto deste estudo, juntamente com a percepção da importância que esses grupos representam para o desenvolvimento da região, apontado na Tese de Brandão (2016), despertou-se o interesse em prosseguir investigando a área de estudo, assim como as organizações sociais locais, principalmente o objeto deste estudo, a Coopazçu, trazendo não somente a análise das interações das redes que se formam entre os grupos sociais locais, mas também sobre a ótica de como essas organizações internas estão interagindo e inter-relacionadas com as instituições externas (Públicas e Privadas) em busca de políticas públicas e ações de desenvolvimento para a região.

Além disso, apesar de a região já ser vista sobre vários olhares nos trabalhos já realizados, esta pesquisa traz em seu âmago um aspecto novo como fruto de investigação que ainda não foi explorado academicamente, que é a análise de como as organizações presentes na região interagem entre si e entre as instituições públicas responsáveis pela elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento local da região, tomando como objeto de análise para a pesquisa a Coopazçu.

Diante disso, este trabalho representa ainda uma importância social significativa para a comunidade a partir da percepção local do valor dos movimentos organizativos e suas ações práticas como instrumentos potencializadores do desenvolvimento local, e que a participação dos atores sociais dentro dessas organizações

as tornam efetivamente fator de mudança do contexto social na qual vivem, pois, as práticas organizativas são vitrine para que o Estado direcione políticas públicas para o desenvolvimento local.

1.2 PROBLEMA

A partir do conhecimento empírico acerca da área de estudo, está sendo proposto entender as organizações sociais como fator de transformação para o desenvolvimento local da região do Zé Açú, partindo da Coopazçu como centro de análise neste trabalho.

O pressuposto que norteia a problemática de pesquisa foi que para entender o desenvolvimento a partir da perspectiva dos atores locais é necessário compreender as práticas organizativas que esses agentes estabelecem no seu território. Para, assim, buscar compreender as redes de interação que são formadas na região a partir do diálogo entre os grupos sociais local e instituições públicas.

Quando tratamos o desenvolvimento como um processo, que é construído em um prazo contínuo, a participação efetiva da comunidade que será afetada pelos programas e projetos de desenvolvimento torna-se fator fundamental para o sucesso, fora isso, a ausência de uma interação suficiente com as organizações e atores sociais locais tende a fazer que muitas das ações públicas sejam incapazes de alcançar integralmente os objetivos propostos para a região (BANDEIRA, 1999).

As organizações sociais – associações, cooperativas, conselhos de políticas públicas e fóruns – na Amazônia, constituem-se como elemento fundamental para que os agentes sociais possam estabelecer diálogos com as instituições públicas na formatação de estratégias para o desenvolvimento local, seja por meio de projetos ou acesso a políticas públicas, ou até mesmo para se fortalecer como reações de poder e evitar implementações de projetos que não sejam de interesse da população local.

Assim, foi formulado a seguinte problemática de investigação: em que medida a Coopazçu, enquanto prática organizativa integrante da rede social da região do Zé Açú, serve de condicionante para o desenvolvimento local e protagonismo comunitário, a partir das interações sociais que se estabelece na região por meio de suas ações práticas.

A partir daí, levantado as organizações, instituições e empresas que atuam na região, cabe analisar as redes de interação que ocorre dentro dessa estrutura, respondendo algumas perguntas, tais como:

1. Qual o papel que esses elementos estão tendo para a promoção do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população?
2. Quais os canais de diálogo entre o Estado e as comunidades para a canalização das demandas e implementação de políticas e projetos de desenvolvimento local?
3. Qual a intensidade de participação e agência² que os atores locais estão colocando nas interações entre os atores externos?

Tais respostas possibilitarão analisar de forma estruturada o papel das redes sociais na região de estudo, bem como o papel da Coopazçu como parte integrante dessa rede e do processo de desenvolvimento.

1.3 HIPÓTESE

A presente pesquisa tem como hipótese que as práticas organizativas comunitárias da região do Zé Açú, representada pela Coopazçu, constituem um importante instrumento no processo de desenvolvimento local, proporcionando maior força no acesso a políticas públicas e geração de trabalho e renda por meio da rede de interação existente na região.

Nessa perspectiva, a rede social, formada pelas interações, pode ser definida como um conjunto de nós, representado pelos atores (pessoas ou mais organizações), ligados por relações sociais ou laços que estabelecem entre si a partir da troca de conhecimento, informação, confiança, reciprocidade, entre outras relações interpessoais, que podem ser encontradas nas ações e práticas dentro da rede (GRANOVETTER et al., 2000).

É a partir desta ótica que se coloca como hipóteses a valiosa contribuição da Coopazçu, e suas interações com as instituições preexistentes nessa rede de relações presente na região, como importante ferramenta de desenvolvimento local. A ideia parte do entendimento de apontar, não os atores sociais da cooperativa atomizados, mas sim, inseridos em uma rede de relações sociais que se retroalimentam a partir de suas interações, tanto com as estruturas internas (unidades familiares, própria cooperativa, outras organizações como a escola, igreja e associações) quanto as estruturas externas

² O conceito de Agência diz respeito a capacidade dos atores sociais terem a capacidade de decidir a melhor escolha para sua vida, mesmo sofrendo formas de pressão externa. Tal conceito foi tratado de maneira mais ampla no tópico 2.3.1 sobre a Perspectiva Orientada ao Ator.

(órgãos públicos, governo, mercados).

1.4 OBJETIVO

1.4.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo geral analisar a contribuição da Cooperativa Coopazçu na rede social para o processo de desenvolvimento local da região do Zé Açú.

1.4.2 Objetivos Específicos

Como específicos, a pesquisa objetivou compreender e mapear a rede social em que a Coopazçu está inserida dentro da região a partir de outras organizações internas e externas; e apontar os possíveis entraves para a efetivação da Coopazçu como ferramenta de desenvolvimento local.

1.5 METODOLOGIA

A abordagem e a análise dos dados foram conforme o Estudo de Caso, considerando os fatos sendo analisados em seu contexto aprofundado, permitindo conhecimento amplo sobre o objeto. Yin (2010, p. 39) afirma que o estudo de caso representa “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

1.5.1. Local da Pesquisa

A área específica deste estudo é a denominada Região do Zé Açú, ou tecnicamente Micro Bacia Hidrográfica (Mbh) do Zé Açú, pertencente ao Assentamento de Reforma Agrária de Vila Amazônia, conhecido nos documentos oficiais de governo como Projeto de Assentamento Vila Amazônia (PA Vila Amazônia). Esta área localiza-se na região do Baixo Amazonas, Estado do Amazonas, município de Parintins. Podemos observar visualmente a localização na página 57 por meio dos mapas inseridos.

De acordo com Brandão (2016) esta área possui cerca de 78.270,000 hectares, destinada pelo governo federal para assentar agricultores familiares apoiados pela política de reforma agrária que ocorreu durante a década de 1980 a partir de decretos de desapropriação do governo federal, na qual foi projetado para receber 2.300 famílias de

agricultores familiares, distribuídas em aproximadamente 62 localidades.

Para fim de delimitação do universo da pesquisa, se tomará como *locus* do estudo a Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, que está localizada na Mbh do Zé Açú, e onde está inserida a sede da cooperativa Coopazçu, que é objeto de análise deste estudo. Conforme observaremos na sua localização apontada na página 69.

O objeto da pesquisa, como supracitado, é a Cooperativa de Agroturismo de Sustentabilidade Socioambiental das Comunidades do Zé Açú – Coopazçu, que se caracteriza como uma organização social presente na localidade que realiza atividades sociais, ambientais, econômicas e políticas na região.

1.5.2. Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos utilizados nesta pesquisa foram fundamentais para se chegar aos objetivos propostos na análise dos resultados do campo. Para isso, este trabalho contou com os seguintes perfis de sujeitos:

- a) Lideranças da cooperativa que estejam desde sua fundação;
- b) Comunitários da comunidade de Nazaré que exercem papel de gestão local;
- c) Comunitários que fazem parte da gestão da Coopazçu;
- d) Representantes de Instituições Públicas do município de Parintins, ou que atuem na região representando órgãos federais, Estaduais e Municipais;
- e) Representantes de associações, cooperativas, conselhos de políticas públicas, fóruns, entre outras organizações sociais presentes na região;
- f) Comunitários da comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, onde está localizada a sede da cooperativa.

1.5.3. Instrumentos de Pesquisa

a) Levantamento bibliográfico:

- Foi realizado busca dos temas de estudo em sites de pesquisa acadêmica, diretórios e periódicos sobre: Comunidade Rural, Protagonismo Comunitário, Organização Social, POA, Redes Sociais, Capital Social e Desenvolvimento Local.
- Realizou-se, ainda, consulta ao acervo da biblioteca da UFAM, UFPA, UNILA e acervo particulares, no intuito de reunir material bibliográfico necessário ao aprofundamento teórico da pesquisa, principalmente no que diz respeito a região Amazônica, em particular as experiências de organização social – principalmente cooperativas – nas comunidades rurais amazônicas. A partir desse processo de seleção de leituras foi feita

a escolha dos autores que fundamentaram as discussões teóricas relevantes aos objetivos da pesquisa.

- Leitura de teses e dissertações sobre as temáticas supracitadas.

b) Elaboração dos instrumentos da pesquisa:

Para a coleta dos dados foi organizado um roteiro de entrevistas semiestruturadas aplicadas junto aos sujeitos colaboradores da pesquisa, conforme delimitação da tabela 01. Destaca-se que foram mantidos em anonimato os nomes dos sujeitos da população participante do estudo, com exceção dos comunitários que autorizaram o uso de sua imagem nas fotografias.

Tabela 01 – Ator Social, variáveis e indicadores do roteiro de entrevista

Ator Social	Variáveis	Indicadores
Instituições Públicas	Políticas Públicas Plano de Trabalho Assistência técnica Rural	Políticas Públicas direcionadas para a área rural; Ações desenvolvidas na região estudada; Acompanhamento e incentivo ao melhoramento da produção;
Organizações Sociais	Qualificação Técnica Interação Social Práticas Organizativas	Qualificação para gestão de Organizações Sociais; Participação em eventos de interação com outras OS; Associativismo e cooperativismo;
Líderes Comunitários	Produção Agrícola Percepção Comunitária Interesses organizativos Atividades	Estilo de produção local; Percepção ambiental, cultural, social e econômica da região; Organizações sociais que participa; Ações comunitárias desenvolvidas;

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

1.5.4. Procedimentos de Coleta e Análise

A aplicação dos instrumentais da pesquisa foi por meio da aproximação do pesquisador nos ambientes de convivências dos sujeitos participantes (comunidade, assembleias da cooperativa, fóruns, reuniões da comunidade, etc.), conforme a indicação do sujeito da pesquisa para a realização de observação participativa, entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa, registros fotográficos e diário de campo.

De acordo com Correia (2009) a observação participativa ocorre com o contato direto do pesquisador junto aos sujeitos de pesquisa, mergulhando em seu contexto cultural e social de modo a compreender os fatos na vivência real, interagindo com os sujeitos em seu próprio ambiente.

Os dados foram analisados por meio da triangulação, isto é, análise foi realizada a partir de três fatores em conjunto: dados de campo, referencial teórico e visão do pesquisador. No tratamento dos referidos dados foi considerado a objetividade dos resultados obtidos à luz da análise qualitativa, compreendendo os fenômenos dos sujeitos, organizações e grupos em seu contexto social por meio da observação participativa e os instrumentos de coleta de dados (MINAYO, 2012).

O texto foi estruturado conforme os levantamentos teóricos, dados analisados nas entrevistas, documentos, fotografias, de modo a corresponder com o problema investigado, os objetivos propostos, a metodologia escolhida e os resultados obtidos em campo.

A seguir apresenta-se brevemente a estruturação desta pesquisa e o caminho percorrido para que se pudesse formar uma base sólida e, assim, chegar ao resultado proposto e esperado nesta dissertação.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho dividiu-se, além das considerações finais, em quatro grandes partes: 1. Introdução; 2. Fundamentação Teórica; 3. Resultados de pesquisa; e 4. Estudo do caso. Além disso, são feitas recomendações de trabalhos futuros que podem servir de complementariedade para esta pesquisa.

O Capítulo 1, traz a introdução da pesquisa, onde é apresentado a contextualização geral da temática do trabalho, demonstrado o universo da pesquisa e as motivações que levaram, enquanto pesquisador, a debruçar mais profundamente este estudo.

Ainda no primeiro capítulo é explanado a justificativa, hipótese e problemática levantada no desenvolver deste trabalho, assim como os objetivos e metodologia que orientaram a realização da pesquisa e possibilitaram a finalização produtiva de todas as etapas propostas.

No Capítulo 2 foram apresentados fundamentos teóricos na qual o trabalho se calçou, trazendo uma abordagem dos modelos de organizações sociais e, especificamente, as características das organizações presentes na Amazônia, a teoria das Redes Sociais e sua importância para estudos nas ciências sociais, assim como uma revisão da bibliografia de variáveis que acompanham essa teoria no estudo do desenvolvimento, tais como: confiança, reciprocidade, cooperação, laços sócias, etc.

O Capítulo 3 refere-se ao lócus de pesquisa onde o objeto de estudo está inserido, as particularidades, modos de vida e especificidades que são encontradas na localidade. São informações necessárias para a compreensão da análise dos resultados que é apresentado nos próximos capítulos.

No Capítulo 4, foi feito um mapeamento das interações sociais que ocorrem na região de pesquisa, apontando os atores sociais e instituições que compõem a rede social e explanando o papel de cada uma no fortalecimento das práticas organizativas e desenvolvimento local.

No Capítulo 5 é feita a apresentação e análise dos resultados da pesquisa, discorrendo sobre estudo de caso da cooperativa, respondendo à hipótese e pergunta norteadora desta pesquisa, a fim de se concluir os objetivos propostos no trabalho.

Por fim, é realizada as considerações finais trazendo um breve resumo do que foi apresentado ao longo do trabalho, apontando as sugestões de melhorias e desenhos de políticas públicas para a área pesquisada, conforme os resultados que se chegou no final da pesquisa.

2 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, FORMAÇÃO DE REDES E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM DEBATE NECESSÁRIO

2.1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: CONTEXTO GERAL

As mobilizações sociais, ao longo da história de formação do Estado brasileiro, se mostraram de grande importância na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, levando demandas da população e uma intervenção social que busca transformar a qualidade de vida da sociedade por meio da participação nessas tomadas de decisão. São nesses eventos de lutas e resistências populares que começam a se formar as organizações sociais ou, ainda, organizações comunitárias. Tudo isso buscando fortalecer a formatação de um Estado brasileiro participativo, principalmente, a partir os anos 1970.

De acordo com Rocha (2008) a sociedade sempre buscou formas de se organizar, sendo esse movimento intensificado nos meados dos anos 1970, período de surgimento dos novos movimentos sociais, desmitificando a posição paciente e acomodado que o Estado enxergava a população. Essas novas formas de organização que vieram surgindo ao longo da década de 70 e 80 demonstram que “a história política do país é repleta de exemplos de manifestações que demonstram a capacidade do povo brasileiro se organizar e lutar por seus direitos” (p. 132).

Fernandes (1994) também aborda a formação das organizações populares no Brasil sendo intensificadas nas décadas de 1970 e 1980, chamada também por Ruth Cardoso (2004) de período de institucionalização dos movimentos, tendo como principal motivo à repressão da ditadura militar que fechou os canais de diálogo do Estado com a sociedade.

Nesse sentido, houve a aproximação desses movimentos, tidos no período do regime como ilícitos, com organizações de base que já vinham fazendo trabalhos sociais, marcados pelas Comunidades Eclesiais de Base, organizado pela igreja católica no Brasil que discutiam interesses locais da população, o que veio a fortalecer as formas organizativas no período de luta, como o movimento operário do ABC, reformulação da União Nacional dos Estudantes (UNE), surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (FERNANDES, 1994; ROCHA, 2008).

Assim, ainda segundo Rocha (2008),

[...] o marco mais importante da luta pela maior participação popular na esfera pública teve sua origem no bojo da resistência contra a ditadura militar, a partir dos anos 70 e ao longo dos anos 80, quando os novos movimentos populares e segmentos da classe média se organizaram, “de costas para o Estado”, em torno das reivindicações urbanas, como educação, saúde, moradia, saneamento e transporte coletivo (ROCHA, 2008, p. 134).

É nesse cenário de luta e resistência da sociedade civil que ganham forças as organizações sociais de base, tendo papel fundamental na solicitação de espaços de participação para que se poder levar até o Estado as demandas sociais urbanas e rurais supracitadas que a população necessitava.

Apesar de atualmente estarmos passando um processo de instabilidade democrática em nível nacional, é válido evolução do processo democrático que o país vivenciou desde os anos 1970, passando pela redemocratização em 1988, grandes movimentos sociais que escreveram a história nos anos 90 e mais recente nos anos 2000. Cabe tecermos aqui, uma visão holística da democracia brasileira, tendo em seu cerne a participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas e a capacidade de iniciativa de organização da população na luta por suas demandas, principalmente daquelas que estão na ponta, nas camadas mais populares que surgem nas comunidades e buscam ser os sujeitos de luta da sua própria história, chamados aqui de organização social de base.

Partindo de um procedimento metodológico de diferenciação, cabe a priori, buscarmos entender os níveis de articulação de organizações estruturadas, apontando as distinções dos níveis de organização social para facilitar o entendimento e reflexões dessas formas organizativas que a população dispõe para aprimorar sua participação cidadã na relação com o Estado em busca do desenvolvimento para sua localidade. Conforme aponta Matos (2003),

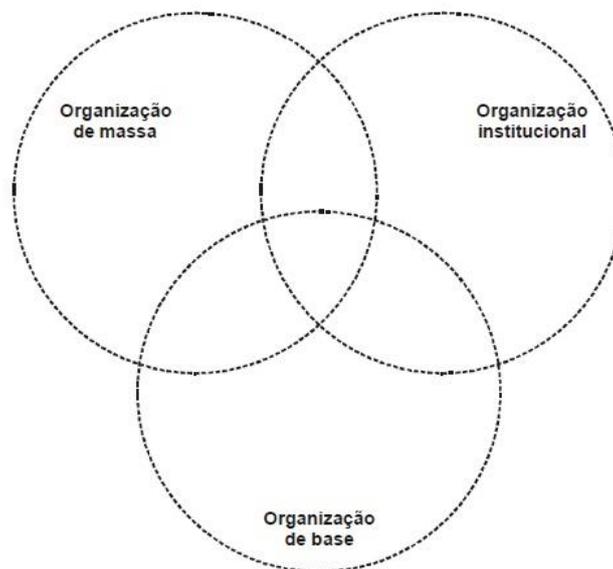
Além de permitir o aprofundamento da análise, esse procedimento metodológico de diferenciação poderá facilitar reflexões mais dirigidas para o fortalecimento dos diversos segmentos e níveis da organização social, contemplando desde as organizações institucionalizadas no plano nacional até, no outro extremo, os coletivos locais, compreendendo desde a expressão da vontade popular nos processos eleitorais até a participação cidadã nas decisões comunitárias; da universalidade das normas sociais e da vontade coletiva da maioria ao direito às singularidades individuais (MATOS, 2003, p. 13).

Essa diferenciação faz-se necessária para uma melhor sistematização da

proposta desse tópico de pesquisa, que busca analisar as organizações de base no seu processo de construção histórica e na formação de atores sociais que buscam aumentar os canais de participação junto aos políticos de Estado na busca pelo desenvolvimento local.

Matos (2003) aponta a compreensão dos níveis de organização social dividido em três segmentos, do micro ao macro, diferenciados e complementares entre si: i) a organização de massas; ii) a organização política e institucional; e iii) organização de base. Demonstrado na figura 01 como elas se diferenciam e se completam ao mesmo tempo.

Figura 01: Representação dos segmentos de organização social



Fonte: Aécio de Matos (2003)

O primeiro nível de organização de massa são aqueles expressados por lutas coletivas mais amplas, que de início tiveram sua mobilização iniciadas por estruturas bases e ganharam projeções impulsivas, identificadas por uma causa ou objetivo comum e quase sempre representa por líderes as quais se depositam poderes para dirigir e orientar as massas. É nesse nível de organização que surgem os movimentos que representam um grau maior de evolução política de um povo que suas ações são determinantes nas grandes mudanças na vida da sociedade.

Para Prado (2005), ao debater o conteúdo das organizações de massa não se pode desprender os aspectos coletivos de interesse dos aspectos políticos, pois se tratam de manifestações que por muitas vezes institucionalizaram ou patologizaram o

fenômeno político. Assim, “essas organizações de massa mobilizam o lado impulsivo do comportamento humano, investidos de posições ideológicas que sacralizam e demonizam figuras públicas” (MATOS, 2003, p. 16).

Diante de um aspecto ideológico inserido nas organizações de massa, o autor aponta uma crítica acerca desse modelo de organização, afirmando que

Se esse nível organizacional de massas é fundamental para ganhar posições no quadro macropolítico, não parece seguro depositar nele grandes expectativas de sustentabilidade e de garantia do processo democrático. Considerando o caráter instável dos comportamentos de fundo emocional, seria conveniente procurar uma maior estabilidade do processo democrático em outros níveis de organização social mais estruturados (MATOS, 2003, p. 16).

Dagnino (1994) utiliza a expressão “estratégia política” para caracterizar essa ideia de cidadania buscada pelos movimentos sociais, onde seu conteúdo e seu significado não são universais, mas respondem à dinâmica dos conflitos vividos pela sociedade em determinado período. Que esse conteúdo, portanto, serão sempre definidos pela luta política.

O segundo nível de organização se refere àquelas que possuem um caráter institucional, que ordenam as normas, direitos e deveres que regulam a sociedade. A estrutura funcional do aparelho do Estado, as empresas privadas, seus códigos e contratos, os partidos políticos, os sindicatos e os próprios movimentos sociais são exemplos da organização institucional, ou seja, são aqueles que são estruturados por essência e gozam de maior estabilidade às regras da democracia que permitem o acesso aos pactos sociais estabelecidos com o Estado.

As organizações institucionais podem ser definidas também conforme estabelecidas por Bresser-Pereira (1998), aquelas que celebram contrato com o poder estatal para fornecer serviços sociais de educação, saúde, cultura, pesquisa, etc., diretamente para a população, garantindo maior eficiência e melhor qualidade na realização desses serviços caso fossem oferecidas por organizações estatais ou privadas, garantindo, em tese, também uma maior participação da sociedade civil nessas atividades.

Cabe especial atenção ao se analisar a organização social do ponto de vista institucional e do ponto de vista da organização de massa, pois é possível observar a dialética que se institui entre o lado institucional, que dita as normas e regras sociais e políticas, e o lado instituído, onde surgem da contestação dessas regras estabelecidas e iniciam os movimentos de mudanças, onde são formadas as organizações de massa.

A organização de base, vem se diferenciar e complementar os outros segmentos de organização, tanto pelo caráter universal da institucional como pela impessoalidade do movimento de massa. Esta, caracteriza-se pela prática democrática direta, onde os sujeitos sociais podem falar por si mesmos em pequenos coletivos locais de interesse comum. É um espaço onde pode-se construir reflexões sobre as demandas e especificidades de cada território, relacionando-se com outros sujeitos e autoridades instituídas de distintos segmentos da sociedade (MATOS, 2003).

Dentro deste cenário, é salutar enfatizar o papel do cooperativismo enquanto modelo de organização social, pois há a cooperação como um dos princípios fundamentais, surge como uma forma de introduzir as unidades familiares dentro de um processo de participação, que, ao mesmo tempo que respeita suas individualidades, lhe dar condições de se inserir no mercado com um maior poder de organização e negociação, promovendo justiça social. A participação, neste modelo de organização, é o que determina o sucesso e efetividade das atividades que são desenvolvidas pelo grupo de interesse, colocando todo o grupo como beneficiários dessa organização (DALBELLO; FRANZ, 2010).

Para Haddad et al. (2003) as organizações sociais, principalmente as associações, sindicatos e cooperativas, além de proporcionar conquista econômica e social para os grupos familiares, promove uma mudança fundamental na vida dessas pessoas, que é a politização. Com isso, os movimentos organizativos representam um resgate a cidadania e dignidade das pessoas, por essa razão, o cooperativismo e outros modelos de organização social, promovem uma luta social que fazem as pessoas se sentirem sujeitos de sua própria história. Em comunidades rurais, que é o caso do objeto desta pesquisa, esses modelos organizativos tornam-se ainda mais fundamentais para a luta por políticas públicas e desenvolvimento local, em face da debilidade, muitas vezes enraizada, de participação social que existem nesses territórios.

Sendo assim, é necessário também haver uma visão política na formação de organizações sociais de base, pois esse é um elemento basilar na construção de uma unidade que possam lutar pelos mesmos objetivos, construindo o sentido de uma organização social “atuando de acordo com a lógica de acúmulo de forças políticas e de transformação social” (MAURO, 2003, p. 62).

Chaves (2001) traz contribuições da formação de organizações sociais em comunidades rurais, afirmando que elas nascem da convivência, do sentimento de pertencimento do território, dos acordos e consensos que desencadeiam condições necessárias para buscar melhores qualidades de políticas públicas por meio de ajuda

mútua a partir das formações de organizações coletivas. Para a autora, a organização social e política dos pequenos produtores e grupos sociais aparece como uma estratégia de reivindicação ao atendimento de suas demandas econômicas, sociais e culturais, via políticas públicas, assim como também representa uma importante valorização dessa base da sociedade para as conquistas de seus direitos enquanto cidadãos.

No próximo tópico se abordará o surgimento e presença das organizações sociais em comunidades rurais na Amazônia, trazendo uma compreensão da participação desses modelos organizativos no universo desta pesquisa. O objetivo aqui é trazer uma discussão acerca do surgimento e fortalecimento das organizações sociais na sociedade amazônica, e como elas colaboram para a participação social, controle estatal, acesso ao mercado e luta por justiça social.

2.1.1 Organização Social na Amazônia

Podemos observar uma variedade de organizações sociais que se diferenciam e, ao mesmo tempo se complementam, sendo que em um mesmo território pode existir mais de um modelo de organização, como, por exemplo, a existência de uma Associação de Moradores e uma Cooperativa de Produtores Rurais, ambos sendo criados para defender os interesses distintos e particulares de seus associados.

Assim, a busca dessas formas de movimentos organizativos por parte da sociedade vem sendo construído durante longos anos de lutas por abertura de espaços de participação para se poder formar cidadãos que exerçam sua cidadania e possam lutar por políticas públicas e desenvolvimento local para melhoria de sua qualidade de vida.

As organizações de base, principalmente, vêm desempenhando um papel fundamental na construção desses atores sociais, instigando seus deveres de cidadão enquanto viventes em um Estado democrático construído por si próprio durante as lutas populares.

Durante o processo de formação regional da Amazônia, entre os ciclos econômicos, políticas de povoamento e levas de migrações, ocorreram a miscigenação e formação de diferentes grupos sociais, o que impulsionou a emergência de uma diversidade cultural que predomina ainda nos dias atuais na região, formada por pequenos produtores, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, comerciantes, empresários, etc. O modo de vida dessas populações deram gênese ao início dos movimentos organizados para servir de canal de

interação para as ações institucionais do Estado por meio de Políticas Públicas (CHAVES, 2001).

Neste fato, as alterações políticas ao longo da história da região, as mudanças nas configurações sociais e o aumento da densidade populacional urbana e rural, impulsionaram esses grupos sociais a manter e transformar seu modo de organização para buscar espaço nas políticas públicas do Estado para o desenvolvimento de suas localidades e territórios.

É a partir desse fortalecimento organizativo que inicia o surgimento das organizações sociais de base comunitária e políticas na Amazônia, colocando-se como objeto de luta suas demandas socioeconômicas e ambientais de acordo com a identidade cultural que é característica de seus grupos sociais, sendo que tais grupos necessitam de demandas específicas para sua localidade.

Segundo Chaves (2001, p. 62),

A afirmação de identidade desses grupos sustenta-se em primeiro lugar na origem étnica, principalmente na indígena, pela adoção e adaptação de saberes, e técnicas de acordo com suas necessidades e no exercício de modalidades de manejo dos recursos naturais que se diferenciam de grupo para outro em termos de relações sociais de produção e processo técnico de trabalho (regulação da intensidade de exploração dos recursos). Em segundo lugar, a afirmação da identidade sócio-política própria faz-se também na autoafirmação diante de seus opositores nas lutas sociais.

Tal afirmação, reflete a indiferença cultural com que os povos da região eram tratados pelo Estado no direcionamento de políticas públicas, visto que não eram considerados as especificidades dos grupos sociais e tampouco seu modo de vida e contexto cultural da localidade em que estavam inseridos.

Calegare et al. (2009) e Chaves et al. (2001; 2009) afirmam que no contexto amazônico, as políticas públicas direcionadas para a região, ainda nos dias atuais, são determinadas a partir de lógicas opostas aos interesses e demandas dos diversos segmentos das populações que vivem nessas localidades, pois o interesse dessas políticas sempre foram de desenvolvimento e integração da região nos demais centros de economia dinâmica e à economia internacional, muito em face da cobiça externa sobre a imensa reserva de matéria-prima presente.

Neste cenário, é a partir da resistência e adaptação dos povos da Amazônia que se iniciou, a partir da década de 80, a luta pela visibilidade e reconhecimento da pluralidade sociocultural amazônica, que deu-se com a reorganização da sociedade civil

brasileira por meio dos movimentos sociais, sindicalismo rural ativo, emergência e proliferação de ONG's nacionais e internacionais, e o reconhecimento estatal da importância dessas comunidades para a conservação ambiental da Amazônia (LIRA, 2016).

Segundo Lira (2016) um primeiro passo para o reconhecimento da pluralidade dos povos amazônidas foi um documento internacional da IUCN, UNEP e WWF³ na qual reconhece os povos indígenas como uma sociedade culturalmente diferente e que tem direito a terra, seus recursos naturais, proteção das florestas e principalmente o direito de cooperar com o planejamento do desenvolvimento econômico regional num esforço conjunto na elaboração de estratégias e políticas locais.

Este entendimento sobre a população indígena norteou, posteriormente, várias elaborações de políticas públicas durante a década de 90. Porém, outro grande passo foi dado a partir dos anos 2000, quando esse reconhecimento foi dirigido também as chamadas comunidades tradicionais não indígenas, a partir do Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007⁴ (LIRA, 2016).

A partir deste entendimento iniciou-se um movimento de surgimento de vários movimentos sociais de grupos organizados que levantavam a bandeira socioambiental que começou a articular a formação de organizações sociais condizentes a realidade da região, conforme exemplifica Lira (2016, p. 71),

O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), os Movimentos dos Pescadores Artesanais (Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA) e Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (MOPEBAM), Movimento de Ribeirinhos e os Movimentos Indígenas.

Tais movimentos, que se representam como organização social de base, foram importantes para uma nova configuração política da Amazônia, pois trouxeram uma nova percepção da sociedade local a partir das relações sociais que são formadas dentro

³ THE WORLD CONSERVATION UNION - IUCN; UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP; WORLD WIDE FUND FOR NATURE - WWF. *Caring for the Earth: a strategy for sustainable living*. Gland, Switzerland: IUCN/UNEP/WWF, 1991.

⁴ Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>.

Art. 3º inc I: Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

deste ambiente, além de desmitificar o imaginário de passividade da população a respeito da recepção de políticas públicas, onde a maior politização, a partir dessas organizações, possibilitaram uma participação efetiva no campo social e econômico na formulação de políticas adequadas a realidade local.

Nesta direção, Chaves (2001) observa que a formação de organizações sociais, ou socioculturais – como pontua a autora –, criam mecanismos de participação que proporcionam uma construção coletiva de alternativas e soluções para problemas socioeconômicos e culturais de suas localidades, onde a partir da interdependência e cooperação instituem uma rede de ajuda mútua como fator fundamental para a sobrevivência.

Para Andrade (2011) a formação de organizações de base comunitária na Amazônia é um passo fundamental para se alcançar efetividade em quaisquer esforços voltados para a conservação ambiental, valorização sociocultural e fortalecimento econômico de uma comunidade. Porém, a formação de organizações em comunidades rurais da Amazônia, perpassa por alguns cuidados a serem observados para que a real efetividade seja alcançada.

Além do respeito as especificidades que a região possui no seu mosaico de população, outro ponto importante é o “como fazer” das organizações sociais de base comunitária, pois o tempo de organização dessas populações diferem de outros centros. Inclusive sendo uma característica desses grupos sociais: o tempo de organização.

Muitas vezes, na Amazônia, os atores externos às comunidades que ajudam na implementação e organização comunitária não percebem que o tempo de vida dessas populações são diferentes, leva-se mais tempo para que a confiança seja estabelecida entre os agentes externos e os atores locais, assim o processo de mobilização e organização precisa de um tempo maior para ter a eficiência desejada nessas atividades.

Nesse sentido, esses atores externos (instituições públicas, ONGs, empresas), não percebem as limitações dessas populações e no afã de acelerar a implementação de seus projetos e políticas acabam “queimando” etapas imprescindíveis para o verdadeiro processo de organização social dessa população. Assim, acabam criando essas organizações por mera formalidade, com “recorta e cola” de estatutos prontos sem uma mobilização real dos comunitários, tendo como resultado a “proliferação de um grande número de associações comunitárias criadas formalmente, mas que não chegam a se materializar enquanto unidade de mobilização e organização social” (ANDRADE, 2011, p. 7).

Para Alvear (2008) a falta de formalização dessas organizações sociais de base está diretamente relacionada a alguns fatores, como: i) essas organizações são normalmente pequenas; ii) estão inseridas em comunidades pobres, com população que não consegue se dedicar integralmente para seu fortalecimento; iii) pouco conhecimento técnico na área jurídica e contábil e de gestão; e iv) dificuldades em relação à sustentação financeira da organização.

Tais dificuldades apontadas pelo autor são as mesmas presentes nas organizações da Amazônia, em que normalmente tais iniciativas demandam muitos anos de trabalhos, e as vezes décadas trabalhando de maneira informal e com poucos recursos e apoio institucional do poder público. Porém, é reconhecido o papel que essas organizações possuem para o desenvolvimento local das comunidades amazônicas.

Ainda que tais dificuldades permaneçam nas organizações de base da Amazônia, a falta de formalização vem mudando, principalmente pela necessidade de estarem regularizadas formalmente para firmar parcerias com instituições externas (governos, empresas, outras OS). Este fato deve-se muito pelo aumento de capacidade organização que as comunidades estão desenvolvendo, colaborando para a efetividade das práticas organizativas dentro de suas localidades.

De acordo com Becker (2003) o avanço da participação social e cidadã como protagonista de seu próprio desenvolvimento é um processo formativo lento, pois trabalha a capacidade coletiva de planejar, dirigir, e, assim, de construir uma região de desenvolvimento, que é possível a partir da ajuda mútua por meio de organizações sociais comunitárias.

Neste cenário, o “saber-fazer” das organizações sociais na Amazônia perpassa por um processo contínuo de aprendizado, solidariedade e cooperação para a construção de modelos de organização que são realmente capazes de desenvolver localmente a cultura, a economia, política, e o meio social das populações a partir das suas singularidades e demandas.

Assim, as organizações presentes nessas comunidades estão marcadas por ações políticas, sociais, culturais, ambientais e econômicas que são construídas a partir da conscientização dessas populações dos diversos problemas locais que enfrenta, em que a mobilização social e a organização efetiva e um processo estratégico para enfrentamento dessas problemáticas, e, conseqüentemente, favorecer o fortalecimento do desenvolvimento local.

2.2 REDES E AS INTERAÇÕES SOCIAIS

O conceito de rede social para compreensão das interações sociais entre indivíduos e grupos de pessoas apareceu em 1954, pelos trabalhos do antropólogo britânico John A. Barnes (1987). O autor usou a concepção de redes sociais para analisar a importância da amizade, parentesco e da vizinhança para explicar as interações em uma comunidade, em que essas interações eram formadas por um conjunto de “nós” que se estruturavam em teias de relações.

A partir da década de 1980 iniciou-se, na área das ciências sociais, uma busca para compreender a complexidade das dinâmicas sociais acerca do processo do desenvolvimento, a partir disso, o enfoque de reflexão sobre as interações da sociedade por meio dos atores e da formação de uma rede de interdependência com as estruturas sociais (instituições, PP, mercados) e grupos organizados, trouxe para a agenda de pesquisa uma heterogeneidade e particularidades de experiências de desenvolvimento, mais comprometida com uma análise voltada à perspectiva dos atores (SCHMITT, 2011).

A ideia é compreender não só o processo de desenvolvimento de determinada sociedade em nível macroestrutural, mas sim como esta se configura em suas relações sociais, reconhecendo a “diversidade, multilinearidade e multidimensionalidade do desenvolvimento – acompanhada, frequentemente, de uma grande atenção para processos microssociais” (SCHMITT, 2011, p. 89).

De acordo com Acioli (2007) o estudo da noção de redes de interação vem sendo estudada como instrumento de análise de diversos campos, como Comunicação, Saúde, Educação, Geografia, e em seu campo de origem o das Ciências Sociais. Assim, quando trabalhamos com a concepção de redes percebemos uma mistura de conceituações que perpassa desde as noções tecnológicas, de comunicação, até as relações sociais. O que é comum encontrar entre as diferentes correntes é a metáfora relacionada a imagem de fios, malhas e teias que formam um tecido comum.

Neste sentido, as redes sociais, representam-se como uma metáfora das redes para o estudo dos sistemas sociais, onde os atores são constituídos como os “nós” e as conexões estabelecidas nas interações entre os atores e as estruturas das redes, são relacionadas como os fios, ou os laços sociais, formando, um tecido comum, denominado de sistemas sociais (RECUERO, 2009).

Para Portugal (2007) a perspectiva das redes demonstra uma capacidade

de oferecer respostas para diferentes problemas a partir da compreensão da configuração do sistema social da sociedade, estabelecendo relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem.

Ainda assim, o estudo da formação das redes para compreensão de um sistema social possui alguns pontos que têm que ser observados, que é a implementação de sua análise. Enquanto muitos teóricos visualizam a rede social como uma situação minimalista, apenas como uma metáfora, buscando analisar o comportamento individual das pessoas na interação social, outros analisam a partir de uma estrutural social mais complexa.

Esta análise representa as redes não apenas composto de indivíduos isolados, mas também representados por grupos, instituições, e outras coletividades. Neste modelo de análise, as estruturas da rede (social, econômica, política, etc.) são analisados como padrões constantes de relações entre os atores ou grupos de atores. Assim, o ponto de partida de investigação não deve ser o conjunto de unidades independentes, pelo contrário, deve ser observado o conjunto de relações sociais que se interligam a partir da formação de uma rede interdependente (PORTUGAL, 2007).

Destarte, pontua-se ainda que a análise das redes sociais não se dá apenas em organizações mais institucionalizadas, pelo contrário, um de seus principais pontos de análise, dentro das ciências sociais, é a partir e a compreensão do conjunto de relações sociais entre os atores ou grupos de atores que se estruturam na informalidade, com pouca institucionalização.

Gomide e Schutz (2015) colocam a Análise De Redes Sociais como um instrumento utilizado para estudar as redes invisíveis, informais, espontâneas e não intencionais oriundas das inter-relações da sociedade. Assim, a análise das redes vai buscar as ligações formais e informais existentes nos grupos e indivíduos que formam a sociedade, afim de obter dados necessários para analisar as estruturas sociais que são formadas a partir das interações. Cabe destacar, que neste trabalho, não foi utilizado softwares para realizar a análise das redes sociais, pois isso se deu a partir dos instrumentos metodológicos de pesquisa baseado em entrevistas, observação participante, rodas de conversa, entre outros.

Sendo assim, ao se buscar estudar o desenvolvimento a partir da formação e interações das organizações nas redes sociais, deve-se partir da análise de como as mudanças estruturais das comunidades são influenciadas pelas “forças externas” e “forças internas” que estão inseridas na rede e que intervém no comportamento e conduta dos

indivíduos e grupos sociais que estão nela interagindo.

Para Marteleto e Silva (2004), de maneira geral, a ideia básica de uma rede é simples: um conjunto de atores ou grupos sociais entre os quais existem vínculos, que são as relações e interações estabelecidas, onde para entender bem a rede, deve-se conhecer bem as relações entre os atores e organizações da população estudada.

Schmitt (2011) afirma que o ponto central para compreender o desenvolvimento a partir das redes, é analisar o modo como os diferentes atores influenciam a formação e implementação de ações de desenvolvimento a partir das experiências que são colocadas nas interações da rede pelos grupos sociais e indivíduos. Podendo perceber que as práticas dos atores e suas contribuições para a rede são orientadas por seus valores e sua visão de mundo.

As redes, mobilizando relações, recursos e significados, propiciam a interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas. É na confluência entre essas múltiplas realidades, e através de processos de luta, negociação e acomodação, em diferentes campos de batalha, que se constrói o desenvolvimento (SCHMITT, 2011, p. 93).

Dentro dessa análise de desenvolvimento, a perspectiva está inteiramente relacionada a capacidade humana de atuar nas redes, captando as informações que são colocadas nas interações e transformando-as em demandas que serão canalizadas para as instituições que estão presente dentro da região da comunidade poderem contribuir na criação de políticas públicas.

Outro ponto fundamental que tem que ser observado dentro da formação de redes para entender o desenvolvimento é a relação de reciprocidade e cooperação que é estabelecida entre os atores e instituições que estão presentes na estrutura e no sistema social da região. Diante disso, poderemos observar a formação de variadas naturezas de redes, onde os indivíduos estão interagindo, seja uma rede formada na Escola Comunitária, na Igreja da comunidade, etc.

Nessa ótica, o desenvolvimento parte do método de como os atores interagem com o meio interno e externo em um processo que se retroalimenta a fim de se alcançar um estágio de desenvolvimento no qual os atores sociais estão ligados por meio de estruturas que se formam em redes não estáticas, mas que são modificadas de acordo com a reciprocidade e cooperação estabelecidas dentro da rede.

Essa ideia de reciprocidade, cooperação e nível de confiança diz respeito

a um tema que está bastante presente nos estudos das redes sociais, trata-se do Capital Social. Assim, quando buscamos analisar as interações entre indivíduos, grupos sociais, e instituições, temos que observar as normas, valores, e os relacionamentos compartilhados dentro da rede que permitem a cooperação entre os diferentes grupos sociais e indivíduos.

Assim, é perceptível a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um ativo da comunidade construído pelas suas redes de relações, que vai, a grosso modo, determinar o nível de desenvolvimento e as fragilidades encontradas para a falta de cooperação presente na região.

Marteletto e Silva (2004, p. 44) afirmam que “a construção de redes sociais e a consequente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais”. Compreender o nível de capital social presente em determinada comunidade é um ponto fundamental em favor do desenvolvimento, da inclusão social e de construção de políticas públicas.

Nesse sentido, compreender a conceituação do Capital Social faz-se fundamental para compreender o próprio desenvolvimento, onde os atores, grupos sociais e instituições se colocam como o âmago deste processo.

2.2.1 O Capital Social, a cooperação e a confiança nas redes sociais

A temática do capital social como campo de estudo para compreender os grupos e indivíduos que compõe a sociedade é atualmente utilizado em pesquisa pelos mais diversos campos do conhecimento, seja na sociologia, economia, ciência política, desenvolvimento econômico, educação, etc. O cerne dos estudos buscam, principalmente, articular as experiências de desenvolvimento a partir dos atores que se articulam em redes, onde são estabelecidos normas, regras e relações de reciprocidade, cooperação e confiança mútua.

A formação de grupos sociais, sejam primários (família, amigos) ou secundários (associações, cooperativas, sindicatos, etc.), fazem parte da formação da sociedade na qual as relações sociais, econômicas e culturais se estabelecem por meio de trocas de informações, fluxos e conexões constantes. Na ótica do desenvolvimento, esse fluxo de interação facilita a emergência da confiança, da reciprocidade e da cooperação, elementos que formam o capital social das organizações e indivíduos.

De acordo com Ramírez, Sánchez e Bernadinho (2006) o sucesso de desenvolvimento de um país, está inserido em sua organização e seu capital social, de

modo que para enfrentar as desigualdades estruturais requer não somente mudanças econômicas, mas também transformações da própria sociedade.

Esto es, las relaciones económicas no provienen de un modelo propio, sino que están embedded, es decir incrustadas, en un tejido social y cultural, lo cual permite establecer conexiones de los fenómenos económicos con la esfera sociocultural (Granovetter, 1985) arraigando todas las relaciones sociales en un sólo sistema que también incluye intercambios económicos. El concepto de capital social, ha surgido en distintos ámbitos disciplinarios como una aproximación para abordar precisamente esas conexiones y analizar, en ese marco, algunas de las fuerzas sociales que interactúan con los procesos de desarrollo (RAMÍREZ; SÁNCHEZ; BERNADINHO, 2006, p. 278).

Sendo assim, para haver o desenvolvimento econômico é necessário reconhecer que o caminho para este processo está no aumento do capital social a partir das condições sociais e culturais para que os grupos sociais sejam capazes de superar os problemas e melhorar a qualidade de vida da população, colaborando para o processo de desenvolvimento.

O Capital Social do indivíduo ou grupo social vai ser fundamental para a afirmação de trocas de reciprocidade e cooperação que determinam as redes sociais que são estabelecidos dentro da estrutura social formadora da sociedade.

Putnam (2007) ao tentar compreender o processo de desenvolvimento social e econômico do Norte e Sul da Itália – afirmou que o Capital Social se define como as relações sociais que formam a sociedade, a cooperação e a confiança que são estabelecidos entre as instituições que proporcionam a melhoria na qualidade de vida da população, criando uma capacidade da sociedade de conduzir o seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, quanto mais organizada for uma sociedade, com normas e regras estabelecidas, mais fácil tende a ter a cooperação e a confiança entre os indivíduos, aumentando assim seu Capital Social.

Robert Putnam (1993), utilizando as obras de Coleman em seu trabalho “Making democracy work” onde o autor define capital social a partir da compreensão da participação social e engajamento da sociedade nas ações de instituições de governo. Assim, o ponto em comum entre os dois é o tratamento do capital social como um recurso da sociedade que está baseado nas normas e intercâmbios entre os indivíduos e grupos sociais.

Putnam (1993, p. 167) define, então, o conceito de capital social como “as características da organização social, como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas”, e “como outras formas

de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos fins que não seriam alcançáveis na sua ausência”.⁵

Para Souza Filho (2002) a novidade que Putnam traz no estudo do capital social é sua relação direta com o processo de desenvolvimento, onde a capacidade de organização social de determinada região, revela-se como instrumento poderoso para o nível de desenvolvimento de cada comunidade. Assim, as interações sociais entre organizações, indivíduos e instituições democráticas, quando existente em uma região, torna possível e facilitada a tomada de ações coletivas que resultem em benefícios para toda comunidade.

Fukuyama (2002) corrobora para esse entendimento afirmando que o capital Social,

É um conjunto de valores ou normas informais partilhadas por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Espera-se que se os outros se comportarem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência (FUKUYAMA, 2002, p. 155).

Por sua vez, Abramovay (2000), ao discorrer sobre o Capital Social dentro do desenvolvimento rural, afirma que o seu entendimento vai em contraposição ao modelo de sociedade clássica que percebe que este é formado por um conjunto de indivíduos independentes que agem em função de benefícios próprios. Entretanto, para Abramovay a noção de Capital Social permite ver que os indivíduos não agem de forma isolada e seus comportamentos nem sempre se manifestam de maneira egoísta. Assim sendo, o Capital Social é formado por estruturas sociais que são recursos ativos que facilitam as ações dos indivíduos a fim que se atinja um objetivo em comum.

Outro autor que abordou o conceito de capital social foi James Coleman (1988), em seu trabalho “Social capital in the recreation of human capital”, onde procurou elencar o capital social como um bem público, que está presente na estrutura das relações sociais entre os indivíduos e grupos da sociedade. Para o autor, as redes sociais também são responsáveis por estabelecer o nível de capital social que vai garantir a confiança e a solidariedade nas estruturas sociais (MATOS, 2009).

Pode-se afirmar, inclusive, que o capital social e a cooperação

⁵ “Social capital here refers to features of social organization, such as trust, norms, and networks, that can improve the efficiency of society by facilitating coordinated actions. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that would not be attainable in its absence” (PUTNAM, 1993, p. 167).

determinarão as regiões mais prósperas, onde os atores sociais estarão dispostos a trabalhar coletivamente em redes e organizadas para promover estratégias de desenvolvimento entre os grupos sociais, indivíduos e instituições responsáveis pela elaboração de políticas públicas.

Nessa acepção, as redes sociais, por meio das interações entre os atores e o capital social presente, estão diretamente ligadas às formas de cooperação, confiança e associatividade que são estabelecidas dentro de comunidades, nas quais as cooperativas, como objeto claro deste estudo, podem estar inseridas como instituições formais desse contexto na busca de um desenvolvimento baseado na cooperação, confiança e reciprocidade entre os atores objetivando uma melhor qualidade de vida.

A cooperativa, que pode ser entendida como uma instituição presente dentro da estrutura social dotada de interações dos atores por meio de redes e capital social intrínseca, carrega como seus princípios cooperativos adjetivos que observamos no decorrer da discussão, dotada principalmente de fatores de reciprocidade, confiança e ação de cooperação.

São esses princípios alocados no âmago do cooperativismo que estabelecem uma governança eficiente para que haja colaboração mútua a fim de se alcançar um objetivo comum com finalidade de se desenvolver econômica e socialmente.

Por conseguinte, percebe-se o quão importante se tornam as relações sociais dos indivíduos ou grupos para que suas interações nas estruturas internas e externas, que são postas na rede, possam colaborar para o aumento do capital social e da cooperação, na qual vão estabelecer uma boa governança cooperativa para que possam constituir resistência frente ao mercado tradicional (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

A conceituação do capital social até aqui apresentado coloca a cooperação, confiança, reciprocidade como elementos propulsores do processo de desenvolvimento. Organizações sociais e indivíduos dotados de capital social e capacidade de articular ações coletivas se tornam protagonistas nestes processos.

Naturalmente, as redes sociais surgem como o campo onde as interações entre diversos segmentos de grupos e atores sociais compartilham de informações e conhecimento a partir das conexões e fluxos que são formados na rede, possibilitando que se formem insumos necessários para a formação de estratégias de desenvolvimento local e engajamento social por partes dos protagonistas dessas ações, que são os próprios comunitários, organizados e estimulados a participar do processo de desenvolvimento de sua região.

2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Após a Segunda Guerra Mundial, ao final da década de 1960, começa a ser questionado o modelo de desenvolvimento que estava em prática no momento, baseado intensamente do crescimento econômico e individualista da economia clássica, a qual se mostra insuficiente para responder às transformações sociais pelas quais o mundo estava passando. Nesse contexto, principia-se a busca por entender o desenvolvimento a partir dos atores locais, partindo de um desenvolvimento de baixo para cima, enfatizando a qualidade de vida desses sujeitos (OLIVEIRA, 2002).

A partir daí, as potencialidades sociais, culturais e ambientais das regiões começam a tonar-se variáveis significativas para a promoção do desenvolvimento, os atores e organizações sociais tomam-se também partes deste processo, valorizando o capital humano e social que é formado dentro destas regiões, tendo o Estado um papel fundamental de integração e fomento dessas potencialidades a partir da criação de políticas públicas.

A partir de então, fatores relacionados a questão social do desenvolvimento começaram a ganhar atenção nos espaços de discussão, se revelando como ponto-chave para a melhoria das condições de vida das nações e regiões. Daí em diante vários debates pós-guerra surgiram para discutir o fator social dentro do processo de desenvolvimento, tais como a Carta do Atlântico (1941), Carta das Nações Unidas (1945) e no mesmo ano a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que a partir de então, criou nos países aliados uma série de programas e organismos para ajudar os países a enfrentar os problemas econômicos e sociais no combate à pobreza e da qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002).

Ultramari (2012) colabora para esse entendimento, afirmando que logo após a Segunda Guerra Mundial, imaginou-se um modelo de desenvolvimento generalizado para todos os países. Este modelo implicava basicamente nos altos índices de produção industrial, ou seja, os indicadores de desenvolvimento utilizado para medir esse tipo de desenvolvimento eram basicamente econômicos, não abrangiam outras questões importantes que viriam a interessar posteriormente, como a justiça social, as liberdades e o meio ambiente, como foi visto anteriormente.

O fato é que o crescimento econômico (PIB, PNB) deixou de servir como o meio e o fim para se medir o desenvolvimento nas regiões e começou a valorizar a melhoria

da qualidade de vida da população como variável importante do processo. O Estado e suas instituições se colocaram como grande propulsor desse elemento e a participação da sociedade civil organizada (atores sociais e organizações) também conquistaram mais espaço a partir da valorização do local ao invés do global.

Nesse sentido, pode-se entender como desenvolvimento local o conjunto de diversas dinâmicas que se relacionam dentro de determinado território, que se caracteriza por sua especificidade cultural, social, política e econômica. Ou seja, este processo de desenvolvimento parte do interesse local, em melhorar a qualidade de vida das pessoas utilizando as potencialidades e recursos endógenos existentes na região (OLIVEIRA, 2014).

O desenvolvimento local destaca-se pelo protagonismo dos atores sociais locais na promoção de atividades econômicas e sociais que fomentam o crescimento da localidade. É nessa perspectiva que Oliveira (2014) destaca o papel da vontade coletiva na propulsão do desenvolvimento local.

Para se iniciar o desenvolvimento local é necessária uma vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, buscar identificar as potencialidades existentes nessas localidades e em muitos casos, idealizar a busca pela sinergia entre as localidades e regiões, intensificando o aproveitamento da capacidade econômica de cada região, sem isso mudar ou perder as suas características próprias, conservando os recursos naturais, culturais e históricos, o que pode ser, ainda, mais um fator que contribui indiretamente para o crescimento e desenvolvimento local (OLIVEIRA, 2014, p. 113-114).

Nesse prisma, Muls (2008), afirma que o debate sobre o desenvolvimento começa a incorporar elementos endógenos como fatores explicativos do desempenho econômico, onde o território/local começa a ganhar destaque quando os atores locais, por meio das instituições e organizações, apresentam-se como principal promotor deste desenvolvimento. Ou seja, é um desenvolvimento que começa da base para o todo, utilizando fatores produtivos determinados dentro do próprio território, “sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção” (p. 8).

Segundo Oliveira (2015) é a partir da década de 70 que os fatores internos das regiões começaram a ganhar importância no processo de desenvolvimento, onde a endogeneização do território se constitui como fator de destaque neste contexto. Assim, o olhar puramente global econômico deixa de ser o ponto central e começa-se a utilizar novos fatores sociais e produtivos da própria região, colocando o desenvolvimento

iniciado no local para o global.

Ainda de acordo com o autor, o próprio Capital Social, discutido anteriormente, começa a ganhar força e aparecer como um desses fatores a ser considerado no desenvolvimento, em que a valorização da cooperação, das relações sociais, e da confiança vão ser elementos de impulsionamento da capacidade da sociedade local de ser protagonistas da condução do seu processo de desenvolvimento.

Sendo assim, as formas de organizações sociais presentes em comunidades locais constituem-se como fator importante para colocar os atores locais em conexão às potencialidades locais e com as externalidades (governo, mercado) que, assim como os fatores endógenos, fazem parte do processo de desenvolvimento, pois enquanto os atores organizados lutam pela canalização das demandas locais e produzem bens para satisfazer suas necessidades, o Estado, por meio de políticas públicas, se conectam com essas demandas e procuram resolver os problemas das comunidades locais, impulsionando assim o desenvolvimento a partir da retroalimentação das informações que são colocadas em suas interações (Oliveira, 2015)⁶.

A vantagem de se estabelecer um desenvolvimento baseado nas potencialidades locais é que podemos aplicar esse modelo nos mais diferentes territórios, desde os locais de menor escala territorial, como comunidades rurais e assentamentos agrários, como em municípios ou microrregiões que possuem características similares de produção.

Este entendimento é reforçado por Boisier (2001, p. 7) ao analisar o desenvolvimento local dizendo que

Se trata de un concepto sustantivo (contenido más que mero contenedor) que alude a una cierta modalidad de desarrollo que puede tomar forma em territorios de variados tamaños, pero no en todos, dada la intrínseca complejidad del proceso de desarrollo.

Boisier (2001) citando Buarque (1999) delinea o conceito de desenvolvimento local a partir de um entendimento mais amplo e complexo, considerando tanto os fatores endógenos quanto os fatores exógenos que influenciam as comunidades neste processo.

⁶ É importante destacar, que pensando no desenvolvimento local a partir do fortalecimento do capital social e das redes de interação, os problemas locais sempre são resolvidos de maneira conjunta entre o Estado e a Comunidade, por meio das organizações sociais. Não são ações separadas, mas sim pensadas e implementadas em conjunto.

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas.

O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade (...) até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido. O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município (BUARQUE, 1999 apud BOISIER, 2001, p. 9).

Tal entendimento do conceito de desenvolvimento local parte da ideia de que a promoção do desenvolvimento é colocada de maneira horizontal, onde os atores e organizações sociais presentes nas comunidades estão, não isolados dos fatores externos, mas sim conectados e em redes de interação com essas instituições presentes na região e também com as relações de trocas do mercado.

Logo, o desenvolvimento local está inserido dentro do movimento de globalização, os atores e as organizações estão estruturados de maneira que se mobilizam na luta por melhorias de qualidade de vida e geração de trabalho e renda para a população local, explorando suas potencialidades existentes e recebendo estímulos no Estado por meio de políticas públicas de desenvolvimento.

Um dos pontos fundamentais dessa estratégia de desenvolvimento é a utilização dos fatores internos da região, sem deixar de se levar em consideração a estrutura externa presente (Estado, mercado), fazendo assim expandir o potencial de desenvolvimento da localidade.

A participação da sociedade local neste processo de mudança é a constituição da capacidade organizacional dos grupos e atores presentes na região, estimulando-os a exercerem um papel ativo na solução dos problemas econômicos e sociais existentes. Assim, as ações de educação para formação da percepção dos atores da importância de sua participação social no desenvolvimento local tornam-se uma das estratégias centrais deste modelo.

No âmbito rural essa percepção de desenvolvimento não é diferente, a coordenação eficiente entre os governos locais, agentes privados (bem intencionados) e atores sociais presentes na região são elementos fundamentais para o sucesso das estratégias e operacionalização das políticas de desenvolvimento em nível regional e local. Assim, a formação de uma rede de cooperação entre as instituições, as organizações e

atores sociais, tornam-se o âmago desse processo (MAKISHI, VEIGA, ZACARELI, 2016).

Bandeira (1999; 2005) é um economista entusiasta da participação social no processo de desenvolvimento local/regional. Para o autor a ampliação efetiva da participação da sociedade civil devem ser sustentadas de modo que os governos percebam que tal interação nos programas e estratégias de desenvolvimento se faz necessário não apenas para melhorar a aplicação destas ações, mas também como instrumento para a construção de uma sociedade mais dinâmica, mais justa e democrática.

Segundo o autor, a articulação dos atores sociais em ações voltadas para a promoção do desenvolvimento vem ganhando espaço dentro dos governos locais, pois percebe-se que a efetividade das políticas desenhadas para as comunidades e regiões locais são determinadas pelo nível de participação social presente, e, conseqüentemente, o nível de capital social disponível nas organizações e atores sociais. Esses fatores registram, ainda, a vitalidade da atuação social nas ações públicas (politização), o que colabora para um desenvolvimento participativo e com ações transparentes, que é crucial para assegurar a democracia e atuação cidadã em interesses locais coletivos (BANDEIRA, 1999).

Assim, Bandeira (2005) afirma que essas novas abordagens de desenvolvimento divergem do enfoque que era dado anteriormente, passando a favorecer ações concebidas nas bases das localidades, em que os atores e organizações sociais estavam inseridas.

Cada economia regional passou a ser encarada como um conjunto de atividades afetadas pela cultura e pelo contexto local, sujeita a mudanças condicionadas não apenas por fatores econômicos *stricto sensu*, mas também pela história da região e por outros aspectos sociais e institucionais específicos. Como registra Amin, o novo enfoque atribui peso explicativo a fatores como a influência das instituições formais e informais, os valores e racionalidades específicos dos atores, as características culturais e comportamentais, e a composição das redes sociais e econômicas (BANDEIRA, 2005, p. 5).

Nessa ótica, no desenvolvimento local os atores e organizações passam a constituir-se como elementos que interagem com o meio interno e externo à localidade, formando uma rede onde as informações são processadas e retroalimentadas a fim de se alcançar um estágio de desenvolvimento em que a valorização cultural, social, ambiental e econômica esteja alcançada dentro das ações desenvolvidas.

Dentro de uma análise das interações dos atores dentro de determinada localidade está a Perspectiva Orientada ao Ator (POA), que permite analisar a reação dos

atores frente às condições internas e externas que são colocadas dentro de uma rede social de interação. Portanto, a seguir foi percorrido o POA como um instrumento de análise dentro do desenvolvimento local, principalmente em comunidades rurais, pois o objeto desta pesquisa está inserida dentro de uma dinâmica rural de desenvolvimento.

2.3.1 A Perspectiva Orientada ao Ator

Como visto, há um esforço dentro da academia nos últimos anos em compreender o processo de desenvolvimento das regiões a partir das estruturas internas que estão presentes na região - sem deixar de lado o externo – especialmente a partir de análises orientadas aos atores e as organizações sociais.

De acordo com González et al. (2014) a inserção da Sociologia, Antropologia e Sociologia econômica dentro do estudo sobre o desenvolvimento, possibilitou a inserção do micro na análise deste processo, sendo que as abordagens do desenvolvimento em nível macro ou global começaram a ser insuficientes para entender como os atores sociais locais reagem às estruturas externas do desenvolvimento (Estado, mercado e instituições) resistindo e propondo alternativas.

E a partir deste cenário que surge a POA, proveniente da Escola de Wageningen a partir dos trabalhos do Grupo de Desenvolvimento Rural⁷ da mesma Universidade, na Holanda, tendo como principais representantes Van der Ploeg e Norman Long. Sendo assim, Long e Ploeg realizaram nos últimos anos diversos estudos na América Latina e na África, tendo como principal objetivo compreender seus processos de desenvolvimento e de que forma os atores reagem e exercem sua agência frente a estes processos (GONZÁLEZ et al., 2014).

A ideia nestes estudos era verificar como os atores sociais presentes em determinadas comunidades influenciavam e participavam das estratégias de desenvolvimento que eram implementadas por instituições externas à localidade, seja por meio do governo ou por meio do mercado. A principal área de desenvolvimento destes estudos estava direcionada para comunidades rurais, tendo como atores os grupos sociais e pessoas trabalhadoras da agricultura familiar, pois neste período estava em vigor uma

⁷ O desenvolvimento rural aqui é “proposto como o desenvolvimento rural ambientalmente e socialmente sustentável, respeitando a dimensão territorial do desenvolvimento. Contrapõem-se ao projeto desenvolvimentista de difusão da modernização tecnológica no campo. Não sendo o sinônimo de desenvolvimento agrícola e não alicerçado exclusivamente na dimensão do crescimento econômico” (Pereira, 2014, p. 3 apud González, 2014).

política de modernização do campo colocada em prática pelo Estado.

Segundo Long e Ploeg (1994) a abordagem centrada nos atores busca analisar como os próprios agricultores moldam os padrões de desenvolvimento em suas localidades, pois a ineficiência da modernização, por exemplo, mostra que os territórios são heterogêneos, e que cabe aos atores locais intervirem com alternativas para as propostas de desenvolvimento que eram colocadas de maneira externas e sem observar as especificidades do local.

Como outros atores, os agricultores desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de forma criativa (materiais e não materiais – especialmente conhecimento prático derivado de experiências anteriores) para resolver problemas. Eles também tentam criar espaços para seus próprios interesses de forma que possam se beneficiar de – ou, se necessário, neutralizar – intervenções por grupos externos ou agências (LONG, PLOEG, 1994, p. 29).

Nesse contexto, compreender as relações sociais e culturais a partir da mobilização dos atores reflete que eles são partes significantes dentro deste processo de desenvolvimento local, onde exercem seu poder de interação nas práticas externas a partir da formação de organizações e redes de coletividade com outros atores engajados.

O externo (instituições, mercado, governo) na POA também é um elemento importante que contribui para o processo de desenvolvimento de pequenas comunidades rurais. Pois, considera os atores locais (produtores e agricultores rurais) como indivíduos não atomizados, pois é importante que eles formem uma rede de interação com outros atores ou grupos sociais e centros mais institucionalizados.

Parte-se do pressuposto que os atores, apesar de expostos ao mesmo ambiente, adotam estratégias semelhantes, mas não homogêneas, evidenciando a existência de uma racionalidade própria, regida por seus interesses, e mediada e negociada em diferentes arenas na busca pela solução de problemas comuns (GOMES; GOMES; FERNANDES, 2018, p. 106).

Essa habilidade de negociar e de fazer parte do processo de desenvolvimento e das mudanças em seu meio é colocada por Long e Ploeg (1994) como a capacidade de “agência” dos atores, ou seja, a noção de agência é a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Assim, os atores sociais são detentores de conhecimento e capazes de absorver informações que poderão ser utilizadas para a resolução dos problemas locais por meio de suas próprias ações.

Essa capacidade de agir e interagir com fatores externos ao seu ambiente,

implicam aos atores sociais o exercício de um determinado nível de poder, ou de um forte capital social, como vimos anteriormente. Mas para exercer esse poder é fundamental a emergência de uma rede de atores ou grupos sociais formais/informais para que se envolvam em projetos e ações coletivas que estimulem a canalização de suas demandas e reivindicações (LONG; PLOEG, 1994).

Gomes, Gomes e Fernandes (2018) afirmam que no POA o ator é uma construção social, é um sujeito que participa ativamente das relações sociais, colaborando e influenciando a construção de estratégias desenvolvidas para a comunidade local, não se trata então de ser um sinônimo de indivíduo.

No POA, assim como levantado anteriormente na obra de Elias (1994), o ator social não pode ser visto de maneira isolada do seu ambiente local e também da estrutura externa que forma a sociedade, é, portanto, um sujeito ativo e que sabe agir diante da necessidade de tomada de decisões para seu interesse pessoal e coletivo.

“Nessa linha, a POA permite compreender os filtros sociais e culturais dos atores, em que os mesmos decodificam as informações e as intervenções conforme seu conhecimento, seus desejos e suas necessidades” (GOMES; GOMES; FERNANDES, 2018, p. 107).

Para Long e Ploeg (1994) as lutas sociais realizadas por esses atores é o que faz ter a capacidade de ser determinante seu processo de participação nos eventos e ações que são desenvolvidas em suas localidades, colocando-os como parte deste processo.

Estes atores não são vistos meramente como categorias sociais vazias (baseada na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipiente passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários outros atores locais, assim como com instituições e pessoas externas (LONG, PLOEG, 1994, p. 24).

Tais atores sociais são vistos como categorias diversas dentro desta perspectiva, podendo-se assumir sob formas de organizações sociais, grupos informais, redes sociais, atores individuais, etc. o fato é que esses diferentes tipos de atores sociais emergem das interações, negociações e lutas sociais que ocorrem entre os atores, e as instituições e pessoas externas à comunidade local.

Nesse sentido, o ator é considerado um agente coletivo, que age a partir da interação com as estruturas internas e externas ao seu ambiente, é o que diferencia da concepção de indivíduo, sua capacidade de agência, como vimos, sendo a capacidade de obter informações e conhecimentos dentro de determinada rede e a partir daí intervir nas

ações e estratégia de desenvolvimento que são colocados pela estrutura externa, tornando-se assim protagonista deste processo.

Para Long (2001) o papel principal da POA é reconhecer a existência da heterogeneidade dos territórios, que apesar de serem colocados muitas vezes em projetos semelhantes, geram resultados diferentes, o que está relacionado com a capacidade de intervenção que os diversos atores e grupos sociais que estão localizados nestes territórios tem com as estruturas que são colocadas na comunidade.

Nesta ótica, a POA é um arcabouço teórico-metodológico importante para analisar os fenômenos sociais. O caráter teórico está em auxiliar a análise das dinâmicas sociais no que tange os efeitos das políticas públicas de desenvolvimento. O caráter metodológico está no sentido de focar nos atores sociais, partindo do pressuposto que para compreender as redes sociais e os fenômenos que estão acontecendo em determinada região é necessária uma sensibilidade do pesquisador em buscar compreender o ponto de vista dos atores da localidade (GONZÁLEZ et al., 2014).

Este enfoque considera a necessidade de priorizar o entendimento de como os processos externos influenciam e interagem com os processos endógenos de desenvolvimento, analisando a partir dos atores, de como eles se colocam e reagem diante destes processos. É como entender o micro para poder pensar a influência do macro e não ao contrário, pois a perspectiva não ignora as estruturas, mas admite a agência e o poder de intervenção aos atores (GONZÁLES et al., 2014, p. 105).

Sendo assim, a grande contribuição da POA está na ênfase das interações e relações sociais que são construídas pelos atores e como os próprios atores, por meio de suas intervenções e ações diante das estruturas externas, modificam tal estrutura quando esta se mostra ineficiente para a aplicação em sua localidade. Isso abandona as noções simplistas assumidas nas teorias estruturalistas e liberais, onde ignoram a capacidade de agência dos atores diante dos modelos e políticas de desenvolvimento que são impostos nas comunidades heterogêneas (LONG, 2001).

Até aqui, a discussão se debruçou em pontos que foram fundamentais para a compreensão das estratégias de desenvolvimento que são desenvolvidas pela organização social objeto deste estudo. A percepção de como os atores sociais interagem a partir da formação de redes sociais que impulsionam sua capacidade de agência na formação de políticas públicas para o desenvolvimento local.

Sendo assim, a formação das redes, as interações que retroalimentam essa rede, e o enfoque nos atores e das organizações sociais, representam o centro de

análise para compreender o processo de desenvolvimento da região estudada. E poderá ser observado na prática, como essas dinâmicas até aqui discursadas são representadas nas comunidades rurais presentes na região de estudo.

3 COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, REGIÃO DO ZÉ AÇU, PARINTINS

Neste capítulo foi feita a contextualização geral da localização onde o objeto de pesquisa está inserido: a comunidade Nossa Senhora de Nazaré que se localiza na Microbacia Hidrográfica (Mbh) do Zé Açú, no município de Parintins.

Tal panorama foi necessário para compreender a dinâmica produtiva, cultural, econômica e social presente na região, historicizando a criação da comunidade e as organizações que foram se formando até chegar a Coopazçu. Tais fatores endógenos específicos são necessários serem observados, pois, a elaboração e implantação de políticas públicas tem que ser determinado de acordo com as dinâmicas da região, e como vimos, isso pode determinar o sucesso ou o fracasso do desempenho dessas políticas.

Sendo assim, foi discorrido neste capítulo a área de estudo desta pesquisa, sua localização, processo de formação, especificidades e seu modelo de organização.

3.1 POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO DO ZÉ AÇU E SUAS ATIVIDADES ECONOMICAS: CONTEXTO GERAL

A Microbacia Hidrográfica (Mbh) do Zé Açú, ou popularmente denominada Lago do Zé Açú, é uma região pertencente ao Projeto de Assentamento Vila Amazônia, que foi criado em 26 de outubro de 1988, por meio da Portaria MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, do Governo Federal, nº 1404/1988, na modalidade de Projeto de Assentamento Federal (PA)⁸, com a finalidade de assentar agricultores familiares apoiados pela política de reforma agrária, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.

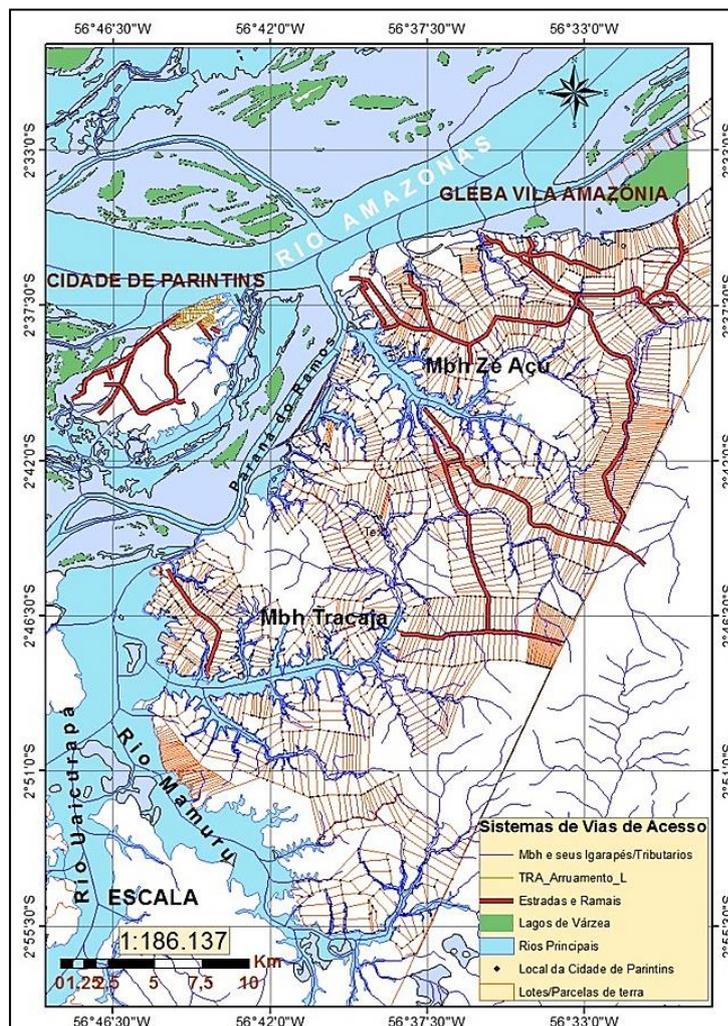
O Assentamento de Vila Amazônia assume uma importância significativa para a região, pois representa cerca de 78.000 (setenta e oito mil) hectares de terra que

⁸ De acordo com o INCRA, as modalidades de obtenção de terra resultado da Reforma Agrária são: Projeto de Assentamento Federal (PA); Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento florestal (PAF); Projeto de Assentamento Casulo (PCA) e Projeto Descentralizado Sustentável (PDAS). Todas as modalidades possuem características comuns quanto a responsabilidade de manutenção de Políticas Públicas, porém o que as diferencia é quanto a titulação da terra. No PA, a titulação ocorre por meio da Concessão de Uso e título da propriedade que pode ocorrer de forma individualizada, do PAE os beneficiários da concessão devem ser oriundos de comunidades extrativistas, no PDS não há individualização da titulação, pois deve ser de forma coletiva, no PAF as áreas são administradas pela forma organizativa da localidade, associação ou cooperativa, que recebe o Termo de Concessão de Uso (CCU), no PCA a titulação é de responsabilidade do município e no PDAS é firmado um Acordo de Cooperação Técnica para gestão da terra.

foram divididos em lotes/parcelas para assentar cerca de 2.300 famílias de agricultores familiares distribuídos em 62 localidades - denominadas de comunidade⁹ – que começaram a receber suas terras até os primeiros anos da década de 1990.

Dentro da área total destinado ao PA de Vila Amazônia, estão localizadas as Mbh Zé Açú e a Mbh Tracajá, regiões que, com a Gleba de Vila Amazônia, receberam lotes/parcelas de terras destinados aos agricultores familiares, conforme a figura 02.

Figura 02 – delimitação dos lotes/parcelas de terras do PA de Vila Amazônia



Fonte: Org. Brandão J. C. (2016)

A Gleba de Vila Amazônia, é o nome popular como é conhecido o principal

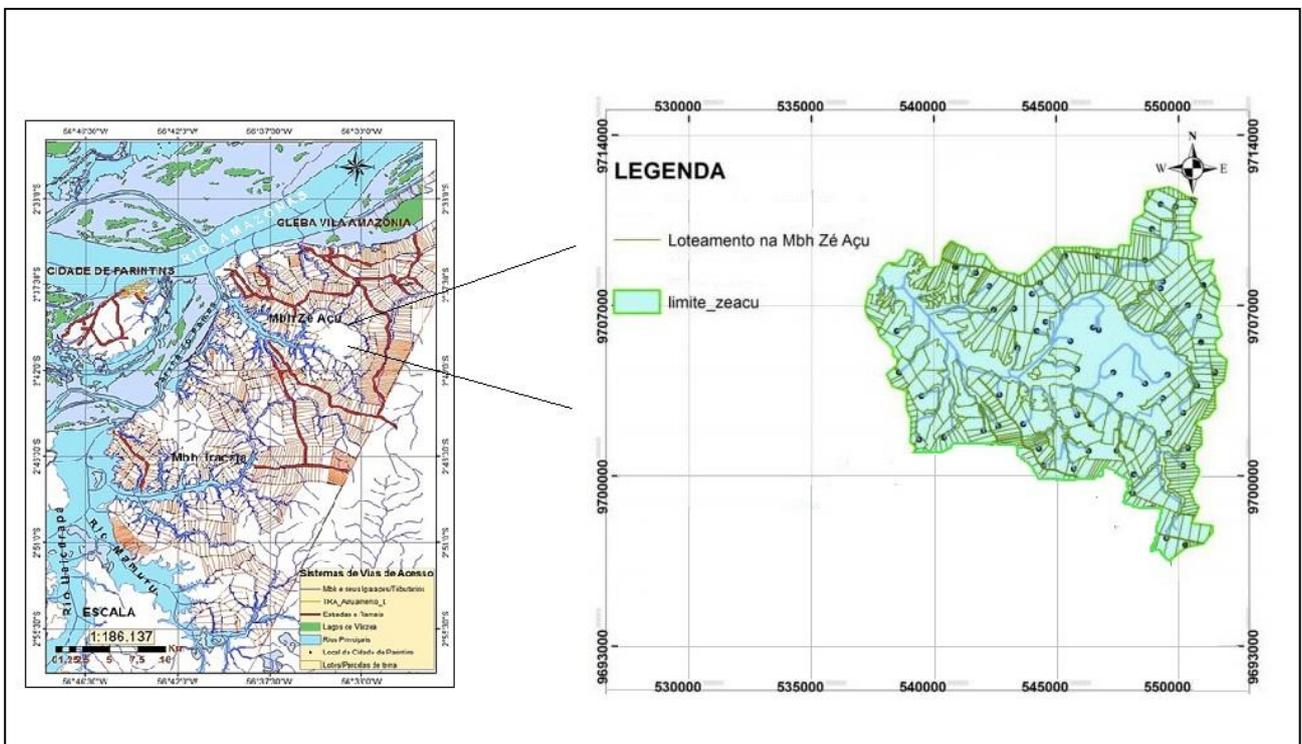
⁹ Não é foco deste trabalho buscar discorrer sobre a conceituação de comunidade, cabe destacar apenas que na Amazônia o termo “comunidade” é utilizado para definir as aglomerações de pessoas que localizam-se e estabelecem vínculos com o território localizado na área rural, onde os grupos vivem em comum a partir de elos de parentesco e solidariedade coletiva (WAGLEY, 1957).

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem do trópico** / tradução de Clotilde da Silva Costa. Ed. Nacional (Brasília; v. 290), São Paulo, 1957. 401 p.

núcleo de povoamento do PA, que é a comunidade de Santa Maria, também denominada Santa Maria de Vila Amazônia, onde estão distribuídas cerca de 1.000 famílias, constituindo a maior aglomeração social do PA, devido também possuir uma maior infraestrutura socioeconômica, como bairros, rede viária, postos de saúde, escolas, entre outros (BRANDAO, 2016).

Porém, para fim de delimitação do universo da pesquisa, e pela Cooperativa objeto de estudo está localizada nesta região, destacaremos a Mbh Zé Açú, conhecido nos documentos oficiais também como Lago do Zé Açú ou, simplesmente, Região do Zé Açú (Figura 03).

Figura 03 – Localização da área de estudo, Região do Zé Açú



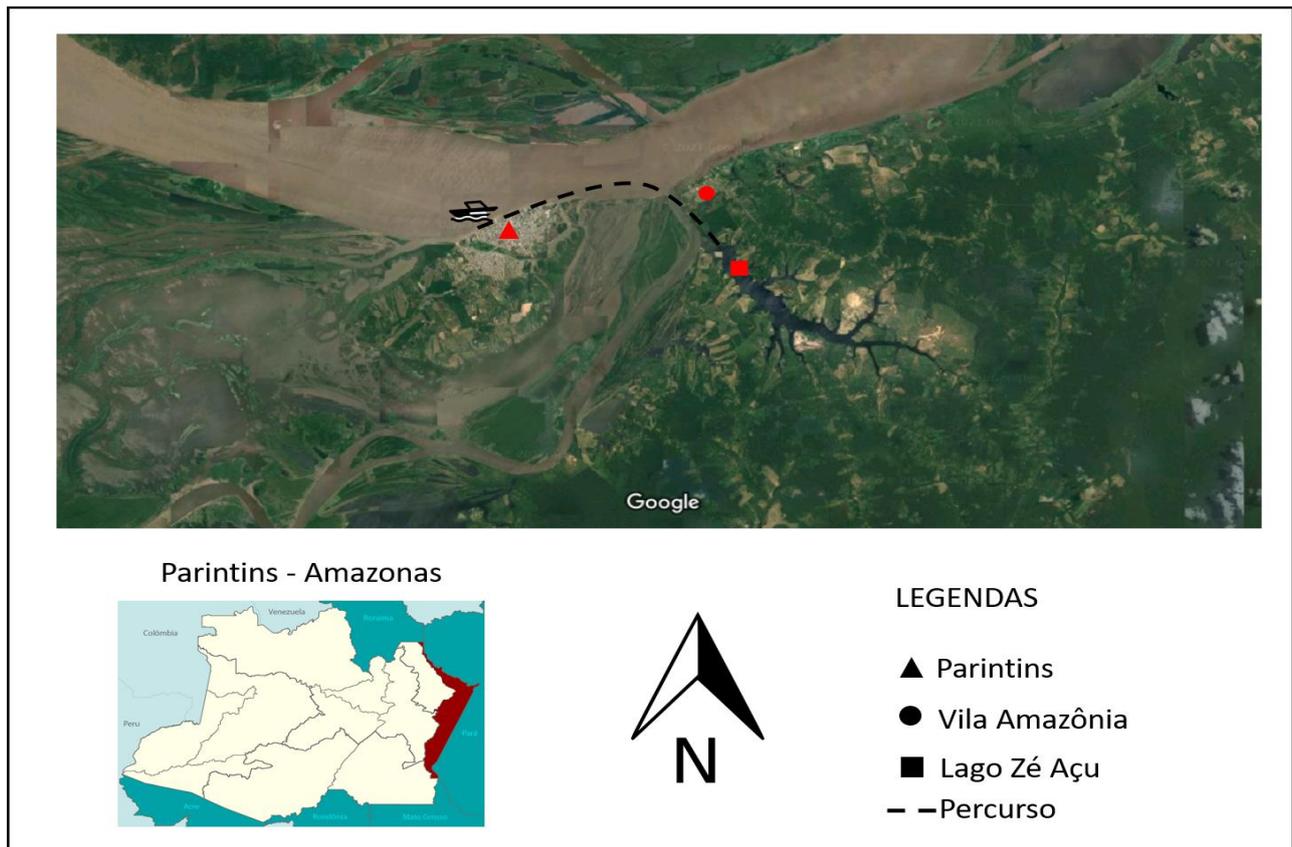
Fonte: Pacheco (2013) adaptado por Bandeira (2020)

Esta região se localiza ao leste e a cerca de 11 km de distância do município de Parintins, Estado do Amazonas, Microrregião do Baixo Amazonas, próximo à divisa com o Estado do Pará. Para se chegar até a localidade é utilizado como modal de transporte o meio fluvial, onde lanchas e pequenos barcos saem da cidade de Parintins, cobrando uma taxa de pagamento, levando em torno de 30 a 50 minutos, respectivamente, para chegar ao destino (Figura 04). Outro método utilizado pode ser a ida de barco, lancha ou balsa até a Gleba de Vila Amazônia e posteriormente utilizar a estrada para chegar nas comunidades

do interior da região.

A figura 04 representa a localização espacial e o caminho que se utiliza para chegar até a região.

Figura 04 – Localização espacial do Município de Parintins e lago do Zé Açú



Fonte: Adaptado por Bandeira (2020) Google imagem.

No entorno do Lago e no interior da região estão localizadas 12 comunidades, onde famílias receberam lotes/parcela de terras para se estabelecerem e desenvolver a agricultura familiar, tais comunidades são denominadas: Nossa Senhora das Graças, Paraíso, Bom Socorro do Zé Açú, Nossa Senhora de Nazaré, Santa Fé, Boa Esperança, Nova Esperança, Vista Alegre, Toledo Pizza, Brasil Roça, Zé Miri e Máximo.

Conforme observação e relatos dos comunitários, para chegar nas comunidades da região do Zé Açú, é necessário o deslocamento pelo rio e por estrada, como já supracitado. As comunidades localizadas em torno do lago são Nossa Senhora de Nazaré, Bom Socorro do Zé Açú, Nossa Senhora das Graças e Paraíso, onde a preferência de deslocamento ocorre por meio da ida de lancha ou barco pela via fluvial. Enquanto as

dos Movimentos Eclesiais de Base, das Congregações Marianas e Núcleos de Evangelização.

De acordo com Silva (2015) esses movimentos possibilitaram que as famílias que antigamente ficavam dispersas na região, pudessem se concentrar em determinada localidade para realizarem seus encontros de orações, dando início a formação de comunidades. Assim, a igreja incentivava essa população a se organizar sociopoliticamente para que tivessem acesso a serviços, que embora precários, passaram a ser oferecidos nessas comunidades formadas.

Esse movimento de formação de comunidade instigado pela Igreja Católica não é exclusividade da região do Zé Açú, mas comunidades rurais em outras regiões do município de Parintins esse processo de formação comunitária se deu da mesma forma.

Diante disto, podemos perceber a centralidade da influência do catolicismo nas formações de comunidades do município de Parintins, e focado nesta pesquisa, as comunidades da Região do Zé Açú. Fato esse comprovado pelo nome de algumas comunidades da região que, conforme visto, estão vinculadas a nomes de Santos da Igreja Católica, como a comunidade de Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora de Nazaré.

Na questão socioambiental a região do Zé Açú se caracteriza como um ecossistema de terra firme¹¹ com a águas que mudam de cor em períodos de cheia e seca, muito influenciado pela erosão das margens do lago causado pela criação de bovinos e bubalinos.

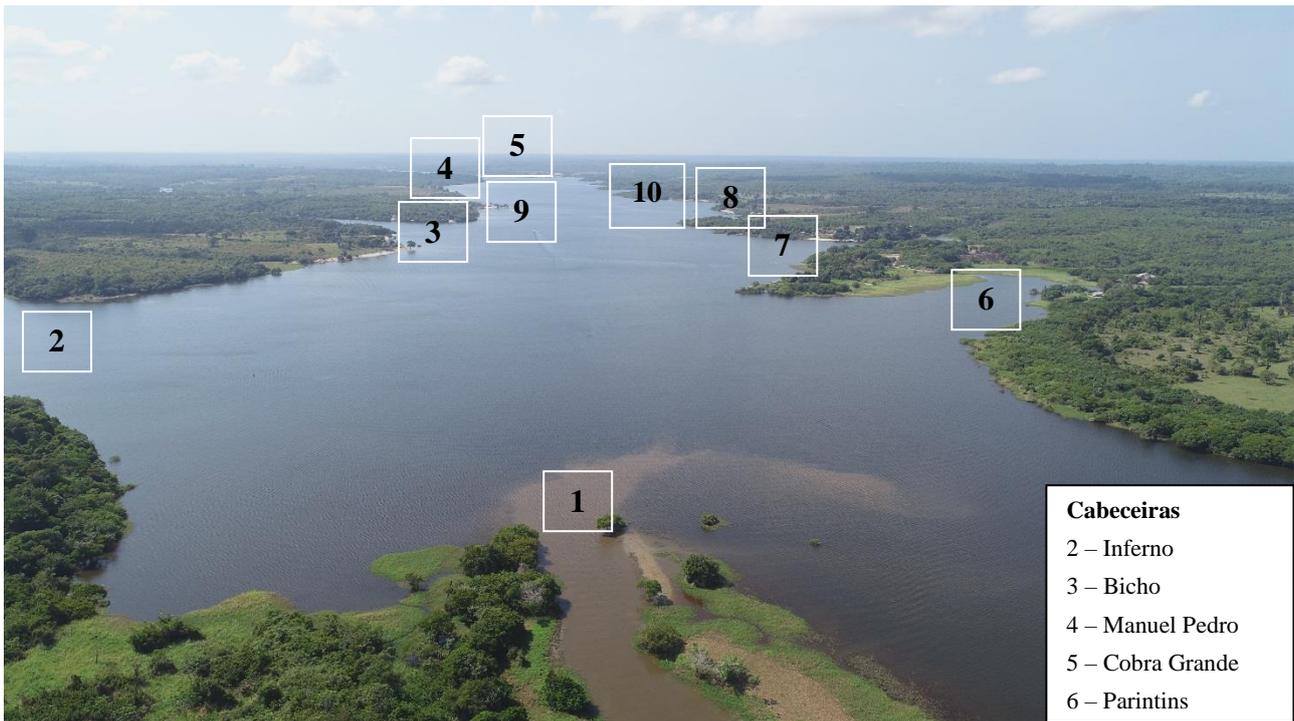
A Figura 06 mostra a entrada do lago e sua extensão, podendo ser perceptível o encontro das águas entre o Paraná¹² do Ramos e a Mbh do Zé Açú, em que a cor do Ramos é marrom e as águas da Mbh é verde-oliva com águas calmas e banháveis, além de demonstrar a abundante área verde que ainda está presente na localidade, que é utilizado pela Cooperativa como potenciais turísticos que servem para atrair visitantes para geração de emprego e renda na região. Tendo como pontos naturais principais as praias, florestas e o lago.

Figura 06 – Entrada da Mbh Zé Açú

¹¹ Conforme Gama (2005) Terras de Várzea são áreas que alagam com o fenômeno a cheia dos rios e “Terra Firme” são áreas que não alagam.

GAMA, João Ricardo Vasconcelos et al. Comparação entre florestas de várzea e de terra firme do estado do Pará. **R. Árvore, Sociedade de Investigações Florestais**, Viçosa-MG, v.29, n.4, p.607-616, 2005.

¹² Paraná é uma palavra Tupi Guarani que significa um afluente de um rio extenso e largo, conhecido também na região amazônica como “braço” do Rio Amazonas.



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

O Ponto 01 na figura representa o encontro das águas que ocorre na entrada do lago, entre o rio Paraná do Ramos e o Lago do Zé Açú, os pontos 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 representam as “cabeceiras” que foram formadas ao longo da Mbh, onde, geralmente, estão localizadas as comunidades e as residências das famílias da região. Ao todo, o lago conta com 12 cabeceiras, sendo denominadas, as principais, de acordo como consta na figura acima. Os pontos 09 e 10 é onde estão localizadas as praias do Zé Açú que são formadas no período da seca e atraem turistas da cidade de Parintins e comunidades vizinhas da Região. Posteriormente foi tratado com mais detalhes esses elementos presentes na localidade e como a Cooperativa utiliza desses potenciais para gerar trabalho e renda para as famílias associadas.

De acordo com dados coletados na pesquisa de campo, a Mbh Zé Açú possui uma variedade de peixes que servem de subsistências para as famílias das comunidades que estão localizadas no entorno do lago assim como também os excedentes de algumas espécies servem para à venda na cidade de Parintins e na comunidade Santa Maria de Vila Amazônia, que possui feiras de comercialização.

A tabela 02 demonstra os tipos de peixes que são vistos na Mbh e a periodicidade que são encontrados no lago, visto que com o movimento da cheia e seca, a variedade de peixes é sazonal durante os meses do ano. É colocado também quais

espécies serve para subsistência e quais espécies servem para a comercialização ou se ocorre tanto a pesca de subsistência e comercialização conjuntamente.

Tabela 02 – Espécies de peixes encontrado na Mbh Zé Açú

Espécie	Período de Pesca	Subsistência	Comercialização
Tucunaré (<i>Cichla ocellaris</i>)	Ano todo	X	
Mapará (<i>Hypophthalmus edentatus</i>)	Ano todo	X	
Pacu (<i>Mylesinus paucisquamatus</i>)	Ano todo	X	
Curimatã (<i>Prochilodus lineatus</i>)	Ano todo	X	
Acará (<i>Geophagus brasiliensis</i>)	Ano todo	X	
Charuto (<i>Characidium fasciatum</i>)	Ano todo	X	
Cuiú (<i>Pterodoras granulatus</i>)	Ano todo	X	
Sardinha (<i>Triportheus spp</i>)	Ano todo	X	
Tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>)	Ano todo	X	
Pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>)	Ano todo	X	
Apapá (<i>Pellona castelnaeana</i>)	Janeiro – Junho	X	
Surubim (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>)	Janeiro – Junho	X	
Filhote (<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>)	Janeiro – Junho	X	
Pirarara (<i>Phractocephalus hemioliopus</i>)	Janeiro – Junho	X	
Piracatinga (<i>Calophysus macropterus</i>)	Janeiro – Junho	X	

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

De acordo com o comunitário Sr. S.S o lago do Zé Açú apresenta-se com uma grande variedade de peixes e numa periodicidade que permite os comunitários consumirem quase que todas as espécies citadas durante o ano todo. Tal característica é muito influenciada pela localização em que o lago se encontra.

Devido ao lago do Zé Açú ser próximo ao Rio Amazonas isso facilita que no tempo da cheia do rio os peixes entrem para o lago em busca de alimentação. Todos os

peixes migradores acabam entrando no lago nesse período, por haver muito peixe charuto no lago, esses peixes entram no lago para se alimentar de outros peixes pequenos (Sr. S.S, 51 anos, Produtor Rural do Zé Açú, Pesquisa de Campo, 2020).

Os peixes chamados de “migradores” pelo comunitário são os que constam na tabela 02 como espécies que estão presente no lago durante os meses de janeiro até meados de junho, que é justamente o período em que o rio Amazonas está enchendo. Essas espécies são de tamanhos de médio e grande porte conhecidos na região pelos pescadores como “peixe liso”, que entram pro lago para se alimentarem dos peixes menores.

Tal variedade de peixes que são encontrados atualmente, representa-se como resultados de um trabalho em rede realizado durante um longo processo de defesa da vida no lago, pois durante longos anos a pesca predatória era intensamente realizada por pescadores que não pertenciam à região, o que levou os comunitários, as associações locais e a cooperativa Coopazçu a desenvolverem um longo trabalho de conservação e proibição de entrada de pescadores na localidade.

É perceptível também como os comunitários da região têm uma identificação bastante forte com as dinâmicas do ecossistema local, pois durante a coleta de dados para a construção da tabela citada é notório o conhecimento tácito sobre como o movimento de enchente e vazante influencia o surgimento de determinadas espécies de peixes, o melhor local para se pescar, o processo de tempo para reprodução das espécies, entre outros fatores que contribuem para prática da pesca na região e sua conservação.

Essas informações adquiridas ao longo da vivência na atividade de pesca e agricultura forma um arcabouço de conhecimento sobre as variáveis naturais da região, contribuindo para o sentimento de pertencimento do território, criando a partir daí uma territorialidade no Zé Açú, pela proximidade na relação que os comunitários estabelecem com o meio ambiente local, repassando esse conhecimento de geração em geração (SILVA, 2015).

O fato da tabela 02 demonstrar que as espécies de peixes encontrados no lago do Zé Açú servem apenas para subsistência é justificado pelos comunitários pelo fato de o lago não ter ainda uma quantidade de peixes que dê para suprir a alimentação e a sobrar servir de venda. Segundo os pescadores locais, apesar do lago possuir uma grande variedade de espécies de peixes, a quantidade encontrada não permite que ocorra a pesca intensiva para o comércio.

Sendo assim, existe um acordo entre os moradores das comunidades da

região que a pesca dentro do lago pode ocorrer apenas para a subsistência das famílias, e não para a comercialização, pois caso o último ocorra, a probabilidade dos peixes ficarem escassos no lago é bastante grande, mesmo com todo trabalho de conservação da vida do lago citado anteriormente.

Diante disto, a produção rural desempenha o papel como umas das principais fontes de rendas das famílias, pois ao contrário da pesca, como observaremos, a agricultura serve como um nó fundamental no circuito econômico da região, desempenhando o papel de produtos de subsistência e comercialização.

A agricultura no Zé Açú é representada pela produção em pequena escala, caracterizada pela agricultura familiar, onde a mão de obra na roça é proveniente das próprias famílias. Outra característica observada é a pouca mecanização na produção agrícola, em que se utiliza ainda técnicas rudimentares na plantação, o que justifica a produção em pequena escala.

Outrossim, é da agricultura e do extrativismo que vem a maior parte da renda das famílias, em que suas produções são utilizadas tanto para a comercialização quanto para a subsistência da família. Porém, ao contrário da pesca, as famílias se dedicam de forma mais intensa na produção agrícola pelo fato de ser gerador de renda, ficando a pesca exclusivamente para sua alimentação, como já observado.

A Tabela 03 mostra os principais produtos que são gerados nas roças da região do Zé Açú e a sua principal destinação.

Tabela 03 – Produção Agrícola da Região do Zé Açú

Produtos	Período de Produção	Principal Destinação
Banana	Ano Todo	Comercialização
Macaxeira	Ano todo	Comercialização
Mandioca	Ano todo	Comercialização
Tucumã	Janeiro – julho	Comercialização
Castanha	Fevereiro – maio	Comercialização
Maracujá	Novembro – Setembro	Comercialização
Limão	Ano todo	Comercialização
Couve	Ano todo	Comercialização
Cheiro Verde	Ano todo	Comercialização
Pimenta Cheirosa	Ano todo	Comercialização
Carvão*	Ano todo – Junho a	Comercialização

	outubro	
--	---------	--

Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

Dados de campo apontam que a produção rural na região se confirma como um fator importante de geração de trabalho, renda e subsistência para as famílias, visto que, segundo produtores rurais, as unidades familiares dedicam grande parte de seu tempo de trabalho em suas plantações, devido o retorno financeiro que a agricultura possibilita, pois, além de servir de alimentação para as famílias, a colheita proporciona oportunidade de comercializar o excedente da produção, tantos com seus produtos in natura quanto do resultado de seu beneficiamento.

De acordo com o Sr. O. M. existem os produtos que são derivados de seus cultivos, como exemplo a mandioca, que a partir dela é possível utiliza-la quase que sua totalidade para a produção de outros alimentos, como a farinha, que é o principal beneficiamento da mandioca, temos também a goma para produção de farinha tapioca, temos o tucupi e a farinha de crueira¹³.

Existe a produção da banana, mandioca, macaxeira, existe também o extrativismo que é o tucumã, a castanha que ela também é muito usada pelos moradores aqui, a forma do carvão também que uma forma de extrativismo porque é extraído da madeira da natureza, ne? Pelo menos o carvão a gente quase não usa, é tudo vendido para a cidade, o tucumã a gente já usa para alimentação, pelo menos o pessoal usa muito na hora do café de manhã e a mandioca porque ela in natura e seus derivados que nós usamos, quando ela já é produzida e beneficiada quando ela passa por aquele processo de torração, a goma tem que passar por duas lavagens, tem que lavar ela para poder usar. O tucupi tem que ser bem fervido, não pode ser pouco fervido porque tem mandioca que é muito forte [...] não é toda a mandioca que se usa o tucupi também porque a mandioca quando é mais, assim, mais forte, que é o termo que a gente usa, ela é sempre a mandioca branca, e hoje a mandioca branca não tá se usando mais, só tá se usando a mandioca amarela até porque ela não é.... é para que não se use mais o corante na farinha, quase todo pessoal tá usando mais a mandioca amarela [...] porque é praticamente o costume da gente comprar aquela farinha amarela né, ai o pessoal usa mais a mandioca amarela que é natural mesmo (O. M, 66 anos, agricultor do Zé Açu, Pesquisa de Campo, 2020).

Todos esses produtos, que são resultados do beneficiamento da mandioca, formam uma pequena agroindústria dentro das comunidades, pois essa transformação é realizada pelas famílias em seus próprios lotes de terras, especificamente em um espaço chamado pelos comunitários de “casa de farinha” conforme podemos observar na figura 07.

¹³ A farinha tapioca, tucupi e farinha de crueira são derivados da produção da mandioca e macaxeira, onde são extraídos, respectivamente, da massa da mandioca, da sobra da massa da mandioca e da extração do líquido da mandioca, que é fervido e consumido ou comercializado.

Figura 07 – Realização do beneficiamento da Mandioca



Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

Posterior ao beneficiamento é realizado a embalagem e armazenamento dos produtos – em sacas de fibras (farinha e mandioca in natura), garrafas pets (tucupi) e bacia (goma de farinha tapioca) – para ser levado até a cidade de Parintins para a comercialização nas feiras e áreas específicas de venda.

O transporte para o escoamento da produção se dá por meio de barcos, nas comunidades que estão localizadas no entorno do lago, ou pela estrada até a comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia e em seguida é colocado no barco até Parintins.

Cabe destacar a multifuncionalidade e a pluriatividade que as comunidades rurais do Zé Açú desempenham seus trabalhos na região, pois eles não focam em apenas uma atividade, mas desenvolvem de forma complementar. A Exemplo disso, durante o trabalho de campo, foi observado a complementariedade com que desenvolvem as atividades de agricultura, extrativismo, pesca e a criação de animais em pequena escala, onde as produções agrícolas e o extrativismo são voltados, em grande parte, para a comercialização e a pesca diretamente relacionado com a alimentação da população, assim como a criação de pequenos animais que servem tanto para alimento quanto para comercialização.

Essa multifuncionalidade da área rural é característica intrínseca das comunidades da Amazônia, onde os ribeirinhos combinam atividades de forma complementar à sua renda e também subsistir nas dinâmicas dos ecossistemas da região, onde realizam o manejo simultâneo dos diversos recursos naturais ofertados pela natureza,

combinando a agricultura, pecuária, pesca, caça, extrativismo e outras atividades relacionados ao seu território.

Inclusive, contribuindo para a formação de organizações e fortalecimento da interação das relações sociais dentro da região, como os puxiruns¹⁴, mutirões, roçados comunitários, associações e cooperativas que foram tratados posteriormente.

3.2 COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

A comunidade Nossa senhora de Nazaré, ou carinhosamente chamada de “Nazaré”, é uma das 12 comunidades pertencentes à Região da Mbh do Zé Açú, localizando-se na margem direita da entrada do lago, sendo a primeira comunidade avistada assim que se adentra na região pelo rio, conforme a figura 08.

Figura 08 – Vista da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: Pesquisa de campo (2020) Drone Yuri Pinheiro

¹⁴ O puxirum é um modelo de trabalho cooperativo próprio dos povos amazônidas em que as famílias se agrupavam para formar uma ajuda coletiva na roça para preparar a terra e posteriormente fazer o plantio, é um momento de construção de solidariedade entre os comunitários (FIGUEIRA, 2015).

FIGUEIRA, Cláudia Laurido. A cultura do puxirum e o sentido comunitário na festa do Sairé em Alter do Chão (PA). **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015

A comunidade de Nazaré representa-se como a fator importante desta pesquisa pelo fato da Cooperativa estudada ter sua sede e atividades inseridas diretamente na localidade, onde os comunitários associados realizam suas assembleias e planejam as atividades que serão realizadas no decorrer no ano.

Igualmente as demais comunidades da região, o processo de fundação da comunidade foi bastante influenciada pela Igreja Católica. De acordo com dados de campo, eram cerca de 42 famílias que se encontravam na localidade, onde hoje é a sede da comunidade, para realizar atividades religiosas, passando, então, a ser considerada pela Igreja com a denominação de “Núcleo de Evangelização”, ficando 6 anos caracterizada como tal até sua emancipação como comunidade, conforme a fala o Sr. O.M.

A gente frequentava só para o Bom Socorro, que era a única comunidade que tinha na margem do lago do Zé Açú, e a distância se tornava muito longa, devido ser, é remando de canoa. E aí houve um pensamento, devido ao mau tempo, ao sol quente, pensamento de se fundar uma comunidade aqui próximo da onde era localizada, 42 famílias e que essas 42 famílias elas não frequentavam diretamente ao Bom Socorro, devido esse entrave de ser muito longa a viagem e, ser de canoa remando, e era ruim. Então eram poucas famílias que frequentavam lá. Então a gente pensou e conversou, mas isso daí foi dependeu de muita conversa (Sr. Muniz. 63 anos, Líder Comunitário, Pesquisa de campo, 2020).

Conforme dito, a comunidade Bom Socorro é uma das mais antigas da Mbh, fundada em 1961, e conta com uma maior infraestrutura, pois possui calçamentos nas ruas, divisão de ruas em nomenclaturas, loteamento, posto de saúde, etc, conforme podemos observar na figura 09. Por ser a primeira comunidade da região e ter boa infraestrutura, servia como centro para as famílias terem acesso a serviços que outrora não tinham, assim como também para participação nos cultos e orações.



Fonte: Pesquisa de campo (2020) Drone Yuri Pinheiro

Nós fomos apoiados pela comunidade de Boa Esperança, uma comunidade que ficava na central e ela nos apoiou para que fosse fundada essa comunidade dando assim todo apoio, é incentivando sobre a evangelização a parte social também, porque tinha pessoas com mais capacidade e animava a gente a não desistir, porque nós tínhamos, era uma luta aí contra o vigário da Paróquia Sagrado Coração de Jesus na época ele não queria que ficasse muito próximas às comunidades uma da outra. Ai então a Boa Esperança achando que a nossa dificuldade era tanta e a gente foi lá com eles e com a gente eles começaram a fazer visita e também dá instrução religiosa, a instrução também social, de como fundar a comunidade. Ela era uma comunidade também recém fundada, mas que ela já tinha uma estrutura mais ou menos na parte pessoal e assim a gente conseguiu fundar a comunidade de Nazaré, depois que ela foi seis anos núcleo de evangelização (Sr. Muniz. 63 anos, Líder Comunitário, Pesquisa de Campo, 2020).

Portanto, a partir de longos anos se deslocando até a comunidade de Bom Socorro, os moradores se viram na necessidade de fundar uma nova comunidade que ficasse próximo às unidades familiares localizadas na entrada no lago. O surgimento de outras colônias e comunidades também serviram de justificativa para se organizarem e se fortalecerem, sendo necessário três anos de realização de novenas católicas para a conscientização quanto ao objetivo de fundação dessa comunidade, conforme relata o Sr. Muniz.

Sendo assim, desde o ano 1979 as famílias se reuniam como núcleo de evangelização para realizar atividades religiosas e orientar os comunitários para a fundação da comunidade, guiados pela igreja e por líderes de outras comunidades. Em meio a esse

processo de organização da nova comunidade, no ano de 1988 o senhor Manoel Nazaré Muniz decidiu doar um hectare de terra para ser implantada a atual sede da comunidade, onde foi construído um templo religioso e um poço artesiano.

Deu-se a partir daí a formação da comunidade Nossa Senhora de Nazaré, em que posteriormente, em 1994, ganhou uma escola de ensino fundamental que se chama até os dias atuais de Escola Municipal Manoel Nazaré Muniz, em homenagem ao comunitário que fez a doação da terra para fundação da comunidade.

Atualmente, a comunidade conta com uma organização social similar das demais existentes na região, tendo uma igreja católica, uma escola municipal de ensino fundamental e ensino médio mediado por tecnologia, uma sede social, um espaço cultural de festas e reuniões, além do campo de futebol do time local. Esses espaços socioculturais são onde as famílias se reúnem para socializar informações da região e desenvolver suas atividades religiosas, sociais, econômicas e culturais.

A figura 10 mostra o território da comunidade de Nazaré e a disposição dos espaços que são utilizados pelos comunitários e como esses espaços são significativos para a formação das redes de interação que estão presentes dentro da localidade.

Tais locais são os primeiros a receberem os fluxos de informações que posteriormente serão utilizadas nos eventos de interação social que ocorrem em toda região, possibilitando uma participação social mais efetiva dos moradores da comunidade.



Fonte: Pesquisa de Campo (2020) Drone Yuri Pinheiro

O ponto 01 na figura retrata a Igreja Nossa Senhora de Nazaré, fundada juntamente com a comunidade, que tem uma representatividade importante para a localidade. É nela que ocorrem os encontros semanais de orações e também a constituição de vários grupos sociais que interagem entre si informações referentes a comunidade e bem-estar espiritual das famílias.

De acordo com Sr. O. M. a Igreja é uma das organizações que mais tem participação na localidade, pois dentro dela existem vários grupos sociais formados que desenvolvem atividades sociais e religiosas na comunidade, como a Congregação Mariana, Apostolado, Grupo de Jovens e Pastoral dos Idosos. São movimentos que vêm resistindo ao tempo e gerando um engajamento de interações importantes para o convívio social da comunidade.

Tal afirmação reforça as observações encontradas em campo, em que a igreja católica permanece com uma forte relação de poder na comunidade. E apesar de existirem comunitários que realizam cultos relacionados a religião evangélica, a grande maioria dos comunitários fazem parte da igreja católica.

O ponto 02 na figura caracteriza a Escola Municipal que está presente na comunidade de Nazaré, que serve como importante impulsionador de atividades culturais realizadas na localidade. A Escola atualmente recebe alunos do 1º ao 9º ano e também

jovens do ensino médio que recebem aula por meio da tecnologia de transmissão via satélite.

Conforme a professora responsável pela instituição, a escola faz parte da rede de ensino municipal e está presente na comunidade desde o ano de 1994, e é uma importante organização que contribui para o desenvolvimento local, capacitando as crianças e jovens para que futuramente venham ser agentes transformadores da condição econômica, social, cultural e ambiental da comunidade de Nazaré e região.

Os pontos 3 colocados na figura representam as áreas sociais da comunidade, onde os comunitários as utilizam em encontros espontâneos para troca de informações informais e formais, assim como em algumas pequenas reuniões de interesse comunitário. Dentro da área social podemos encontrar um pequeno restaurante comunitário, que é utilizado em períodos festivos, como a Festa da Padroeira, Festival da Escola, Reuniões das Associações e Cooperativa e também demais encontros que ocorrem dentro da comunidade.

Podemos encontrar também na área social um chapéu de palha, local de pequenos encontros informais e área de descanso coletivo, foi construído em colaboração dos comunitários para poderem dispor de uma área coletiva para conversas e pequenos encontros sociais, lanches, brincadeiras, etc. Sendo assim, esta área serve como um poderoso instrumento de interações sociais, onde os atores da comunidade utilizam como fluxo de informações, que são disseminados a partir de encontros e conversas que ocorrem nesse espaço social, representando-se como um “nó” dentro das redes sociais.

O campo de futebol, ao fundo da comunidade, também é utilizado como um espaço social pelos comunitários, a medida em que eventos acontecem na comunidade, torneios de futebol são organizados paralelamente pelo time local, servindo como um espaço de socialização e lazer, assim como um momento para angariar recursos financeiros para a manutenção do time de futebol e compra de premiação para os torneios que são realizados nos eventos anuais.

Segundo o líder comunitário Sr. O.M, o time de futebol da comunidade é um grupo de comunitários da sede e redondezas que se reúnem nos fins de tarde para jogarem bola e realizam vários torneios durante o ano todo, inclusive promovendo um evento anual de aniversário do Clube, realizando uma grande competição com times locais e de outras comunidades, incluindo da cidade, onde concorrem a premiações durante o dia de decisão, e a noite ocorre a chamada “parte social de festa dançante”, em que uma banda de músicos fazem uma festa para a comemoração do sucesso do evento, horário que há

uma interação social importante entre as famílias.

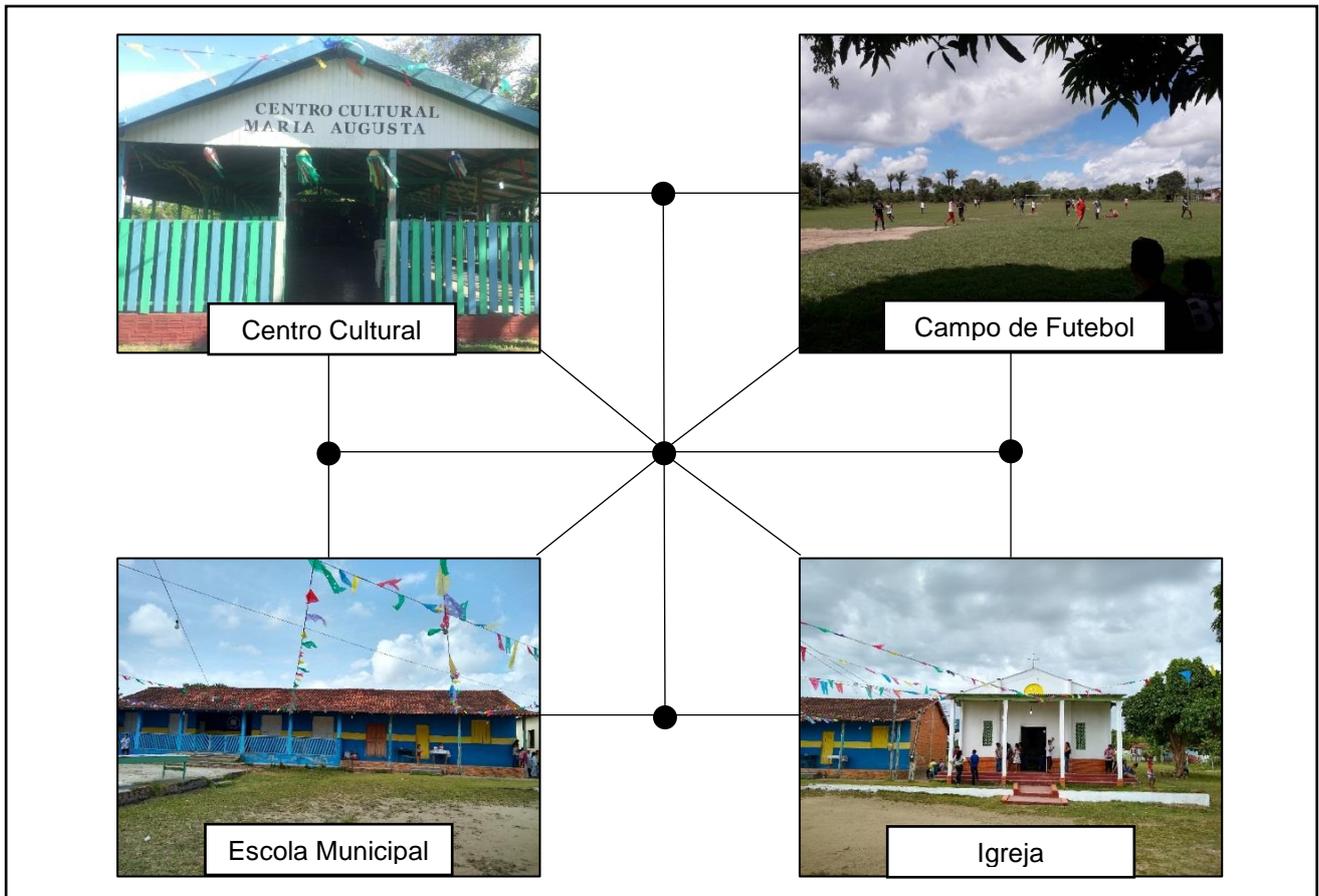
Outro ponto importante na construção das interações sociais que ocorrem dentro da comunidade Nossa Senhora de Nazaré é o Centro Cultural Maria Augusta (Ponto 04), este local representa a manutenção das tradições culturais que continuam presente na comunidade, pois é lá onde ocorrem eventos tradicionais como a dança de Pastorinha, o Boi-Bumbá Charmosinho da Escola, danças de quadrilhas e outros eventos culturais presentes na localidade. O centro cultural também serve de espaço para as festas dançantes que ocorrem sempre ao final de cada evento social ou religioso na comunidade, e fica sob a responsabilidade da Associação local.

De acordo com os comunitários locais, o centro cultural representa um espaço de diversão e manutenção das tradições para as famílias locais, e apesar das atividades culturais estarem perdendo força, ainda assim buscam mantê-las para que não deixem de existir completamente, pois as consideram como parte da história da cultura local e manter essas tradições é preservar a identidade da comunidade.

Durante as observações em campo, foi perceptível o cuidado que os comunitários têm na manutenção da estrutura do Centro Cultural, pois para eles esse espaço tem uma representação da identidade cultural construída durante gerações das famílias. A própria Coopazçu busca resgatar as tradições culturais por meio do Centro Cultural, pois eles percebem que essas tradições são potenciais atrativos turísticos para atrair visitantes para a comunidade.

A Figura 11 expõe os espaços sociais existentes na comunidade, tais espaços são simbólicos para construção da rede social que está presente na comunidade, pois são ambientes de encontros e trocas de informações que ocorrem de maneira espontânea e geram como resultados a construção de uma teia de relações comunitárias que são capazes de gerar capital social e estabelecer vantagens para a promoção do desenvolvimento local a partir das informações que são colocadas dentro da rede e posteriormente utilizadas pelas famílias.

Figura 11 – Espaços sociais encontrados em Nazaré



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Assim, podemos observar na figura que os espaços sociais na comunidade de Nazaré formam uma rede social por meio de reuniões formais/informais, encontros espontâneos, eventos esportivos e momentos de diversão que são onde ocorrem as interações que formam ligações que proporcionam a conexão com diferentes visões de mundo, sendo nessa confluência de múltiplas realidades que se constrói o sistema social da comunidade, construindo uma rede de informações que serão utilizadas para tomar decisões futuras em prol ao bem-estar local.

Nesta perspectiva, Brandão (2016) afirma que essas interações entre os indivíduos formam um processo de comunicação capaz de gerar cooperação e reciprocidade dentro da rede, formando um sistema sólido de relações que posteriormente irão contribuir para desenvolver ações dentro do território para melhoria da qualidade de vida local, criando novas redes mais complexas de inter-relações com grupos e indivíduos de outras comunidades.

No entorno das áreas sociais da comunidade encontram-se as casas das

unidades familiares, conforme observado na figura 10. De acordo com dados coletados em campo e pesquisas complementares, a comunidade de Nazaré conta atualmente com cerca de 431 habitantes, distribuídos em 89 famílias, vivendo em seu espaço territorial, tanto na área da sede da comunidade, como também nas proximidades.

Os comunitários de Nazaré podem ser caracterizados como uma população rural de atividade pluriativa não-agrícola¹⁵, pois apesar de viverem da agricultura, da pesca e do extrativismo, muitos desenvolvem concomitantemente outras atividades econômicas para obtenção de renda familiar, como emprego no funcionalismo público e também são beneficiários de programas do governo federal: Bolsa Família e aposentadoria na previdência social.

A principal produção agrícola realizada na comunidade continua sendo a plantação da mandioca e o seu beneficiamento em farinha, goma de tapioca e tucupi. Tais produtos derivados da mandioca são bastante consumidos na cidade e comunidades vizinhas, o que gera um ganho maior em comparação de outras produções. De acordo com os comunitários agricultores, outra vantagem da mandioca é que ela gera renda ao curto prazo, pois exige menos tempo para o plantio, colheita e o replantio também é realizado em um tempo mais curto.

Existem ainda outros tipos de produção que ocorrem na comunidade de Nazaré que se assemelha com outras comunidades da região, como a produção de banana, tucumã, castanha, verduras e legumes em pequenas produções para consumo.

Dados de campo relevam que tais produções servem para comercialização e para manutenção alimentar das famílias, dependendo do período de maior safra parte considerável da produção serve para a comercialização na cidade de Parintins e na comunidade de maior população do PA que é a comunidade Santa Maria de Vila Amazônia.

O escoamento da produção se dá principalmente por meio do transporte fluvial em pequenos barcos regionais, na qual é abastecido na comunidade ou nas casas dos produtores e segue até a cidade para que haja a comercialização dos produtos. Muitas vezes a comercialização dos produtos é realizado no próprio barco para os chamados “atravessadores”¹⁶, pois segundo os produtores, a falta de espaço nas feiras de agricultura

¹⁵ A Pluriatividade é uma prática social decorrente da busca de formas alternativas de trabalho não-agrícola para garantir a sustentabilidade e a reprodução social dos agricultores familiar (BASSO, 2013, p. 116).

BASSO, Dirceu. **Racionalidades modernas e identidades socioprofissionais de agricultores familiares**. Tese de doutorado (Pós Graduação em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

¹⁶ Atravessadores são como comumente são chamados os comerciantes que compram a produção parcial ou

familiar impossibilita a venda direta da produção para os consumidores finais.

Silva (2015) destaca que os agricultores familiares do Zé Açú consideram importante a venda da sua produção diretamente para o consumidor final, por conta da precificação mais justa, porém as dificuldades enfrentadas com a falta de apoio logístico e espaço para comercialização impede que os agricultores permaneçam mais tempo na cidade para realizar a venda, pois essa permanência na cidade acaba aumentando seus custos com alimentação e hospedagem, visto que muitos agricultores não possuem parentes com residência para pernoitar.

Tal dificuldade faz com que os agricultores realizem suas vendas na própria comunidade ou então para atravessadores quando chegam na cidade, pois geralmente é feita a venda total de sua produção, o que traz vantagem de tempo de permanência na cidade e aumenta conseqüentemente a lucratividade de sua produção pela redução de custos.

Frente isto, a comunidade Nossa Senhora de Nazaré representa-se como um nó importante na formação do sistema social do Zé Açú, onde seus comunitários utilizam-se de formas de organização e de produção para buscar melhoria na qualidade de vida das famílias e desenvolvimento local para a região.

Tal importância da comunidade fez com que a cooperativa objeto deste estudo instalasse sua sede na mesma para buscar desenvolver suas atividades e ações, buscando cooperação com outras organizações locais e com as demais comunidades da Mbh do Zé Açú e do Assentamento de Vila Amazônia.

Sendo assim, o próximo tópico discorre sobre como acontecem as práticas de interações sociais que estão presentes na região e de que maneira esta rede social que é formada entre as diversas organizações locais se comunica com as instituições externas para que se busque a canalização das demandas de políticas públicas e de projetos de desenvolvimento local.

total dos produtores rurais para realizar a revenda em seus comércios, sendo que o preço pago aos produtores é bem abaixo do estabelecido no mercado.

4 REDES DE INTERAÇÃO LOCAL DA MBH ZÉ AÇU: ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES E MERCADO

Como pudemos observar, as comunidades rurais na Amazônia se configuram com uma formação social que é característico na maioria dos territórios rurais da região, estando presentes espaços sociais de uso comum, como Igreja, Escola, Centro Cultural ou Sede Comunitária e o Campo de Futebol.

Tais espaços representam as centralidades que são encontradas nas comunidades rurais na Amazônia, porém suas dinâmicas de uso e muitas vezes as relações de poder se diferenciam.

Sendo assim, no presente capítulo foi discorrido sobre as práticas organizativas das comunidades rurais do município de Parintins, e principalmente da região da Mbh do Zé Açú, abordando suas dinâmicas, ações e interações com as instituições públicas e empresas da localidade.

4.1 COMUNIDADES RURAIS NA AMAZÔNIA COMO ESPAÇOS NÃO HOMOGÊNIOS E SUAS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS

Apesar dos territórios rurais na Amazônia se apresentarem como espaços com características comuns, não podemos tratá-las como espaços homogêneos, pois suas dinâmicas de convivência possuem variações de acordo com suas especificidades.

O que podemos inferir é que as comunidades rurais na Amazônia se constituem a partir da formação de grupos sociais que compartilham valores sociais comuns de convivência, e se identificam pelas práticas de ajuda mútua, solidariedade, reciprocidade nas ações e a busca por objetivos comuns de melhoria de qualidade de vida para a localidade.

Tais características fazem com que os grupos sociais, que inicialmente são representados pelas famílias (grupos primários), formem organizações sociais (grupos secundários) para o fortalecimento das relações e, principalmente, a construção de uma rede social caracterizada pelas práticas de interações sociais que possibilitam o engajamento comunitário na busca por melhoria de qualidade de vida, desenvolvimento local e visibilidade nas políticas públicas.

As organizações sociais mais comuns encontradas nas comunidades rurais da Mbh do Zé Açú, centralidade deste estudo, são as Associações e Cooperativas, além

das organizações religiosas que também estão presentes nas localidades. Tais organizações representam para as famílias locais uma forma de cooperação coletiva que é capaz de estimular a participação comunitária nos assuntos de interesse das comunidades, no que diz respeito a produção, educação, saúde, lazer e etc.

Sendo assim, é a partir dessas práticas organizativas que as famílias das comunidades estabelecem interações que possibilitarão a canalização de demandas locais para as instituições públicas, que juntas, são responsáveis por promover políticas de desenvolvimento para as áreas rurais.

De acordo com dados de campo, essa percepção é clara na fala dos comunitários e líderes de associações e cooperativas, pois para eles, a organização comunitária é o primeiro passo para o reconhecimento da comunidade frente aos órgãos públicos e para a maior capacidade de promover o desenvolvimento local.

De acordo com a fala do Sr. S. S., 53 anos, líder comunitário, as práticas organizativas sempre ocorreram dentro das comunidades rurais, mesmo que de maneira informal, o que, inclusive, contribuiu incisivamente para o surgimento de várias comunidades, para isso, o sujeito da pesquisa citou o Puxirum como primeira forma de organização social dentro das comunidades.

Eles vivem em grupos, eles viviam em comum, eles faziam os trabalhos todos juntos e em comunidade. Porque a comunidade não é o espaço físico, mas sim as pessoas dentro de uma região ou espaço. Então, os nossos avós eles trabalhavam tudo em puxirum, não é como agora, o mutirão, era o puxirum mesmo, então eles haviam sempre agrupados, dentro daquele puxirum, lá eles faziam reuniões que eles nem sabiam que estavam reunindo, mas eles estavam reunidos, na hora de sentar para amolar o terçado ou beber uma água, que naquele tempo era o tarubá, derivado da mandioca, eles se reuniam e conversaram sobre a pescaria, a tiração de madeira, o casamento da fulana, a gravidez da ciclana, eles iam embora conversando, eles estavam se reunindo e não sabiam, então dali saia: parceiro quarta-feira vamos tirar madeira que o fulano encomendou, vamos tirar o cipó que o ciclano encomendou, então lá existia uma comunidade, existia troca de informação (Sr. S. S. 53 anos, Líder Comunitário, Pesquisa de Campo, 2020)

Diante da fala, podemos perceber que o puxirum representou uma importante prática organizativa informal que serviu como forma de interação entre os atores sociais, sendo uma atividade realizada de forma participativa que possibilitava um fluxo de informações que posteriormente seria utilizada para tomada de decisão dos grupos sociais.

Atualmente, as organizações encontradas nas comunidades podem ser descritas como formais e informais, que são criadas a partir de ajuda mútua e cooperação entre as famílias, sendo estabelecido regras para o bom andamento das atividades e ações,

como as associações, cooperativas, sindicatos, grupos da igreja, entre outros.

De acordo com dados da pesquisa, é comum encontrar em comunidades rurais a presença de associações e cooperativas que não possuem formalização junto aos órgãos responsáveis pelo registro da organização, o que ocorre tempos após o início das atividades, podendo durar inclusive anos para seu registro ocorrer, devido à falta de recursos financeiro e da própria burocracia dos órgãos públicos.

Outrossim, isso não impede que os comunitários iniciem práticas organizativas com o intuito de montar uma rede de interações com outras organizações – públicas e privadas – que irão favorecer o processo de desenvolvimento local para a região, pois é perceptível a necessidade de buscar diálogo entre os atores a partir da construção desta rede para que suas demandas possam ser canalizadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM PARINTINS E NA REGIÃO DA MBH ZÉ AÇU

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento – SEMPA, do município de Parintins, existem cerca de 74 organizações sociais cadastradas na Receita Federal que atuam no município, conforme a tabela 04.

Tabela 04 – Organizações Sociais no município de Parintins – AM

Tipo de Organização	Quantidade	Situação		Ramo de Atuação
		Ativa	Inativa	
Cooperativa	6	5	1	Pesca / Agricultura / Pecuária / Turismo
Associação	58	48	10	Agricultura / Produção Rural / Comunitária
Colônia	2	2	-	Comunitária / Pesca
Sociedade	3	2	1	Comunitária / Agricultura
Outros	5	4	1	Central / Consórcio / Grupo / Instituto / Federação

Fonte: SEMPA (2020) Organizado pelo Autor (2020)

As organizações citadas acima estão localizadas nas comunidades rurais do município ou, quando localizadas na área urbana, representam as demandas das famílias da área rural. São compostas por agricultores, produtores rurais, pescadores, pecuaristas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros atores do meio rural.

A área estudada, Região do Zé Açu, tem uma participação de 6 organizações dentro da lista oficial da secretaria, são elas: Associação dos Produtores da Região do Zé Açu – ASPROAÇU; Associação dos Produtores Rurais de Nossa Senhora de Nazaré – ASPROZARE; Sociedade Agrícola Toledo Pizza – ASPIZZA; Associação de Desenvolvimento Socioeconômico dos Produtores Rurais da Comunidade de Santa Fé – ASPROFÉ; Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Bom Socorro – ASCOMTRAB; Associação Agrícola do Paraíso – AAPP – ZÉ AÇU.

Além disso, temos também a COOPAZÇU, que não aparece na lista pelo motivo de nunca ter sido oficialmente legalizada com emissão de CNPJ, porém desempenha suas atividades sendo reconhecida como organização social pela secretaria e incluída em suas políticas públicas – conforme detalharemos no próximo capítulo.

Tais organizações surgiram da necessidade de se criar um canal de comunicação que facilitasse o diálogo entre seus atores sociais com as instituições governamentais, com a finalidade de canalizar suas demandas locais e buscar parceiros para o fortalecimento das ações que ocorrem dentro das comunidades rurais.

Essas práticas organizativas são resultados das percepções dos atores sociais para o fortalecimento comunitário a partir, principalmente, do associativismo e cooperativismo. É necessário criar uma rede de interação com outras instituições para ser seja facilitado o acesso às políticas públicas e programas de fomento ao desenvolvimento local dos órgãos públicos do Estado e do Município.

Ademais, uma das informações observadas na tabela acima, que foi bastante frisada nas conversas com os líderes de organizações, é a dificuldade em mantê-las formalizadas junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização. O alto custo dos registros dos documentos e a burocracia na legalização da organização torna-se um empecilho para a continuidade dos trabalhos de maneira formal. Tanto que cerca de 18% das organizações tornaram-se inativas durante o período de trabalho, tendo como um dos principais motivos a falta de capital para manter a organização legalizada.

Ao passo que há ainda uma parcela de organizações sociais que se quer conseguem ser legalizadas junto aos órgãos, por isso não aparecem na lista oficial da Receita Federal e SEMPA. Tal falta de formalização não impede que as organizações deem prosseguimento em suas atividades de maneira informal, porém, isso as impedem que consigam acessar programas do governo municipal, estadual e federal direcionados a organizações do terceiro setor, como os programas de aquisição de alimentos, programas de crédito, entre outros.

A própria organização social objeto desta pesquisa, apesar de desenvolver atividades desde 2014, ainda não conseguiu sua formalização junto aos órgãos públicos. Porém, a mesma segue suas atividades e ações na região de abrangência da organização, contudo, como dito, não consegue acessar programas do governo municipal e federal quando é cobrado que a cooperativa esteja legalizada junto aos órgãos.

A partir do levantamento feito em pesquisa de campo, existe uma rede de interação entre Instituições Públicas, Instituições Privadas, Igreja e as Organizações Sociais Comunitárias que tem como objetivo o fortalecimento e incentivo da formação de práticas organizativas dentro das comunidades rurais do município de Parintins.

Tal movimento de interação tem como principal finalidade fortalecer e desenvolver as comunidades, inserindo-as no acesso a políticas públicas de qualidade, incentivando a conservação do meio ambiente e empoderando os atores sociais presentes nas localidades, principalmente no que diz respeito no desenvolvimento local a partir da Agricultura Familiar. Por parte do poder público, as instituições que mais estão presentes dentro dessa rede de interação é o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (ADAF), Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (SEMPA), Secretaria Estadual de Fazenda (SEFAZ), Receita Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM), além da Universidade Federal do Amazonas e Universidade Estadual do Amazonas. Tais instituições representam de maneira direta e indireta um nó fundamental dentro dessa rede de interação formada para fortalecer as organizações sociais e, conseqüentemente, as comunidades rurais.

O IDAM é uma das instituições mais antigas no que diz respeito a extensão rural no Estado do Amazonas, após várias mudanças organizacionais desde sua fundação, em 1966, atualmente o IDAM é uma autarquia, vinculada ao Sistema Sepror, da Secretaria de Estado de Produção Rural, e se faz presente em todo o Estado com 66 Unidades Locais, tendo como finalidade a supervisão, coordenação e execução de atividades de assistência técnica, extensão agropecuária e florestal, no âmbito das políticas e estratégias dos governos Federal e Estadual para os setores agropecuário, florestal, pesqueiro e agroindustrial (IDAM, 2020).

O IDAM representa um dos pontos de maior destaque nessa rede de interação presente na região estudada, pois é a instituição que está diretamente ligada com as organizações sociais do setor rural e que desenvolve atividades diretamente associadas

ao incentivo de práticas organizativas e fortalecimento comunitário das comunidades rurais a partir do engajamento coletivo.

Segundo dados coletados junto à extensionistas rurais que trabalham no escritório do IDAM no município de Parintins, as ações desenvolvidas junto aos atores sociais das comunidades são de assessoria e acompanhamento na conscientização para a importância do trabalho coletivo no fortalecimento do trabalho no campo e, conseqüentemente, do desenvolvimento local.

A extensão rural no Estado do Amazonas tem uma longa história, mais de 50 anos, veio se transformando ao longo do tempo, iniciou com o governo federal e hoje é com o Estado, assim, ao longo desse tempo as técnicas e metodologias de extensão rural veio também alterando, foi extinto com o governo Collor e depois recriado novamente pelos Estados, porque tem que existir esse apoio para os pequenos produtores, [...] em 2006 foi criado o PNATER, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que trata das políticas de assistência técnica e dos programas de assistência técnicas.[...] Hoje nós estamos trabalhando com projetos prioritários que tenham mais recursos para a atuação juntos as organizações informais e formais, e a gente tenta acompanhar na medida do possível, devido condições que são dadas, para fazer esse trabalho de extensão rural no sentido de organização desses produtores (J. R. 68 anos, Extensionista rural, IDAM, Pesquisa de Campo, 2020).

Segundo o extensionista, no IDAM definiu-se 21 projetos prioritários a serem trabalhados no Estado do Amazonas, e de acordo com as aptidões das comunidades rurais de cada município, foram definidos os projetos que fariam parte da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para seu fortalecimento e incentivo. As Comunidades do município de Parintins ficaram com 5 projetos prioritários que servem de direcionamento dos recursos estaduais, que foram os produtores de fibra, pesca, ave, bovino e madeira.

Nós temos 21 projetos prioritários no Estado do Amazonas, e em Parintins é apenas 5. Que é o pessoal de Fibra, de Pesca, criação de galinhas – caipira e convencional de granja -, a criação de bovino, com melhoria genética, e o outro é de madeira florestal. Então outras atividades, não vão deixar de ser assistidas, mas não vai ser prioridade. Percebemos que a formação de organizações não está nessas prioridades, mas a gente tenta ligar a criação de organizações dentro dessas prioridades, para que não deixe de agir nessa temática.

Apesar das dificuldades de recursos financeiros e humanos, o IDAM tem desenvolvido diversas ações de fortalecimento das comunidades rurais por meio da organização dos produtores, e a ATER se mostra como o principal mecanismo de interação que ocorre entre a instituição, os produtores e organizações sociais. Assim, as práticas organizativas são comumente objeto de incentivo da instituição para o fortalecimento do

setor primário, conforme podemos observar na imagem retirada do site.

Figura 12 – Capacitação IDAM sobre Organização de Produtores

The image shows a screenshot of the IDAM website. The header includes the IDAM logo and the text 'Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas'. A search bar is visible in the top right. The main content area features a large heading: 'Capacitação sobre Organizações de Produtores (Cooperativismo e Associativismo)'. Below the heading, the date '04 de março de 2021 - 9:35' is displayed. There are social media sharing buttons for 'Ouvir', 'Compartilhar', and 'Tweetar'. The main text of the announcement reads: 'Capacitação sobre Organizações de Produtores (Cooperativismo e Associativismo)', 'PROGRAMAÇÃO: CAPACITAÇÃO SOBRE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES', and 'FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO: <https://forms.gle/sX4hgy3rnKqaNhzz9>'. The dates '9 a 12/3/2021' and '14 às 17 h' are listed, along with 'Realização: GEORP/IDAM/Sepror' and 'Apoio: GECAM/NTI/GECOM/IDAM'. On the right side, there are three promotional banners: 'INSCREVA-SE AQUI' for the training, 'CONCURSO PÚBLICO', and 'ATENDE:' with logos for IDAM and Amazonas.

Fonte: Site IDAM (2021) < <http://www.idam.am.gov.br/capacitacao-sobre-organizacoes-de-produtores-cooperativismo-e-associativismo/>>

Além disso, o IDAM realiza serviços essenciais que permitem que as organizações e produtores possam ter acesso a políticas públicas de outras instituições que fazem parte dessa rede, como a emissão do Cartão do Produtor Primário, Cadastro Ambiental, Declaração de Aptidão ao PRONAF, etc.

De fato, o IDAM mostra-se como um nó importante nesta rede por ser a

porta de entrada de relacionamento entre os atores e as políticas públicas do Estado. Pois, quando as organizações e produtores precisam de qualquer assistência técnica a instituição é o ponto base de interação que vai abrir as portas para outras instituições.

Assim como o IDAM, a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF, é uma autarquia com autonomia administrativa e financeira que está vinculada à Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR, que tem a finalidade de elaborar, coordenar e executar a política de defesa agropecuária no Estado do Amazonas (ADAF, 2020).

A ligação da ADAF, ao contrário, está mais relacionada com os pequenos, médios e grandes produtores bovinos do Estado, fiscalizando e orientando sobre a importância de manter a pecuária do Estado livre de doenças, garantindo a segurança alimentar da população.

Na área de pesquisa deste trabalho, região do Zé Açú, a instituição se faz também presente, orientando os pequenos pecuaristas e organizações representativas da categoria quanto a importância da correta criação e trânsito animal, assim como também a orientação quanto a produção dos derivados agropecuários que são produzidos e comercializados no município. Conforme relato do técnico agropecuário da instituição.

As principais ações da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (ADAF-AM) que visam o desenvolvimento agropecuário do estado, estão relacionadas com o controle sanitário dos rebanhos bovinos, cuja finalidade é mantê-los livres de doenças, entre elas as zoonoses, garantindo assim a segurança alimentar aos amazonenses. Outras como a inspeção de produtos e subprodutos de origem animal são de suma importância, visto que são inspecionados constantemente as agroindústrias do Estado, devendo as mesmas buscarem o registro no Sistema de Inspeção Estadual - SIE, o que garante segurança alimentar ao consumidor final. Consideram-se também as fiscalizações de controle de trânsito animal, para que os mesmos não sejam transportados sem o Guia de Trânsito Animal (GTA), fiscalizados em Barreiras Agropecuárias, espalhadas em pontos estratégicos do Estado, em conformidade com as orientações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Leva-se em consideração também as fiscalizações de controle de trânsito vegetal, para que estes não sejam transportados sem a Permissão de Trânsito Vegetal (PTV), que garante que estejam livres de pragas e doenças, e que foram cultivados de acordo com as normativas do MAPA. Outro ponto, refere-se à fiscalização dos agrotóxicos, sua comercialização, além do descarte adequado. Por fim, ações de educação sanitária para que a população amazonense compreenda a importância das questões de interesse da defesa agropecuária, que tem como principal intuito obter resultados significativos em relação à prevenção de doenças de animais e de vegetais, visto que tem reflexos na melhoria da qualidade de vida, na preservação da saúde pública e na conservação do meio ambiente (F. O. D. 29 anos, Técnico Agropecuário, ADAF, Pesquisa de Campo, 2020).

Nesse sentido, as organizações sociais presentes no local da pesquisa que desenvolvem ações relacionadas ao setor agropecuário, utilizam e interagem com a ADAF

com a finalidade de melhorar a qualidade e legalidade do seu processo produtivo, sendo assim, ADAF desenvolve uma interação fundamental para o pleno desenvolvimento local da região estudada.

Outra instituição pública que desempenha um papel fundamental na rede de interação existente na região do Zé Açú, é a Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento– SEMPA, que por ofício é o órgão da Prefeitura que tem a relação direta com as comunidades, produtores rurais e organizações sociais presentes no município, diretamente as localizadas na área rural.

De acordo com seu plano de trabalho, a SEMPA tem como principais objetivos formular e implementar políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento rural do município a partir da coordenação, fiscalização e promoção de programas ligados à agropecuária, pesca, agricultura e agroindústria.

Nesse sentido, a instituição busca desenvolver trabalhos voltados ao incentivo e fortalecimento do setor primário do município traçando estratégias de acompanhamento dos diversos segmentos que fazem parte dessa cadeia produtiva. As políticas e diretrizes levantadas pelos técnicos da secretária buscam aprimorar o processo produtivo que é realizado no campo, e para isso procuram dar todas as condições de trabalho para os produtores e organizações do campo.

Segundo dados da pesquisa de campo, para que haja um efetivo desenvolvimento da área rural do município a partir da sua produção, a SEMPA reconhece que esse processo tem que passar pela inclusão dos agricultores e produtores em organizações sociais, seja cooperativas ou associações, pois, para os técnicos, este é o caminho para tornar o setor primário uma fonte potencial na economia do município.

Frente a essa percepção institucional, há ainda um movimento que surge dentro das comunidades por ampliação de apoio às ações de práticas organizativas, formando um movimento de mão dupla, entre a percepção institucional e a solicitação comunitária por apoio efetivo no modo de se organizar.

Para tanto, a secretaria busca coordenar programas de inclusão de agricultores em organizações cooperativas, associação, organizações sócio-políticas empresarial e comercial. Tais programas são desenhados e implementados com a colaboração da própria comunidade, sendo uma demanda que parte dos próprios atores e recebem o acolhimento institucional.

Segundo a SEMPA (2021) uma das demandas mais solicitadas pelos atores sociais e organizações diz respeito a melhoria da produção por meio da

disponibilidade de implementos agrícolas, melhoria das estradas para o escoamento do produto do campo até a cidade ou comércio, assim como um espaço para eles poderem também vender seus produtos para os consumidores finais, como nos mercados e feiras municipais.

Para isso, a secretaria busca sempre desenvolver ações que supram as demandas dessa população, e no caso da Região do Zé Açu, vem implementando projetos de melhoria das estradas e vicinais de Vila Amazônia e também do porto e reformas de balsas que fazem o traslado até a cidade de Parintins.

Os investimentos em Vila Amazônia se fazem necessários porque é a comunidade central de escoamento da produção e ligação direta com Parintins, sendo por meio de suas estradas e vicinais, com ligação com a região do Zé Açu, que os produtores e organizações locais utilizam para fazer seus produtos chegarem até as feiras e comércio das cidades. Então manter essa logística em condições que atendam esses atores se faz necessário para o desenvolvimento da cadeia produtiva e, conseqüentemente, das comunidades.

Dados de campo demonstram que a Prefeitura de Parintins, por meio da SEMPA, tem direcionado bastantes investimentos para manter a qualidade do escoamento da produção, para isso, em parceria com o INCRA, direcionam serviços para manter trafegável a estrada, retirando “toras” de madeira caídas, tampando buracos, fazendo a terraplanagem das estradas, abrindo novos vicinais, entre outras ações.

Já o INCRA é o responsável direto pelos investimentos no PA de Vila Amazônia, por ser uma área resultado da reforma agrária do governo federal, cabe-lhe direcionar investimentos para o desenvolvimento da região a partir de políticas públicas para os agricultores e produtores rurais.

Porém, o que se observou em campo é um distanciamento de responsabilidade por parte do INCRA, que não possui um plano de trabalho sólido para região, tornando a Prefeitura de Parintins como tutor da localidade. Os recursos financeiros que a superintendência regional tem para investimentos não cobrem as demandas da população que está no assentamento, o que dificulta a implementação de programas e investimentos de forma eficiente.

Apesar de possuir programas de fomento à produção do assentamento, os trabalhos do Incra ficam muito aquém de suas responsabilidades, fazendo a prefeitura utilizar de recursos próprios para serem destinados para a localidade. Conforme observamos na fala do Prefeito.

Se fala na emancipação do PA de Vila Amazônia, emancipação é encerrar as atividades do Incra e passar para o município e Estado as terras, não pode porque até hoje esse assentamento da Vila Amazônia não alcançou o seu objetivo em 50%, só pode falar em emancipação quando atingir pelo menos os 50%. [...] Nós fazemos o papel do município, nos colocamos a disposição para que a gente possa contribuir com a questão fundiária. [...] Por se tratar de um assentamento do governo federal quem deveria fazer as ações é o Incra, mas nós somos parceiros, eu sou o Prefeito da cidade e, portanto também temos que fazer investimentos (Prefeito de Parintins, 2020).

Durante a pesquisa de campo não foi possível entrevistar o responsável local pelo Incra, pois o escritório do órgão fica na capital Manaus e com a situação de pandemia tornou-se inviável o contato. Não obstante, a Prefeitura e SEMPA reconhecem o esforço do superintendente regional do Incra em dar as condições estruturais e de investimentos para as famílias e agricultores presentes no assentamento, ainda que dependendo bastante do município para desenvolver suas ações.

Cabe destacar, como exemplo, os investimentos realizados no ano de 2020 para as mulheres agricultoras por um programa para o fortalecimento da produção de ciclo curto dentro do assentamento, onde por meio de uma linha de crédito no valor de 450 mil reais financiou 93 agricultoras do assentamento, e no final de um ano as beneficiárias pagaram apenas 30% do valor financiado (INCRA, 2020).

Portanto, apesar das dificuldades financeiras e de pessoal para desenvolver ações no assentamento, o Incra, juntamente com a prefeitura municipal, continua buscando fortalecer e desenvolver a região por políticas públicas de investimentos.

Além disso, por meio de parcerias com o Governo Federal (MAPA) e Estadual (SEPROR), a SEMPA consegue também dar apoio aos atores e organizações com fornecimento de maquinário para facilitar tanto a produção quanto o escoamento, como a entrega de caminhões, tratores, carretas, semeadeiras, sementeiras, grades de arado, roçadeiras, entre outros maquinários.

Como exemplo, o Secretário da SEMPA (2020) confirma esse compromisso a partir de uma cessão de maquinário entre a Prefeitura e uma organização social da comunidade do Murituba, que pertence ao Projeto de Assentamento de Vila Amazônia.

A Prefeitura de Parintins, por meio da Secretaria de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (Sempa) celebrou o Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com a Associação de Desenvolvimento Comunitário Santo Antônio do Murituba (Asdecosan) cumprindo as metas de apoiar as ações de escoamento, transporte e fomentar a produção agrícola da região do Murituba e adjacentes. Um dos equipamentos da patrulha agrícola municipal, uma carroça basculante vai atender

as ações e execução do Plano de Ação do Setor Primário, especialmente nas atividades da pecuária, produção de hortaliças, culturas anuais, mandioca e frutíferas como banana e abacaxi. A região do Murituba é referência na comercialização de produtos no mercado institucional. O produtor rural da Asdecosan, Pedro Pereira, a entidade entregou em 2019 mais de R\$ 200 mil em alimentos para a merenda escolar dos municípios de Parintins e Juriti, além de convênios com a Conab. Em 2020 outros convênios de valores similares já estão sendo firmados. É dessa forma que a Prefeitura de Parintins tem atuado no setor primário, buscando cada vez mais apoiar as ações da agricultura familiar, melhorar a remuneração dos produtores e incentivar mais associações a buscarem a legalização visando atender o mercado institucional (Prefeitura de Parintins¹⁷, 2020).

Assim, a representatividade da SEMPA na rede de interação do PA de Vila Amazônia torna-se fundamental para o desenvolvimento local da região, pois existe um diálogo direto com os atores sociais e organizações que pertencem ao PA, seja da Gleba de Vila Amazônia, da MbH do Zé Açú ou MbH do Tracajá, que fortalece essa rede em prol a consolidação da produção agrícola local e de práticas organizativas que impulsionam seu desenvolvimento.

Instituições como a SEFAZ e Receita Federal se interagem na rede com as organizações sociais comunitárias no momento de formalização das mesmas, assim como os Cartórios de Registros, fornecendo condições para que as organizações se legalizem e consigam acessar políticas públicas que necessitam desta formalidade como PRONAF, PAA, PNAE, CONAB, assim como também a emissão de Nota Fiscal para os produtores e organizações que comercializam produtos, recolhimento de impostos, registros de atas e estatuto, entre outros processos burocráticos.

O BASA e a AFEAM são as instituições de crédito que estão mais integrados com as organizações e produtores rurais. O BASA tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da região, e para isso, criou várias linhas de crédito direcionadas para a agricultura familiar e pequenos produtores rurais.

O BASA, por exemplo, é o responsável direto pelo financiamento de projetos individuais e coletivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é direcionado para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

De acordo com dados coletados, para ter acesso a financiamento por meio do PRONAF, o agricultor familiar e as OS, seguem uma linha de interação que envolve pelo menos 3 instituições. Primeiramente os agricultores buscam informações e assessoria junto

¹⁷ Prefeitura de Parintins. **Prefeitura e Asdecosan do Murituba celebram termo de uso e equipamento agrícola**. Disponível em: < <https://bit.ly/2Ri04ff> > acesso em 18 nov. 2020.

ao órgão responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que no caso do Amazonas é o IDAM, para verificar a viabilidade do acesso ao crédito junto ao banco, a partir disso, e constatada a necessidade do crédito, o IDAM emite a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para que o agricultor de entrada no financiamento do seu projeto.

Caso os agricultores estejam localizados em assentamentos de reforma agrária, ainda é necessário a expedição de documento de assentado junto ao INCRA, para que posteriormente busque a interação junto ao banco responsável. As condições de acesso ao Crédito PRONAF, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho (BASA, 2020).

A AFEAM, por sua vez, é uma agência estadual que busca o desenvolvimento do Estado do Amazonas por meio de apoio creditício em projetos que propiciem geração de trabalho e renda, e contribuam para a melhoria da qualidade de vida da região. A agência busca incentivar a aquisição de crédito para o desenvolvimento da produção do Estado e profissionalização das organizações, chegando a zerar os juros do crédito e também subsidiar grande parte do que foi emprestado. Tudo para atrair os agricultores a buscar investimento para o desenvolvimento de suas localidades.

Cabe destacar que todos os projetos e propostas submetidos pelos agricultores e OS devem ser elaborados em conjunto com o IDAM, pois a parceria com o IDAM configura-se pré-requisito para o enquadramento do projeto para os programas de linha de crédito disponibilizado pela AFEAM.

Nota-se que mais uma vez que há um fluxo de interações envolvendo as organizações, atores sociais e instituições públicas que cooperam para chegar a um objetivo comum com a finalidade de promover melhoria nos trabalhos desenvolvidos, seja na produção, comercialização, ou oferta de serviço.

Esse caminho interacional é indispensável para ter acesso a políticas públicas e programas de governo de incentivo ao desenvolvimento das comunidades rurais, pois tais instituições estão conectadas e se interagem com a política estadual de desenvolvimento rural, e essa rede torna-se fundamental para a eficiência das ações direcionadas para essa população.

Outras instituições públicas que estão inseridas nessa rede interacional e têm uma representação importante são as Universidades Públicas UFAM e UEA, que desenvolvem projetos de pesquisas junto as comunidades e suas organizações nas mais diversas áreas de pesquisa. É comum as universidades buscarem as comunidades, seus

atores e organizações para produzirem projetos de extensão e pesquisa para contribuírem com o conhecimento acadêmico no seu desenvolvimento.

A partir de experiências em campo destaque dois projetos das universidades que estão diretamente ligadas as comunidades e suas organizações que possibilitam tais atores troca de informações que fortalecem e desenvolvem as comunidades tornando-os protagonista deste processo. A Incubadora AmIC e o Fórum de Educação do Campo FOFINECAP.

A Incubadora Amazonas Indígena Criativa (AmIC) é uma Incubadora de empreendimentos criativos criada a partir de um projeto da UFAM em parceria com o Ministério da Cultura que tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico local da região do Baixo Amazonas, atuando por meio de assessoria a iniciativas empreendedoras, com artesãos, agricultores, pequenos empreendedores e também com cooperativas e associações da área rural e urbana do município de Parintins.

Desde sua fundação em 2016, a AmIC desempenha ações juntos aos pequenos empreendedores e também desenvolve projetos nas comunidades rurais do município atuando no incentivo às práticas organizativas na área da cultura, turismo e agricultura. Formada por alunos dos cursos de Jornalismo, Artes Visuais, Pedagogia, Serviço Social e Administração da UFAM, a AmIC trabalha com as comunidades a partir da interdisciplinaridade de conhecimento.

A incubadora também busca trazer para suas ações junto aos empreendedores outras instituições que somam forças no assessoramento e acompanhamento dos empreendimentos, desde sua fase de idealização, até a fase de inserção no mercado. Temos como exemplo o SEBRAE, que se mostra um grande parceiro da incubadora e colabora nas ações desenvolvidas buscando capacitar os empreendedores na busca da eficiência de suas organizações.

Para desenvolver suas ações, a incubadora realiza pequenas reuniões, oficinas e eventos de interação para analisar a forma de funcionamento das comunidades, com seus atores sociais e organizações buscando compreender as fragilidades a partir dos múltiplos olhares da equipe interdisciplinar. Tais visões possibilitam que a incubadora foque em melhorias dos pontos fracos observados nos trabalhos de campo, seja na parte de gestão, comunicação, relacionamento interpessoal, entre outros.

Diante disso, as ações da incubadora têm gerado resultado satisfatório tanto para as comunidades rurais quanto para os pequenos empreendimentos urbanos. Como o foco da pesquisa é a região do Zé Açú, especialmente a cooperativa Coopazçu,

destaco que a mesma foi assessorada pela AmIC a partir de 2016, e os atores sociais envolvidas na organização reconhecem a profissionalização dos trabalhos após serem acompanhados pela incubadora.

Posteriormente, na abordagem do papel da Coopazçu dentro da rede de interação, foi possível observar o papel que a UFAM, por meio da AmIC, teve no aprimoramento da capacidade de gestão e a percepção da potencialidade econômica, social e ambiental que a região pode gerar para o desenvolvimento local.

A Universidade Estadual do Amazonas também se faz presente dentro da rede interaciona presente na região de estudo, pois, assim como a UFAM, a UEA desenvolve ações e direciona projetos de extensão e pesquisa para as comunidades rurais do município de Parintins, buscando sempre a expansão de conhecimento dos atores sociais e colaborando para a emancipação e desenvolvimento local a partir da educação.

Um projeto que está em destaque e atuante junto às organizações e movimentos sociais das comunidades rurais do município é o Fórum Parintinense de Educação do Campo, das florestas e das Águas Paulo Freire – FOPINECAP. O Fórum é resultado de um movimento de diversas instituições que se reuniram para propor uma alternativa de educação direcionada as comunidades rurais, observando suas particularidades.

O fórum nasceu em 2017, durante a V semana de Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, e em 2018 iniciou suas ações junto à diversas instituições e organizações sociais a partir de Rodas de Conversa que tem como objetivo discutir a educação no campo e o fortalecimento das organizações e movimentos sociais dentro das comunidades, dando vozes aos sujeitos do campo dialogando sobre a educação que desejam para as crianças e jovens dos territórios rurais, além trazer debates de temas como agricultura familiar, agroecologia, pedagogia da alternância e a formação de professores do campo.

De acordo com os coordenadores, o Fórum conta com uma rede de apoio importante para desenvolver as rodas de conversas, fazem parte movimentos sociais do campo, organizações sociais como Associação das Casas Familiares Rurais do Amazonas – ARCAFAR, Grupo Ambiental Natureza Viva – GRANAV, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins – STTP, além de instituições públicas como Secretária de Educação do Estado do Amazonas, Secretaria Municipal de Educação, UFAM, UEA, Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, IDAM e coletivos de pesquisados e estudantes (FOPINECAP, 2020).

Podemos perceber que o fórum movimento uma rede de interação bastante importante para canalizar as demandas das comunidades, e conta com uma participação significativa dos movimentos organizativos presentes nas comunidades.

Atualmente o fórum já realizou mais de 10 rodas de conversas em várias comunidades rurais do município e na cidade Parintins. As demandas pela roda de conversa surgem das próprias comunidades, que são escolhidas a partir de uma reunião dos coordenadores, onde é definido toda a dinâmica de acordo com as demandas levantadas.

Posteriormente cabe a comunidade realizar o engajamento dos comunitários, das organizações e movimentos sociais da região, das comunidades vizinhas, da igreja, escola, e demais instituições que estão presente na região. Os coordenadores são responsáveis por convidar os órgãos públicos que recebem as demandas no encontro.

Sendo assim, durante o evento surgem as demandas a partir dos próprios atores e líderes das organizações, que sugerem o que pode ser melhorado na região para garantir melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local. Os representantes dos órgãos também têm seu lugar de fala para explanar o que já se tem feito e pensado para a localidade. Portanto, há uma troca de informações que servirão futuramente para a elaboração de políticas públicas direcionadas para essa região de acordo com suas demandas.

Percebe-se então a importância que o FOPINECAP se tornou para o desenvolvimento das comunidades rurais, não apenas pela educação do campo, mas também pelo censo coletivo de organização que despertou nos atores sociais a partir das rodas de conversa, e também instigando a aproximação entre os órgãos públicos e as comunidades rurais, que facilitou o diálogo e a canalização das demandas de políticas públicas.

Figura 13 – IX Roda de Conversa FOPINECAP Boa Esperança – Zé Açu



Fonte: FOPINECAP (2020).

A Igreja Católica também é tida como um importante nas comunidades e seu modo de se organizar. Assim como citado anteriormente, o próprio surgimento das comunidades rurais do município de Parintins teve na igreja católica uma mola propulsora, a partir das comunidades eclesiais de base e da expansão do trabalho da prelazia com a chegada dos padres para desenvolverem trabalhos nas áreas rurais (BRANDAO, 2016).

Durante o trabalho de campo foi perceptível que, ainda nos tempos atuais, a Igreja possui uma forte relação de poder. Há uma forte participação comunitária nas ações que são desenvolvidas pela Igreja e nos grupos sociais que surgem dentro desse movimento, como o Grupo de Jovens, Grupo dos Idosos, Congregação Mariana, Grupo de Oração, entre outros.

Tais movimentos organizativos da Igreja conseguem estimular confiança e cooperação entre os comunitários que muitas vezes não é visto dentro das práticas associativista e cooperativista, como, por exemplo, a participação da juventude.

Por esse motivo, as organizações buscam manter uma maior interação com a Igreja para fazer com que a participação em práticas organizativas de fora da Igreja tenha o mesmo engajamento e confiança. Para isso, as ações das organizações comunitárias e movimentos da Igreja são desenvolvidos, na medida do possível, de maneira conjunta.

Como exemplo, podemos citar a Festa da Padroeira das comunidades, que quando ocorrem, as associações e cooperativas situadas na comunidade festejada também aproveitam para desenvolver ações paralelas a fim de captar recursos e dar visibilidade para as organizações, que muitas vezes não são reconhecidas pelos comunitários.

O Mercado, representado pelas empresas, também tem seu papel dentro dessa rede de interação, são empresas do setor de comércio e serviços que se inserem na rede para auxiliar as organizações no desenvolvimento de seus trabalhos. Tanto no que diz respeito ao acesso do produto ao consumidor final quanto na prestação de serviço para as organizações.

Como observamos na tabela 04, as organizações sociais presentes do município têm como finalidade desenvolver alguma atividade econômica, ou representação de determinada categoria, seja da agricultura, pecuária, agropecuária e pesca, como observamos na tabela 04. Sendo assim, os produtores e organizações associativas e cooperativas utilizam de duas maneiras para fazer seus produtos e serviços chegarem ao consumidor final.

A primeira é utilizar de espaços públicos, como feiras, rampas e quiosques para vender sua produção diretamente para o consumidor final. Está é uma opção de venda direta que os produtores visam garantir uma boa margem de lucro mesmo oferecendo o produto a um valor consideravelmente mais justo, o que atrai maior clientela e seus produtos esgotam-se com facilidade.

Em contrapartida, alguns produtores e a maioria das associações e cooperativas preferem vender sua produção total para os chamados “atravessadores”¹⁸ ou para pequenos e grandes comércios da cidade de Parintins. Esta é uma forma que eles encontram para não correrem risco de deixar sobras em suas produções e também é uma maneira de não permanecerem na cidade, uma vez que vendem sua produção e retornam para suas comunidades. Porém, o produto chega ao consumidor final com um valor superior

¹⁸ Atravessadores são aqueles agentes de comercialização que atuam nas cadeias produtivas como intermediários, nas comercializações dos produtos independente da origem, entre os produtores e os consumidores (UENO et al., 2016).

UENO, V. A.; NEVES, M. C.; QUEIROGA, J. L. de; RAMOS FILHO, L. O.; OLIVEIRA, L. P. de. Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo. In: **SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**, 7. 2016, Araraquara. 30 anos de assentamentos na Nova República: qual agricultura e qual sociedade queremos? Anais. Araraquara: UNIARA, 2016. 14 p. Disponível em: <<http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=1065665&biblioteca=vazio&busca=1065665&qFacets=1065665&sort=&paginaAtual=1>> acesso em 11 nov. 2020.

ao da venda direta.

Outra interação das organizações e o mercado é na oferta de serviço para a legalização e criação de novas organizações, é muito comum escritório de contabilidade e de advocacia está envolvido nesta rede de interação devido seu serviço ser essencial para a manutenção formal dessas organizações junto aos órgãos públicos responsáveis pelo registro. Por isso, as organizações e os atores sociais buscam nesses profissionais assessoria e contratação do serviço para representarem suas as organizações junto aos órgãos públicos.

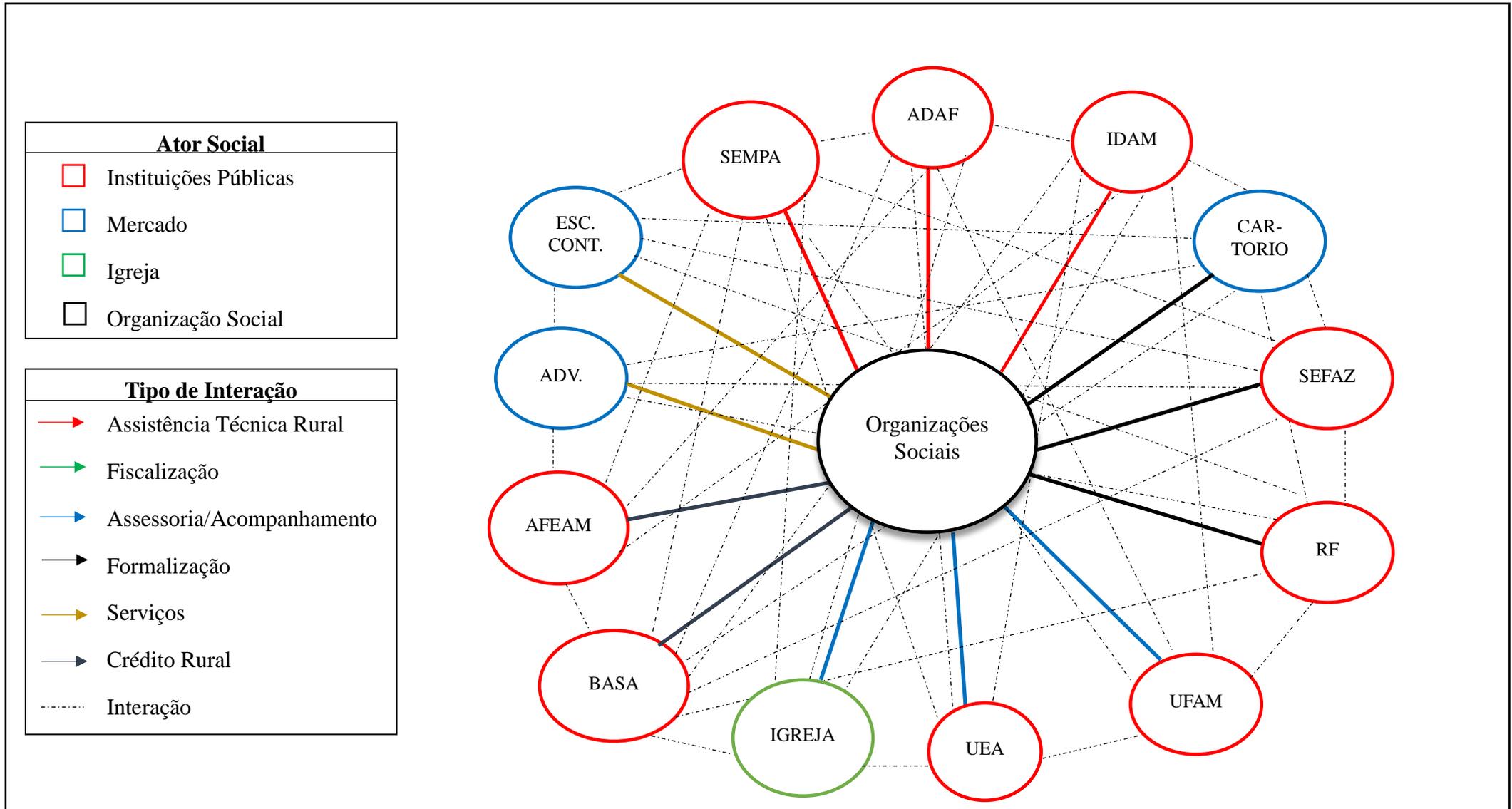
Portanto, as interações sociais que são trocadas dentro dessa rede colocam essas instituições como pontos importantes de contribuição e incentivo ao protagonismo comunitário dentro de suas localidades, o que servirá de condicionante para o acesso a políticas públicas direcionadas as suas demandas e de promoção ao desenvolvimento por meio de programas, projetos e ações.

Nessa perspectiva, podemos perceber uma rede de interação sólida e importante que é formada na região do Zé Açú onde diversas instituições e atores sociais trabalham para fortalecer as comunidades e incentivar práticas organizativas que servirão de força motriz para levar desenvolvimento local para as comunidades da região.

Tal rede social de interação é representada por importantes nós (Instituições, OS, Igreja, Mercado) que desempenham funções específicas que contribuem diretamente para o fortalecimento da área rural do município de Parintins, e, dentro da área do estudo, observamos as ações que cada nó desempenha na localidade. Conforme representado na Figura 13.

A seguir, poderemos perceber como a Coopazçu se coloca dentro dessa rede de interação, e quais suas ações práticas concretas que são frutos desse empenho gerado a partir das interações com outras organizações, instituições públicas e mercado.

Figura 14 – Rede de interação local – Instituições, Organizações e Mercado



Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2021)

5 O CASO DA COOPERATIVA DE AGROTURISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS COMUNIDADES DO ZÉ AÇU - COOPAZÇU

O objetivo deste capítulo foi fazer um histórico da cooperativa e verificar a importância que ela representa para a Mbh do Zé Açú e também para os comunitários que fazem parte diretamente da sua organização ou que são afetados indiretamente por suas ações e atividades, assim como também buscar compreender como a cooperativa interage com a rede social que é formada na região.

No decorrer do capítulo, foram observados aspectos relacionados aos elementos que foram abordados no referencial teórico, como, por exemplo, o Capital Social presente nos atores da cooperativa e também a capacidade de Agência que os comunitários que fazem parte da gestão da cooperativa possuem no relacionamento com outras organizações, instituições e empresas da região.

A atuação institucional do poder público no fortalecimento das organizações sociais locais e, conseqüentemente, na solidez da rede social na região foi um fator importante observado durante a construção desta pesquisa, pois não bastam as comunidades e as organizações terem um nível de Capital Social satisfatória para o seu desenvolvimento se o poder público não dispõe de uma estrutura de apoio para se poder desenvolver as atividades e as ações buscando a efetivação do bem-estar social e a melhoria de qualidade de vida a partir do desenvolvimento local.

A priori, cabe discorrer sobre a cooperativa, objeto desta pesquisa, para assim compreendermos sua atuação e contribuição na região do Zé Açú e, por fim, refletir sobre as dificuldades que ela, assim como outras organizações, enfrenta para permanecer ativamente na luta por políticas públicas, geração de trabalho, renda e desenvolvimento local.

5.1 A COOPAZÇU – HISTÓRICO E ATUAÇÃO

A cooperativa Coopazçu é um modelo de organização social, política e econômica que vem desempenhando um importante papel na Região do Zé Açú, principalmente, na Comunidade de Nazaré, desde seu surgimento em 2014. Nesse período reuniram-se professores pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas – UFAM,

comunitários da região que tinham como finalidade criar uma organização que pudesse desenvolver atividades econômicas relacionadas ao turismo, agricultura e pesca para gerar trabalho e renda para a população. Sendo que o modelo cooperativista se mostrou como o mais adequado para os objetivos que ficaram traçados.

A priori, a denominação da organização ficou definida como Cooperativa de Agroturismo, Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das comunidades do Zé Açú (Coopazçu), que foi criada como objetivo central de viabilizar o desenvolvimento sustentável da Região do Zé Açú e das 12 comunidades que estão presentes na Região (N. S. das Graças, Paraíso, Bom Socorro, N. S. Nazaré, Santa Fé, Boa Esperança, Nova Esperança, Vista Alegre, Toledo Pizza, Brasil Roça, Zé Miri e Máximo). Assim, conforme seu Estatuto Social de Cooperativa (2017), a Coopazçu seria uma sociedade civil de responsabilidade limitada e se regularia pela Lei das Cooperativas Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 e suas alterações, sendo norteadas, pelo princípio da autogestão e pelo seu Estatuto Social.

A Coopazçu iniciou suas atividades sendo composta por um grupo de sócios fundadores com 26 comunitários da região, sendo sua grande maioria atores residentes da comunidade de Nazaré, que viria a se tornar local sede da cooperativa. A priori, o perfil socioeconômico da organização era uma composição majoritariamente de pessoas do sexo masculino e de idades acima de 50 anos, características que permanece até os dias atuais.

Atualmente, fazem parte da cooperativa 20 associados fixos que estão atuando mais ativamente nas ações que a cooperativa desenvolve. A participação feminina e da juventude ganhou mais espaço, porém ainda existe uma divisão social, principalmente na área da gestão, em que predominantemente é desempenhado por homens.

A sede da cooperativa ficou estabelecida na primeira comunidade da Microbacia do Zé Açú, Nossa Senhora de Nazaré, onde ocorrem, ainda nos dias atuais, as reuniões entre os cooperados e os comunitários para o planejamento das atividades econômicas, ambientais, culturais e sociais que são desenvolvidas durante o ano.

De acordo com Bandeira (2019) este modelo de cooperativismo estabelecido dentro da Região do Zé Açú está caracterizado como uma cooperativa de Economia Solidária, pois tem como principal característica a reciprocidade entre seus membros, através da qual, por meio de uma relação social de “compadrio”, estabelecem redes de confiança.

Sendo assim, passam a ser desenvolvidas as atividades relacionadas em seu estatuto como: geração de trabalho e renda por meio de ações sustentáveis capazes de promover melhoria na qualidade de vida das famílias (ESTATUTO SOCIAL, 2017).

A Coopazçu, sendo uma cooperativa solidária, preocupa-se não apenas no elemento econômico dentro de seu estatuto e de suas ações, mas também é perceptível as variáveis ambientais, políticas, culturais e sociais dentro da proposição de suas atividades. Conforme podemos observar na tabela 05 a seguir.

Tabela 05 – Atividades e Ações da Coopazçu

	ATIVIDADES	FINALIDADE
Atividades Econômicas	Atividades Turísticas	Atividades realizadas nas comunidades da Região: Trilha cultural; Passeio de canoa regional; Visita em área alagadas, Soltura de quelônios; Banho de praia; etc.
	Almoço Regional	Venda de Almoço Típico: Galinha caipira; Peixe Assado; Pato no tucupi; Caldeiradas de peixes; etc.
	Torneios Comunitários	Torneio de futebol masculino e feminino; Torneio infantil; Torneio de vôlei de areia; etc.
	Agricultura Familiar	Venda direta de produtos da Agricultura Familiar: Farinha; Mandioca; Polpas de Fruta; Frutas in natura; Legumes e verduras, etc.
	Feiras na Área Urbana	Venda de produtos regionais em feiras na cidade: Plantas; Sementes; Verduras; etc.
Atividades Ambientais	Soltura de Quelônios	Coletas de ovos de tracajá para realizar futuramente a soltura dos quelônios para a manutenção da espécie na região.
	Vigília do Lago	Proibição de entrada de pescadores no lago do Zé Açú.
	Reprodução de Peixes	Controle de pesca de espécie de peixes “escasso” no lago.
	Retirada de Lixo Aquático	Retirada de lixo das margens do lago e conscientização dos turistas e comunitários.
Atividades Políticas	Participação em Fóruns de Educação do Campo	Participação em discussões sobre a implantação de Educação adequada a realidade do povo da área rural de Parintins.
	Participação em Audiência Pública	Audiências com temáticas de implantação de Lixeira Pública e Presídio Pública no Assentamento de Vila Amazônia, próximo

	ao Zé Açú.
Participação de reuniões com agentes públicos	Participações em reuniões comunitárias com a presença de agentes públicos (Governador Prefeito e Vereador) para discutir políticas públicas para a Região.

Fonte: Cooperativa Coopazçu, Organizado pelo autor (2020)

Além das atividades citadas na tabela 05, temos também as atividades culturais e sociais que são desenvolvidas pelas comunidades rurais da região que contam com o apoio e participação da Cooperativa. Como exemplo, temos a Festa da Padroeira da comunidade de Nazaré e o Festival Cultural do Boi-Bumbá Chamosinho, na mesma comunidade. São atividades que movimentam as relações sociais da região e que a cooperativa se insere como parceira.

Dentro desta perspectiva, podemos observar que a Coopazçu não se limita à finalidade econômica – uma das principais características do modelo cooperativista – mas se orienta principalmente no direcionamento de ações que visem o lado ambiental, cultural, social e político das comunidades, que são elementos complementares do processo de desenvolvimento local.

Esses direcionamentos, conforme Singer (2011), são bastante comuns em cooperativas localizadas em pequenas comunidades urbanas e rurais, que estão em processo de desenvolvimento e buscam estabelecer qualidade de vida e justiça social, colocando a cooperação e solidariedade à frente da própria competição de mercado.

A partir do levantamento feito na pesquisa de campo, a questão ambiental destaca-se durante as observações das atividades da cooperativa e nas entrevistas, pois é notório o quanto os comunitários presam pela conversação ambiental da região, seja o lago, florestas e outros recursos naturais, conforme fala do comunitário:

Você sabe que recursos nós temos, só está faltando pessoas que conheçam esses recursos. Para que a gente possa usar esses recursos. Nós temos a terra, nós temos o rio, nós temos tanto recursos aí, quando nós temos viajando aqui dentro desse Rio parece que não é nada para gente mas se a pessoa não ter uma noção que para chegar em Parintins é preciso usar o recurso que é o Rio, como é que vai dar a devida importância a tudo isso que temos (Cooperado Coopazçu, Pesquisa de Campo, 2020).

Em sua fala podemos observar o valor que os recursos naturais representam para a comunidade: uma fonte de riqueza que precisa ser conservada e dada

a devida importância. Isso justifica as atividades ambientais levantadas em campo, conforme tabela 05, que são desenvolvidas pela cooperativa, pois, observa-se a preocupação comunitária quanto a exploração desenfreada que o lago e as florestas da região receberam nos últimos anos, e cabem as organizações comunitárias lutarem pelo que ainda resta.

Durante o período de desenvolvimento de suas atividades, desde a sua criação até os dias atuais, a gestão da Coopazçu juntamente com seus cooperados e comunitários parceiros, buscaram estar em diálogo com instituições públicas com a finalidade de melhorar o funcionamento da cooperativa, seja com investimentos para avanço da sua estrutura física e formalização, quanto à melhoria da capacidade de gestão, visto que, ela vem enfrentando dificuldade para manutenção de sua autogestão, como veremos posteriormente.

Outrossim, a Cooperativa vem desempenhando um papel fundamental para o desenvolvimento da sua localidade de atuação, que é a capacidade de diálogo que conseguem ter com as instituições públicas que atuam na região, como Prefeitura, SEMPA, IDAM, Universidade Federal e Estadual, entre outros órgãos públicos. O que possibilita que as demandas e necessidades que os comunitários possuem cheguem até esses atores externos.

Tais interações e diálogos tornam-se fundamentais para que a cooperativa cumpra seu papel social, econômico e político, pois, conforme observamos no capítulo anterior, essas instituições representam um nó importante para rede social da região, onde cada uma desempenha uma função para o fortalecimento das organizações sociais e das comunidades rurais do município de Parintins.

Uma parceria, por exemplo, que foi fruto de diálogos durante a fundação da Coopazçu foi a Incubadora Amazonas Indígena Criativa – AmIC. Sendo este um projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas que apoia, por meio de assessoria e acompanhamento, empreendimentos em fase de maturação presentes no Baixo-Amazonas.

De acordo com dados da pesquisa de campo, o presidente da cooperativa com os associados, vê na AmIC um apoio fundamental para a estruturação da Coopazçu e também para os planejamentos das ações que são desenvolvidas na comunidade. Pois, foi a partir da assessoria e acompanhamento da incubadora que os comunitários envolvidos dentro da organização puderam desenvolver aptidões relacionados a sua autogestão.

Assim, a Coopazçu esteve com a AmIC, durante os anos de 2015 – 2017, passou por uma série de capacitações relacionada à autogestão de organizações sociais com temáticas inseridas no Cooperativismo e Associativismo. Este acompanhamento institucional foi determinante para o bom funcionamento da Cooperativa e a captação de parcerias que proporcionassem crescimento organizacional e garantia de maior visibilidade e importância para a cooperativa na região da MbH Zé Açú.

Atualmente, de acordo com levantamentos de campo, a Coopazçu passa por um processo de reestruturação de seu funcionamento, tendo em vista que no ano de 2018 poucas foram as atividades e ações que a cooperativa esteve realizando dentro da região. Assim, no ano de 2019, foram realizadas várias assembleias e reuniões, a fim de se estabelecer um calendário fixo de eventos turísticos que pudessem ser promovidos pela cooperativa e, então, retornar com a geração de trabalho e renda para as comunidades.

Dentre essas atividades planejadas para o ano de 2019/2020 estão o Torneio de Futebol no aniversário do time da comunidade; Pesca do Pacú – peixe típico e predominante na região; Torneio de canoa à Vela – que é um resgate do meio de navegação que acontecia antigamente; Soltura de Quelônios; entre outras atividades turísticas durante o ano.

O Vice-presidente da Coopazçu fala sobre a importância das atividades realizadas pela comunidade, além da necessidade de a cooperativa e associação serem independentes e realizar suas funções sem precisar ter constantemente a intervenção de outras instituições:

A única atividade que a associação e cooperativa estão realizando é essa de vocês. Estamos aí buscando aquela parceria para que possa viabilizar para dentro da comunidade atividades turísticas, como é o caso da vela, pesca do pacu. O calendário de atividades que nós queremos implantar dentro da Comunidade, para poder viabilizar recursos e caminhar com os próprios pés. A vela é uma atividade que está em andamento, mas a pesca do pacu já foi realizada (Vice-presidente da Coopazçu, Pesquisa de Campo, 2020).

A partir do dístico, podemos perceber que há uma vontade de maior independência da Coopazçu, onde eles buscam incentivar os atores sociais para haver mais engajamento no planejamento das atividades e deixem de depender, exclusivamente, de estímulos externos para promover ações na comunidade.

O desejo é que as ações que são desenvolvidas pela cooperativa sejam protagonizadas pelos comunitários associados e não que seja necessário a Universidade

ou Órgão Público ir até à cooperativa para haver um movimento para planejar as atividades que serão promovidas.

Recentemente, surgiu outro gargalo para o prosseguimento das ações da Cooperativa que a obrigou a paralisar suas atividades, reuniões, encontros e assembleias, que foi a pandemia do novo Corona Vírus - COVID-19.

No final de 2019 e início de 2020, houve um intenso planejamento para a reestruturação da cooperativa e a criação de um calendário de eventos que iria proporcionar um maior engajamento comunitário durante o ano todo na promoção de atividades para geração de trabalho e renda, porém, com a pandemia e demais decretos estaduais e municipais, inviabilizou-se a continuidade da aplicação do que foi planejado nas reuniões entre os comunitários, associados e instituições públicas.

Sendo assim, a cooperativa, desde o início de 2020 até os dias atuais, permanece com suas atividades suspensas. Os vários decretos sobre isolamento social e proibição de eventos públicos e privados impedem que haja um retorno gradual de suas atividades, devido, ainda, grande parte dos associados serem do grupo de risco, o que dificulta ainda mais o retorno dos trabalhos.

Apesar disso, de acordo com a gestão da Coopazçu, assim que estiver seguro reunirem-se, os comunitários associados decidirão em assembleia sobre o futuro da organização social, que, segundo eles, passará por uma reformulação de estatuto para abarcar outras atividades de produção que até então não eram desenvolvidas, como a comercialização ordenada de produtos da agricultura familiar.

Como a Cooperativa, a princípio, estava direcionada para promover o desenvolvimento turístico da região do Zé Açú, suas atividades ficaram bastante limitadas na oferta de serviços turísticos, o que, com a pandemia, não foi mais possível desenvolver atividades ligadas ao turismo. Sendo assim, com a proposta de reestruturação, a cooperativa incluiria a produção agrícola como uma das atividades chaves da organização, abrindo portas, inclusive, para seu enquadramento no fornecimento de produtos agrícolas para políticas públicas de governo relacionados ao PAA e PNAE.

Conforme os gestores da cooperativa, essa mudança organizacional tornaria a Coopazçu um ator social de maior interação na rede, pois permitiria um fluxo de interação com mais instituições públicas e empresas privadas, o que fortaleceria a organização social.

A seguir, foi analisado a participação da Coopazçu dentro da rede de

interação social existente na região da MbH Zé Açú. Apontando com mais detalhes os trabalhos desenvolvidos pela cooperativa e como ela está em diálogo com os atores externos à comunidade.

5.2 CONTRIBUIÇÕES DA COOPAZÇU DENTRO DA REDE SOCIAL REGIONAL

A Coopazçu, desde sua fundação em 2014, sempre buscou manter diálogo com todas as instituições, OS e empresas ligadas ao seu escopo de trabalho com atuação na região do município de Parintins, para que suas ações e atividades fossem fortalecidas e efetivadas dentro da MbH do Zé Açú.

O primeiro parceiro institucional da cooperativa se deu por meio de contato com pesquisadores da UFAM que estavam na região realizando pesquisa de pós-graduação de mestrado e doutorado, e como forma de retorno para as comunidades locais, reuniram-se para fazer um levantamento das demandas comunitárias afim que se pudesse verificar as possibilidades de contribuição.

Percebeu-se, então, que criar um modelo de organização que fortalecesse o turismo e a agricultura familiar local era uma das principais demandas que os comunitários possuíam para o momento, pois eles tinham pouca experiência na prática associativista e cooperativista e percebiam a necessidade de se organizar para fortalecer as ações econômicas, sociais, culturais e ambientais que já vinham realizando.

A partir de então, com a criação da Coopazçu, a organização viu na universidade o seu principal parceiro na implementação de um plano de ação contínuo para a região que envolvesse os atores sociais das comunidades locais no protagonismo do processo de desenvolvimento local.

Sendo assim, a Universidade, representada por seus pesquisadores, constitui o primeiro ponto de interação com instituições externas que a cooperativa manteve no desenvolvimento de seus trabalhos e ações.

A posteriori, com a criação do projeto Incubadora Amazonas Indígena Criativa – mencionado no capítulo anterior –, vinculada à UFAM, a cooperativa manteve a parceria para o fortalecimento da organização social e melhoria da qualidade de sua autogestão, o que contribuiu decisivamente para a manutenção das atividades da cooperativa na região.

Durante o período que recebeu assessoria da incubadora a cooperativa

promoveu trabalhos que contribuíram positivamente para a melhoria da qualidade de vida e da conservação ambiental e cultural da região, que proporcionaram engajamento e capital social nas comunidades do Zé Açú.

A princípio, as questões ambientais receberam atenção especial no planejamento de ações da cooperativa, pois era perceptível a degradação ambiental que a região vinha sofrendo nos últimos anos com relação às florestas e o lago local e a cooperativa julgou como prioridade enfrentar tal situação.

Nesse sentido, foram desenvolvidas ações de manejo e conservação dos peixes dos lagos, devido à pesca predatória de pessoas de fora da região que adentravam no lago para realizar pesca desenfreada, conforme observamos nos relatos dos associados da cooperativa.

O pessoal vem para cá falando que estão fazendo pesca esportiva, mas na verdade não estão não, estão esticando malhadeira e levando o peixe. A gente daqui estica uma malhadeira para pegar o almoço e só vem os peixes pequenos, os açú [grande] estão todos indo embora. Tem também algumas comunidades que não preservam o lago, a nossa preserva [Com. Nazaré] mas tem outras que não. O que faz pegar mais peixe é porque aumentou a população da região também. Então se antes o pescador pescava para vender para 5 famílias, hoje já existem 10 e mais (Entrevista realizada em roda de conversa com associados da Coopazçu, Pesquisa de Campo, 2020).

Podemos observar que existia outra problemática acontecendo na região referente a pesca predatória, a falta de sensibilidade de algumas comunidades da Mbh Zé Açú que não estavam buscando conservar a vida do lago e realizavam pesca com tipos de malhadeira proibida para pescaria, pois colabora fortemente para o desaparecimento de espécies de peixe, conforme relata Dona M. F, associada da cooperativa.

Quem ajuda mais aqui para preservar o lago não é nada de Boa Esperança, Santa Fé, Paraíso, Bom Socorro. O Bom Socorro é o mais destruidor dessas coisas aqui, eles venham de arrastão a noite, porque eu já vi, e nós cortamos porque engatou no rabeta, eu não vou deixar isso acontecer, eu corto mesmo. E se um dia eles pegarem minha malhadeira por ai e cortarem também, eu não ligo, porque a minha é para pegar só o que é para comer, e a deles que é para arrastar tudo que tem? (Sra. M. F, 67 anos, associada da Coopazçu, Entrevista de Campo, 2020).

Dentro dessa realidade, a Coopazçu iniciou o trabalho chamado de “Vigilha do Lago”, que tinha como objetivo inibir a pesca predatório da Mbh Zé Açú, para isso montou-se um cronograma de vigilha onde os associados e comunitários saiam nas comunidades conscientizando os comunitários sobre a pesca no lago, que deve ser feita

de maneira responsável para que os peixes não fiquem escassos em determinado período do ano.

Ao passo que também realizam rondas noturnas no lago para retirar tipos de malhadeiras que é prejudicial para a manutenção da quantidade de espécies no lago, como é o caso do arrastão, conforme descrito pela comunitária e associada da Coopazçu.

O Samuel [Presidente da Coopazçu] era muito bom para vigiar o lago, a gente se reunia e saíamos a noite para ver o que tinha, até espingarda foi apontada para gente, mas por que? A gente estava mesmo que ser um cachorro, defendendo o que é nosso, então por isso né? É nosso porque nós vivemos aqui, nós precisamos disso (Sra. M. F. 67 anos, associada da Coopazçu, Entrevista de Campo, 2020).

Além do trabalho de vigilha do lago, outra ação importante contribuiu para a conservação a Mbh Zé Açú, e foi resultado de interações com outras instituições públicas, foi a conscientização ambiental dos turistas que frequentam as praias da localidade.

O turismo local da região é um dos escopos de trabalho da cooperativa, e além de gerar renda e trabalho com a atividade, os comunitários e associados iniciaram um trabalho de conscientização ambiental com os turistas, desenvolvendo ações de recolhimento e não descarte de resíduos sólidos nas praias locais, visto que era perceptível no fim de tarde a quantidade de lixo que era deixado pelos visitantes depois que retornavam para Parintins.

Diante disso, a Coopazçu, com a Associação da Comunidade de Nazaré, UFAM e a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Parintins – SECTUR, promoveram durante muito tempo o projeto de “Retirada do Lixo Aquático” do lago do Zé Açú. O objetivo do projeto era realizar a retirar de resíduos sólidos deixados pelos banhistas e turistas que frequentavam a região, como garrafas pets, sacolas plásticas, garrafas de vidro, produtos descartáveis e latas de alumínio.

Também era realizado a visita nas praias para conscientizar os banhistas a reter sua produção de lixo em sacos plásticos para serem descartados de forma adequada em lixeiras públicas espalhadas em pontos das praias ou levar para descarte na cidade de Parintins.

De acordo com dados coletados em campo, essas parcerias no desenvolvimento de atividades ambientais contribuíram consideravelmente para a conservação do lago da região, são interações e diálogos que a Coopazçu estabeleceu na rede social local que possibilitou a manutenção da quantidade de peixes para a subsistência

das famílias das comunidades, assim como manteve a região adequada para a prática de turismo com a limpeza das áreas de praia com o projeto de resíduos sólidos.

Além desses projetos e ações, a cooperativa vem desenvolvendo outras atividades relacionadas a conservação ambiental da região, pois, para os associados, a questão ambiental é um fator importante a serem considerados quando se pensa em criar alternativas de geração de trabalho e renda para as comunidades rurais, principalmente quando se pensa em turismo, pois o ambiente natural conservado acaba se transformando em um atrativo turístico vantajoso quando se fala em Amazônia.

Para isso, a Coopazçu traz também outros eventos importantes que contribuem para o desenvolvimento local e conservação do meio ambiente, como a Soltura dos Quelônio, Pesca do Pacu e Reflorestamento da Mata Ciliar. São eventos que por muito tempo fizeram parte do planejamento anual de atividades da cooperativa.

Figura 15 – Atividades ambientais da Coopazçu



Fonte: Acervo Pessoal do Autor (2019)

Tais eventos acabam movimentando a rede social local, pois gera engajamento comunitário e interação social com outras instituições, organizações sociais e empresas da cidade de Parintins, visto que para realizar tais eventos é necessário buscar parcerias com atores sociais que atuam nas questões ligadas ao turismo, meio ambiente e comunidades rurais.

Diante disso, a Coopazçu mostra-se como um importante instrumento de contribuição de desenvolvimento local a partir das suas atividades que permitem movimentar e engajar os atores que estão presentes na rede social da região.

Nesse sentido, o turismo comunitário torna-se a principal atividade econômica que a cooperativa oferece juntamente com seus associados. Para isso, parceiros como a UFAM - por meio da AmIC -, empresas de turismo de Parintins e SECTUR são os atores sociais que são parceiros e dão as condições necessárias para o fortalecimento da atividade turística na região.

Desde sua criação, a Coopazçu definiu como finalidade econômica principal o desenvolvimento turístico sustentável da região por meio de atividades ligadas ao meio ambiente e cultura que servissem de atrativos a serem oferecidos para os visitantes que tivessem interesse em conhecer a região. Devido ser uma área de praias e águas claras, o local é bastante visitado em períodos de seca do rio, quando surge as areias brancas que atraem os turistas.

Vendo essa possibilidade, a cooperativa buscou diálogos com atores sociais que pudessem contribuir para o desenvolvimento da atividade turística da região, tendo na Incubadora AmIC um importante parceiro para a profissionalização do negócio. Durante os anos de atuação no segmento de turismo a Coopazçu montou um portfólio de atividades que poderiam ser oferecidas na região, esse planejamento ocorreu a partir de assembleias, reuniões e rodas de conversa com os parceiros envolvidos.

De acordo com dados coletados em campo, as interações entre os parceiros e a cooperativa viabilizaram a criação de um roteiro turístico que promoveu a geração de trabalho e renda para os comunitários locais e, conseqüentemente, levou desenvolvimento para a região a partir da circulação de turistas na localidade, conforme figura 16.

Figura 16 – Atividades turísticas desenvolvida pela Coopazçu



Fonte: Acervo pessoal (2017)

São atividades turísticas desenvolvidas e protagonizadas pelos próprios comunitários associados à Coopazçu. Que reconhecem o potencial que a região tem para a atividade e veem na cooperativa um importante instrumento social capaz que engajar parceiros e a comunidade para utilizar as belezas naturais, o rio, as florestas e a cultura para desenvolver o turismo local.

Sendo assim, as atividades ambientais, citadas anteriormente, serviram de condicionantes, com os atrativos culturais, para se poder desenvolver atividades turísticas na região. Os comunitários percebem a importância que essa atividade econômica representa para o desenvolvimento da localidade. Uma vez que, por muito tempo, a região foi explorada por empresas de turismo da cidade e nunca trouxeram benefícios para a localidade, e agora, com as atividades da cooperativa, geram renda e trabalho para as

famílias.

E o diálogo com atores externos à cooperativa e comunidade foram fundamentais para o ordenamento turístico e a profissionalização da atividade turística na região, como exemplo temos a criação do folder de divulgação do portfólio turístico da Coopazçu, conforme figura 17.

Figura 17 – Folder com Portfólio de Atividades Turísticas da Coopazçu

Nossa Visão

Desenvolver e valorizar a região do Zé Açú e assentamentos a partir de atividades econômicas e ambientais sustentáveis.

Nossa Missão

Estabilizar economicamente os cooperados a partir de uma visão de turismo sustentável.

Público Alvo

Os pacotes turísticos da COOPAZÇU abrange a localidade de Parintins, demais municípios, turistas e visitantes nacionais e internacionais. Turistas e visitantes com interesse em desfrutar de ambientes de praia, rios, floresta, interação com a natureza amazônica.

Contato

(92) 992996576
Sr. Samuel Santos

Informação para Venda

Yara Turismo
(92) 99226-1080
yara.turismo@hotmail.com

Nosso Apoio




Incubadora de Empreendimentos Criativos

COOPAZÇU

Cooperativa de Agroturismo e Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das Comunidades do Zé Açú




Região do Zé Açú
Parintins - AM

COOPAZÇU

A empresa está localizada na zona rural do município de Parintins-AM, a aproximadamente a 369 km da capital Manaus. A cooperativa (COOPAZÇU) está assentada no lago do Zé Açú, região ribeirinha que abrange em torno de 12 comunidades, onde os próprios moradores dessa região fazem parte dessa cooperativa.

A cooperativa foi criada a partir de uma observação feita pelos comunitários da oportunidade de poder gerar renda para a localidade por meio de um desenvolvimento econômico e sustentável para as famílias residentes nas comunidades da Região do Zé Açú.

A cooperativa COOPAZÇU com apoio da Incubadora AmIC, está estudando e colocando em prática um plano de ação para implementação do turismo de base comunitária na região do Zé Açú.

PRODUTOS

Pacotes Turísticos Individual:

Pacote Simples: 20,00 reais (ida e volta)

Pacote Básico: 30,00 reais (ida e volta + almoço)

Pacote para Grupos (05 pessoas):

Pacote Simples: 140,00 reais (ida e volta + almoço porção individual)

Pacote Básico: 145,00 reais (ida e volta + almoço preferencial - peixe ou galinha caipira).

ATRATIVOS

Alimentos regionais (peixe, galinha caipira, tacacá e outros).

Trilhas Culturais e fluviais

Canoagem

Banho de Rio na praia do Cupu.







Fonte: AmIC (2019)

O portfólio de atrativos foi resultado de uma oficina realizada na Escola Municipal da Comunidade de Nazaré – onde acontece as reuniões e assembleias da Coopazçu - e surgiu a partir das próprias percepções dos comunitários do que poderia gerar interesse de visitação por parte dos turistas, e assim montou-se um calendário de eventos e roteiro turístico.

Além do portfólio, também foi resultado das interações a criação de um site e uma página nas m dias sociais para ampliar a divulgação das atividades econ micas ligadas ao turismo que a Coopazçu vinha ofertando dentro da Mbh Z  Açu.

Nesse sentido, as atividades econ micas ligadas ao turismo da Coopazçu geraram um impacto positivo no desenvolvimento da localidade, pois cumpriu seu objetivo de proporcionar trabalho e renda para as famílias locais e contribui para a expansão de informações sobre questões importantes sobre a região, como a população, meio ambiente, cultura local e demandas socioeconômicas, além de impulsionar o reconhecimento da Coopazçu como ator social importante dentro da rede social local, conforme figura 18.

Figura 18 – Reportagem sobre turismo promovido pela Coopazçu



Fonte: Jornal Acr tica <<https://bityli.com/RUbZd>> acesso 2021.

No campo de luta política a Coopazçu também exerce um papel importante para canalizar as demandas da região por políticas públicas adequadas a realidade rural e contra imposição de políticas que não agregam e influenciam positivamente a localidade.

É comum a participação do presidente da Coopazçu, como representante da organização, em audiências públicas que tratam de interesses das comunidades da região. De acordo com o presidente, a cooperativa representa também um instrumento político, pois precisa se manifesta diante do que os comunitários acham adequados ou não para a localidade em termos de políticas públicas.

Durante uma roda de conversa, o presidente lembrou da audiência pública que ocorreu em 2013, sobre a possível implantação do aterro sanitário na Gleba de Vila Amazônia (PA de Vila Amazônia). Na época, reuniram-se as organizações sociais representativas das comunidades e por unanimidade exerceram sua agência e não aprovaram a instalação do “lixão” em sua localidade, com a justificativa que o aterro controlado, na verdade iria se transformar em um transtorno para a região, pois iria impactar negativamente a pesca, o turismo e a produção rural.

Mais recentemente, em 2017, já como presidente da Coopazçu, o comunitário participou de uma audiência pública para verificar a possibilidade da construção de um presídio público estadual na mesma região. Na época, a maioria dos representantes das organizações sociais e comunitários se colocaram contra a proposta, porém, a prefeitura sugeriu como contrapartida a construção de uma Unidade Básica de Saúde, Escola Municipal, além de entrega de ambulância e ambulância para ficar à disposição da comunidade, o que prontamente favoreceu a aceitação para a obra pública.

Nesse sentido, tais acontecimentos comprovam o papel de politização que as organizações sociais proporcionam, pois, além de impulsionar conquista econômica e social, representam uma ferramenta de luta sociopolítica para a região.

Atualmente, a Coopazçu participa ativamente das reuniões do FOPINECAP debatendo com instituições públicas, líderes comunitários e OS sobre demandas para a educação no campo na área rural do município de Parintins. O fórum constitui a maior mobilização de interação social para levar desenvolvimento local para as comunidades por meio da educação, e é um espaço de discussão notável para dar vozes aos líderes e representantes de organizações que representam as comunidades da região.

Universidade Federal, Instituto Federal, Universidade Estadual, IDAM,

ADAF, SEMPA, AFEAM, SEMED, organizações comunitárias, Cooperativas de Produção e Turismo, são alguns dos atores que estão inseridos nessa rede de interação, contribuindo com diálogos que buscam fortalecer a educação do campo e a importância da organização social na área rural para consolidação de seus direitos.

Durante rodas de conversas com os associados da Coopazçu foi nítido que os comunitários enxergam na cooperativa um instrumento social de importante contribuição para o desenvolvimento da região, e a aproximação com projetos da Universidade proporcionaram o impulsionamento da visibilidade de suas ações, bem como a profissionalização da autogestão.

A partir de dados de campo coletados nas entrevistas, a entrada da Coopazçu na incubadora AmIC, posterior a sua criação, foi fundamental para que a organização se colocasse na rede social da região e contribuísse com ela com suas ações e atividades. Os eventos proporcionados pela AmIC para capacitação dos gestores da cooperativa possibilitaram a criação de uma rede de parceiros institucionais que garantiram-lhe a inserção em diversas ações governamentais relacionadas ao setor rural, turístico, produção, associativismo e cooperativismo.

Com base nesse conhecimento e informações a cooperativo começou a se fazer presente em diversos eventos relacionados a essas temáticas, não apenas como ouvinte, mas contribuindo com sua *expertise* para outros atores sociais que atuam na região, assim como também levando suas experiências de organização para outras cidades, conforme podemos observar na figura 19.

Figura 19 – Participação da Coopazçu em Evento estadual sobre turismo



Fonte: Acervo Pessoal (2019)

De fato a Coopazçu conseguiu durante seu tempo de efetiva atuação se transformar em um instrumento de contribuição para o desenvolvimento local a partir da interação na rede social de atores internos e externos que está presente na região. Apesar de não ter conseguido se formalizar perante a RF e Sefaz, suas ações e atividades foram percebidas como válidas e importantes para as comunidades locais.

Porém, vale considerar que ela não conseguiu se manter efetiva a partir de 2019, quando houve paralisação de suas atividades temporariamente. Os associados empenharam-se para retornar o planejamento de um novo momento da cooperativa, mas não houve engajamento comunitário e tão pouco apoio institucional necessário. E com a pandemia da Covid-19, paralisou-se novamente sua atuação, no qual até o momento não tem previsão de retomada.

Nessa perspectiva, cabe analisar quais os desafios encontrados pela Coopazçu para a efetivação de suas atividades na região do Zé Açú, uma vez que durante seus primeiros anos de atuação apresentou-se como um importante nó para a rede social e para o processo de desenvolvimento local, porém, fatores internos e externos impossibilitaram a continuidade de suas atividades, conforme veremos a seguir.

5.3. DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA COOPAZÇU NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Diante do que foi observado durante a construção desta pesquisa, a Coopazçu vivenciou um ciclo de atuação na região do Zé Açú, que iniciou em 2014 com a criação da organização protagonizada pelos comunitários locais com apoio da Universidade Federal do Amazonas. Teve o período de maturação, que contou com uma efetiva agenda de ações relacionadas ao meio ambiente, cultura e economia local, e a fase atual que é de estagnação de todas suas atividades, motivado, sobretudo, pela pandemia do novo corona vírus¹⁹.

No início da formação da cooperativa, os comunitários fundadores buscaram trazer os jovens para participar da cooperativa, porém, houve pouco interesse. A

¹⁹ A pandemia não representa o principal motivo de paralisação das atividades da Coopazçu, como observaremos adiante, mas foi fator determinante da impossibilidade de retomada das atividades que estavam planejadas para início de 2020.

ideia, segundo os sócios fundadores, era envolver os jovens nas práticas organizativas por ser eles o futuro da organização, pois o quadro de sócios fundadores era representado por comunitários e líderes comunitários antigos. Portanto, o primeiro problema encontrado logo na idealização da cooperativa foi a falta de participação e interesse da juventude local.

Tal falta de envolvimento da juventude na organização da cooperativa foi um problema que persistiu até as últimas ações da cooperativa, em 2019. Apesar de realizar a sensibilização com a juventude, o índice de participação estava abaixo do desejado. Porém, os sócios fundadores decidiram criar a cooperativa e buscar intensificar a sensibilização junto aos comunitários, e em especial a juventude local.

Outro gargalo encontrado no início foi a dificuldade financeira para registrar e legalizar a cooperativa. De acordo com dados das entrevistas, um dos principais objetivos que se buscou no início das atividades da Coopazçu foi o levantamento de recursos financeiros para o registro e legalização da organização junto aos órgãos responsáveis. Os comunitários envolvidos na gestão e associados relatam que os custos para registrar e manter legalizada uma cooperativa é muito alta, e como os associados não tinham condições para tirar de recursos próprios o dinheiro necessário, direcionaram as sobras das atividades nos primeiros anos para sua formalização.

Ainda assim, os recursos financeiros levantados não foram capazes de atingir o montante necessário para sua formalização, pois houve pouca participação social em suas primeiras atividades. Isso foi resultado, de acordo com os comunitários, pelo fato da cooperativa está em sua fase inicial de atuação, logo, foi necessário primeiramente desenvolver atividades relacionadas a profissionalização da autogestão e também de divulgação da Coopazçu, para que as comunidades da região conhecessem a prática organizativa que estava sendo fundada e suas áreas de atuação.

Apesar do trabalhado de sensibilização gerar um resultado positivo para a divulgação da cooperativa na região e, conseqüentemente, aumentar o envolvimento dos comunitários nas atividades desenvolvidas, a gestão que estava à frente da cooperativa não conseguiu formalizar a organização, e até os dias atuais a Coopazçu ainda se encontra não formalizada.

Não obstante, a Coopazçu continuou desenvolvendo suas atividades e ações buscando o desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida de seus associados, e apesar de informal, a organização teve suas atividades validadas pelos atores locais e pelas instituições, pois, ainda assim, ela estava inserida na rede social e

contribuindo na efetividade de políticas públicas para a população da região do Zé Açu.

Nesta perspectiva, apesar dos desafios encontrados pela cooperativa no início quanto a sua formalização e participação da juventude, em nada a impediu de prosseguir desenvolvendo suas atividades, logo, ela estava sendo um importante instrumento no processo de desenvolvimento local, gerando trabalho e renda para as famílias envolvidas nas atividades.

Podemos destacar, então, que a Coopazçu durante seus primeiros anos de atuação, entre 2014 até o primeiro semestre de 2019, foi percebida pelos atores dentro da rede social da região como um nó importante no fluxo de interação local, pois os trabalhos desenvolvidos pela cooperativa deram legitimidade para sua atuação na rede.

Ao passo que os próprios comunitários reconhecem a cooperativa como um elemento de mudança do contexto social, ambiental, cultural e econômico da região, onde puderam protagonizar suas próprias práticas organizativas, instigando o poder público a colaborar com a rede por meio de parcerias institucionais, sempre demandadas de dentro das comunidades, em um processo de baixo para cima.

Portanto, apesar de atualmente não ter muita representatividade na rede social, por está com suas atividades paralisadas desde o final de 2019, a hipótese desta pesquisa não pode ser negada por inteira, pois em algum momento de sua atuação dentro da região, a cooperativa foi percebida como um importante instrumento no processo de desenvolvimento local por meio de suas ações práticas.

Sendo assim, apesar dos desafios e dificuldades encontrados durante o caminho a organização conseguiu se manter ativa dentro da rede social por cerca de 5 anos, atuando e desenvolvendo ações importantes. Somente a partir do segundo semestre de 2019, até os dias atuais, que os problemas enfrentados pela organização se intensificaram e impossibilitaram a continuidade de suas atividades.

Sendo assim, durante a coleta de dados, pôde-se observar que uma das grandes problemáticas para descontinuação das atividades realizadas pela Coopazçu, é a pouca participação efetiva dos comunitários e cooperados nas ações e planejamentos de atividades anuais, o que gera enfraquecimento no empenho de fortalecer a organização. Conseqüentemente a isto, a falta de credibilidade que as comunidades olham as organizações sociais geram uma desconfiança em participar desses movimentos organizativos, inclusive para a juventude.

A falta de credibilidade nas práticas organizativas foi descrita pelos

comunitários como um problema crônico que tem que ser enfrentado por meio de muita sensibilização comunitária e interação entre as comunidades, organizações e instituições públicas. Como podemos observar na fala da liderança comunitária

Eu diria que a organização dos trabalhadores do homem do campo hoje é uma realidade um pouco difícil, difícil porque nós estamos perdendo o senso de coletividade, infelizmente é uma realidade que está muito presente no nosso dia a dia das comunidades, nós estamos perdendo esse senso de comprometimento um com o outro. O individualismo está tomando conta das nossas comunidades, e esse individualismo está nos afastando desses princípios de associativismo e cooperativismo que eram dois pontos fundamentais para a vida do homem do campo. Nós, eu já falei em outras vezes, em outras rodas de conversa, que nós estamos vivendo hoje na área rural de forma urbanizada, tudo que existe na cidade está existindo lá no campo, e essa urbanização, nós que moramos lá no campo, está nos dificultando essa compreensão da necessidade de organização e hoje mais do que nunca há uma necessidade urgente de nos organizarmos, ou nós se organizamos ou vamos ser destruídos (Entrevista realizada em roda de conversa com associados da Coopazçu, Pesquisa de Campo, 2020).

Sendo assim, apesar dos comunitários reconhecerem a importância das práticas organizativas nas comunidades rurais, também percebem que a falta de engajamento representa um problema que está diretamente relacionado com a mortalidade das organizações que iniciam suas atividades e não conseguem manter-se ativas por um longo período, o que está associado com o nível de capital social, bem como a falta de incentivo e mais apoio dos atores externos.

Essa falta de participação foi determinante para a declínio de atuação organizacional da Coopazçu, devido o afastamento de muitos associados das atividades que eram planejadas, o que causava seu enfraquecimento dentro da rede social da região. Chegando em momentos de precisar suspender as reuniões e assembleias por falta de envolvimento comunitário.

Outra fragilidade encontrada durante observações em campo na Coopazçu é a falta de uma gestão eficiente, elencado com um dos grandes problemas a serem enfrentados para que no futuro a cooperativa volte a atuar na região. Apesar de um trabalho intenso de capacitação realizados por parceiros da organização, o que observa-se é que a implementação de boas práticas de autogestão na cooperativa não é efetivamente colocada em prática, e aliada com a falta de participação no planejamento da organização, ocasiona o enfraquecimento das ações que a Coopazçu elabora para realizar durante o ano.

Para isso, os desafios seguintes deverão ser enfrentados para o reestabelecimento da Coopazçu como uma importante organização econômica, social,

cultural e política para a Região do Zé Açú. Em seu processo de desenvolvimento local, geração de trabalho, renda e como canal de interação entre as comunidades e o Estado para implementação de políticas públicas por meio da rede social regional.

Dentre os desafios a serem priorizados, os cooperados nas reuniões e rodas de conversas realizadas elencam os que merecem destaque inicial para a manutenção da cooperativa: i) participação da juventude e das mulheres nas ações da cooperativa, inclusive na gestão; ii) novas capacitações sobre autogestão cooperativa com efetiva presença da comunidade e cooperados; iii) conscientização comunitária da importância na cooperação nas ações da cooperativa; e iv) formalização da cooperativa em termos legais para participação direta em projetos e programas do Estado.

Diante disso, a participação social mostra-se como o principal desafio a ser enfrentado pela cooperativa para retomada de suas atividades e torna-la efetiva como instrumento de desenvolvimento local. A busca pelo engajamento da juventude e também das mulheres é uma das prioridades na retomada da cooperativa.

De acordo com dados de campo, há uma necessidade de incluir as mulheres das comunidades nas atividades de gestão da cooperativa, pois o que se percebeu foi que os trabalhos que ficavam sob responsabilidades das mulheres estavam relacionados meramente a cozinha, limpeza, serventia, e estavam afastadas de atividades ligadas ao planejamento e gestão da organização. Sendo assim, os associados da Coopazçu perceberam essa necessidade de inclusão das mulheres em atividades ligadas a gestão.

A retomada de capacitações sobre como se fazer autogestão da cooperativa e sensibilizar a comunidade da importância que a organização representa para a região, também aparece como prioridade para os atores na retomada das atividades. A ideia é envolver todos os associados nessas capacitações, pois de acordo com eles, antigamente as capacitações ficavam restritas aos gestores da cooperativa, e como no modelo cooperativista todos são responsáveis pela autogestão, muitos dos associados não tinham conhecimento sobre os trâmites administrativos burocráticos que precisa ser feito. São trabalhos que foram realizados no início e que precisam ser retomados para o fortalecimento da Coopazçu.

Apesar da Coopazçu encontrar-se atualmente com suas atividades paralisadas, percebeu-se que é de interesse dos comunitários retomar suas atividades, e de uma forma profissionalizada tornar a organização social novamente efetiva na região.

Nesse sentido, ainda que os desafios estejam presentes para o desempenho eficiente da Coopazçu como um modelo de organização social calçado no cooperativismo, ela se assumiu como um importante instrumento de mudança da realidade local, por meio de ações, atividades e projetos que promoveram durante seu período de funcionamento e que futuramente, com o empenho dos atores locais, voltará a desempenhar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi resultado de uma longa vivência do pesquisador com seu objeto de pesquisa, em que se buscou investigar a sinergia da cooperativa Coopazçu no processo de desenvolvimento local da Mbh do Zé Açú, por meio de sua contribuição na rede social existente na região.

Delineou-se uma linha de investigação que orientasse a pesquisa na comprovação, ou não, da hipótese levantada, que foi a afirmação de que a Coopazçu, enquanto prática organizativa, representa um instrumento importante no processo de desenvolvimento local, proporcionando trabalho e renda para os atores sociais e força no acesso a políticas públicas.

Para tanto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a contribuição da Coopazçu na rede social para o processo de desenvolvimento local da região do Zé Açú. E como específicos compreender e mapear a rede social em que a Coopazçu está inserida dentro da região a partir de outras organizações internas e externas e apontar os possíveis entraves para a efetivação da Coopazçu como ferramenta de desenvolvimento local.

A priori, para se poder alcançar os objetivos e buscar respostas para a hipótese de pesquisa, foi realizada revisão bibliográfica e apresentados fundamentos teóricos acerca das temáticas que calcaram o debate do trabalho, para que posteriormente, na análise dos resultados obtidos com os instrumentais de pesquisa, houvesse uma ligação entre a teoria e a prática no objeto estudado.

A revisão bibliográfica e a fundamentação teoria foi feito a partir de discussões abordando as práticas de organização social no Brasil e, principalmente na Amazônia, e como que esta se diferencia no seu modo e tempo de se fazer a organização, representando um passo fundamental para se alcançar efetividade em quaisquer esforços voltados para a conservação ambiental, valorização sociocultural e fortalecimento econômico de uma comunidade.

Também buscou-se entender o funcionamento teórico e instrumental da análise das redes e interações sociais para compreender o processo de desenvolvimento do universo da pesquisa, entendendo como os atores e organizações sociais da localidade se relacionam com as externalidades. Trazendo conceitos paralelos que surgem nesta análise como Capital Social, Cooperação e Confiança, que são elementos fundamentais para a formação efetiva da rede social da região e do processo interacional.

Tais interações são necessárias no fortalecimento comunitário e na construção de soluções para os diversos problemas que são enfrentados na região, implementando políticas públicas efetivas que são estabelecidas a partir dos próprios atores locais na rede.

A fundamentação teórica que esta pesquisa se apoiou foi relacionado à conceituação de Desenvolvimento Local enquanto processo contínuo, utilizando as potencialidades locais, os atores e as organizações sociais como condicionantes para promoção deste processo. Sendo assim, a vontade coletiva e o protagonismo dos atores locais servem de propulsão para o desenvolvimento.

A partir da definição teórica sobre desenvolvimento local, foi abordado a participação dos atores sociais no processo de desenvolvimento por meio da Perspectiva Orientada ao Ator, que colabora com esse entendimento, principalmente em áreas rurais. A ideia nestes estudos foi verificar como os atores sociais presentes em determinadas comunidades influenciam e participam das estratégias de desenvolvimento que são implementadas por instituições externas à localidade, principalmente por instituições públicas.

A centralidade do POA está na condição de interferência participativa que os atores possuem no desenho e implementações dessas estratégias, especialmente por meio de políticas públicas. A ideia é analisar como os próprios atores ou suas organizações sociais moldam seu padrão de desenvolvimento, participando ativamente das ações e políticas públicas que são implementados dentro da região, de baixo para cima. Assim, os atores sociais são detentores de conhecimento e capazes de absorver informações que são utilizadas para a resolução dos problemas locais por meio de suas próprias ações.

A investigação de campo iniciou-se com a descrição a área da pesquisa, abordando aspectos econômicos, sociais e ambientais da Mbh do Zé Açu e, principalmente, da comunidade Nossa Senhora de Nazaré, onde fica localizado a sede da Coopazçu.

A escolha desta área de pesquisa está relacionada com a trajetória acadêmica do pesquisador, que desde a graduação vem intensificando os estudos das áreas rurais do município de Parintins por meio da organização social baseada no associativismo e cooperativismo. Especialmente após participar do projeto AmIC, estreitou o vínculo com a Coopazçu e viu que poderia contribuir com a organização por meio de um trabalho acadêmico que se colabora com a percepção organizacional da cooperativa e seu papel para a região.

A Região da Mbh do Zé Açú é uma área de pesquisa que possui especificidades importantes para serem analisadas, porque faz parte de um assentamento federal de reforma agrária e possui como principais atividades econômicas o turismo e a agricultura familiar, temáticas de bastante relevância para a academia e para o conhecimento da população local.

Posterior a contextualização regional da pesquisa, foi mapeado a formação da rede social de interação da Mbh Zé Açú, pontuando os principais atores que fazem parte da rede e seu papel no processo de desenvolvimento local. Tal análise foi necessária para responder um dos objetivos específicos levantados por esta pesquisa.

Foi pontuado as atividades e interações que cada instituição representa dentro da rede, destacando os principais atores que estão envolvidos nas ações e políticas públicas para a área rural do município de Parintins, como, por exemplo, o IDAM e seu programa de Assistência Técnica Rural, como o mais antigo órgão de atuação para o fortalecimento das organizações e comunidades rurais do Estado.

Nesta perspectiva, em seguida foi descrita a contribuição que a Coopazçu representa para a rede social regional, quais as ações e atividades que a organização promoveu para o fortalecimento comunitário e desenvolvimento local durante seu período de atuação. Destacando diversas atividades relacionados ao turismo, meio ambiente, cultura e economia local.

O fato da cooperativa não está atuando na atualidade motivou a investigação dos entraves que motivaram a não efetivação da Cooperativa dentro da região, para isso, foi levantado, a partir das entrevistas com os sujeitos, os principais motivos que impossibilitaram que a cooperativa seguisse contribuindo para a rede social com suas atividades. Além de constatar os motivos, foi também elencado as possibilidades para que a cooperativa volte a atuar como instrumento de mudança social na região.

Sendo assim, foi percebido durante a pesquisa que a hipótese do trabalho não se confirmou, porém, não foi possível negá-la por inteira, pois durante seus anos de trabalho efetivo, a Coopazçu contribuiu significativamente para a rede social e para o processo de desenvolvimento local. Tornando-se referência na região como instrumento de participação coletiva que possibilitou a geração de trabalho, renda e desenvolvimento para a localidade.

Cabe, no pós-pandemia, os atores locais buscarem implementar as soluções encontradas para que a cooperativa volte a atuar efetivamente na região. Sendo

este um dos principais objetivos a serem perseguido pelos comunitários da região: reestruturar a cooperativa para que volte a ser um instrumento que contribuição para o processo de desenvolvimento local.

Neste prisma, este estudo não encerra as possibilidades de análise na área e objeto de pesquisa. Há muitas oportunidades de visões que podem servir para trabalhos futuros, principalmente relacionados a outros modelos de participação social, como conselhos, audiências públicas, sindicatos e outras práticas organizativas que geram fortalecimento da rede social da região.

Sendo assim, a importância que representa a Amazônia no cenário atual demonstra a necessidade de trazer para o debate acadêmico questões relacionado ao ambiente social, político, econômico, cultural e ambiental que está em constante transformação dentro da região. E dar voz para os povos que habitam na região é um ponto fundamental para promover o processo de desenvolvimento local com equidade e justiça social, em um relacionamento interligado entre o Estado e a Sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Roberta Amaral de Andrade. **Organização Social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (novo Aripuanã e Manicoré/AM)** / Roberta Amaral de Andrade, organizadora. – Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2011.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – nº número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.

ALVEAR, C. A. S. **Formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

BANDEIRA, Pedro S. **As Mesorregiões no Contexto da Nova Política Federal de Desenvolvimento Regional: Considerações Sobre Aspectos Institucionais e Organizacionais**. Disponível em: < https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2015/02/TD18_2005_bandeira.pdf> acesso em: 20/07/2019.

_____. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. **Texto para Discussão nº 630 IPEA**, Brasília, Fevereiro de 1999.

BECKER, Dinizar. O protagonismo contemporâneo na organização social do desenvolvimento regional - a experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Brasil. **Terceras Jornadas de História Económica**, Montevideo, 9 al 11 de julio de 2003.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿ de que estamos hablando? In: Madoery, Oscar y Vázquez Barquero, Antonio (eds.), **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Editorial Homo Sapiens, Rosario, 2001.

BRANDÃO, José Carlos Martins. **Perdurabilidade da Agricultura Familiar no Projeto de Assentamento Vila Amazônia**. / José Carlos Martins Brandão. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas), 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: editora 34, 1998.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar et al. Organização sócio-política para o desenvolvimento local das populações ribeirinhas no Amazonas. **Anais IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Maranhão, 2009.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

CHAVES, Maria R.; BARROSO, Silvana C.; LIRA, Talita M. Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. **Revista Praia vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 111-122, jul./dez. 2009.

CORREIA, M. C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, Vol. 13 N.º 2 2º Semestre de 2009. Disponível em: < <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/23968> > acesso em: 24/03/2020.

DALBELLO, Osvaldir, FRANZ, Diane. **Cooperativismo - organização social como base do desenvolvimento sustentável da agricultora familiar**. Disponível em: < http://www.simcope.com.br/ii_simcope/pdf/oficina_osvaldir_diane.pdf > Acesso em: 10/07/2019.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Zahar, Rio de Janeiro, 1994.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FUKUYAMA, F. “**Capital Social**”. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. A cultura importa. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, K. B.; GOMES, M. C.; FERNANDES, L. O. Perspectiva orientada ao ator na análise da capacidade instalada dos empreendimentos agroindustriais no município de São Lourenço do Sul/RS-Brasil. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./mar. 2018, 105-116

GOMIDE, Mácia; SCHUZ, Gabriel E. Análise das redes sociais e práticas avaliativas: desafios à vista. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 25 [3]: 819-842, 2015.

GONZÁLEZ, Shirley Rodriguez et al. Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales**. Nueva época, Año 13, N° 25, ISSN: 1409-3251

GRANOVETTER, M.; CASTILLA, E.; HWANG, H. GRANOVETTER, E. Social networks in Silicon Valley. In: LEE, C. M.; MILLER, W. F.; HANCOCK, M. G.; ROWEN, H. S. (Eds.). **The Silicon Valley Edge**. Stanford: Stanford University Press, 2000. p. 218-247

HADDAD, Fernando et al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo** / Fernando Haddad et al. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (Coleção Socialismo em discussão), 2003.

IDAM. **Nossa História**. Disponível em: < <http://www.idam.am.gov.br/o-idam/quem-somos/>> acesso em: 11 nov. 2020.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In.: BOOTH, D. (org) **Rethinking social development: theory, research and practice**. England, Essex: Longman Scientific and Technical. 1994. p. 62-90.

LONG, Norman. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

MAKISHI, F.; VEIGA, J. P. C.; ZACARELI, M. A. Desenvolvimento local de comunidades rurais e suas implicações para as políticas públicas: arranjos institucionais e diversificação da produção rural de pequena escala. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, julho/ dezembro 2016, p. 221 a 241.

MATOS, Aécio Gomes de. **Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos** / Aécio Gomes de Matos, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003.

MATOS, Heloisa. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações** / Heloisa Matos. São Paulo: Summus, 2009.

MAURO, Gilmar. Cooperativas, mudança e luta social. In: **Sindicatos, cooperativas e socialismo** / Fernando Haddad et al. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (Coleção Socialismo em discussão), 2003

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(3):621-626, 2012.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2004.

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Economia**, Brasília(DF), v.9, n.1, p.1{21, jan/abr 2008.

OLIVEIRA, A. G. Desenvolvimento local: conceitos e metodologia – políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. **Revista Orbis Latina**, vol.4, nº1, janeiro-dezembro de 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Nilton Marques. **Desenvolvimento regional do território do estado de Tocantins: implicações e alternativas**. Dissertação de mestrado (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO) Universidade Estadual do Paraná, Toledo, 2015.

PACHECO, Josuete Brandão. **Uso e ocupação da terra e a sustentabilidade ambiental da dinâmica fluvial das microbacias hidrográficas Zé Açu e Tracajá na Amazônia Ocidental**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2013.

PORTUGAL, Silvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES nº 271**, março, 2007.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos de massa e movimentos sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. **Revista de ciências humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.37, p. 47-65, abril de 2005.

PUTNAM, Robert D. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy** / Robert D. Putnam with Robert Leonardi and Raffaella Y. Nanetti. Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RAMÍREZ, J. J. M.; SÁNCHEZ, T. B.; BERNADINO, F. E. Organizaciones sociales: actores que incentivan la formación de capital social. **Revista Quivera**, v. 8, n. 2, 2006, p. 276-296.

RECUERO, Raquel. Mapeando redes sociais na internet através da conversação mediado pelo computador. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, T. M., orgs. **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas [online]**. Salvador: EDUFBA, 2009, 400 p.

ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. **20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social**, Anfip, Brasília, 2008.

SCHMITT, Claudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectiva na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Territorialidades rurais no município de Parintins: habitus, circularidade da cultura e ethos ambiental na localidade do Zé Açu**. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Porto Alegre: UFRS, 2002.

ULTRAMARI, C. **Desenvolvimento local e regional** / Clovis Ultramari, Fábio Duarte. Curitiba: InterSaberes, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell. 4ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2010.